

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

RENATA ZANELATO CHOUERI

Maternidade e imigração: tramas intersubjetivas

SÃO PAULO

2021

RENATA ZANELATO CHOUERI

Maternidade e imigração: tramas intersubjetivas

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Professora Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes.

SÃO PAULO

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Choueiri, Renata Z.

Maternidade: tramas intersubjetivas / Renata Zanelato Choueiri; orientadora Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2021. 137 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2021.

1. Maternidade 2. Imigração 3. Vínculo 4. Trauma. 5. Refúgio I. Assumpção Fernandes, Maria, orient. II. Título.

CHOUEIRI, R. Z. **Maternidade e imigração:** tramas intersubjetivas. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai, pelo valioso legado e pela
oportunidade de transformá-lo.*

AGRADECIMENTOS

À Maria Inês Assumpção Fernandes, pela preciosa e incansável sustentação do fazer grupal no trabalho de orientação, que enriqueceu minha estreia como pesquisadora e marcou minha trajetória de vida. Agradeço a maneira sensível e acolhedora com que me conduziu no amadurecimento de ideias/projetos e que resultaram neste trabalho.

A todos amigos e parceiros de jornada do LAPSO, pelos encontros e partilhas sempre afetuosos, em especial à Thaísa Cortellazzi e Lídice Leão, pela dose indispensável de humor e leveza. Aos encontros no percurso das disciplinas com docentes e colegas da Psicologia Social, de outros departamentos e áreas da Universidade.

Ao Pablo Castanho e Mary Okamoto pelo acompanhamento da evolução desta pesquisa e pelos apontamentos fundamentais à sua construção.

Ao meu companheiro de vida Rodrigo, por apoiar meus projetos de vida, pelo olhar atento e orgulhoso que me ajuda a seguir sempre em movimento. À minha filha Helena e todo o amor que nos nutre.

Ao meu pai Raulino Zanelato (*in memoriam*), minha mãe Zilda Varnier Zanelato e irmã Adriana Zanelato, por todo o suporte que sempre recebi nas minhas escolhas.

À amiga Simone Bressan, por ter me mostrado este caminho antes mesmo que eu o considerasse.

À equipe do CAEMI Palotinas, pela confiança e abertura mesmo diante do cenário pandêmico em que vivíamos. Às mulheres e bebês participantes da pesquisa que colaboraram imensamente e que tornaram possível a feitura deste trabalho. Espero que a pesquisa contribua para a assistência e acolhimento das mulheres abrigadas.

RESUMO

CHOUERI, R. Z. **Maternidade e imigração**: tramas intersubjetivas. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Observamos na contemporaneidade o aumento expressivo de deslocamentos geográficos que trazem a marca da exclusão, seja por crises econômicas e políticas ou por guerras, perseguições, xenofobia e conflitos religiosos. São movimentos migratórios que colocam centralidade na questão da sobrevivência em oposição a um projeto de migração escolhido, pensado e planejado. Famílias inteiras, por vezes despedaçadas, atravessam fronteiras rumo ao desconhecido, ao estrangeiro, levando na bagagem memórias de violências, rupturas e miséria. Esta pesquisa se propôs a compreender a mulher imigrante que, sustentando o exercício do papel materno, percorre tal caminho e se estabelece na cidade de São Paulo. Privilegiou-se as recém mães, com filhos de 0 a 3 anos, por ser um período de intenso investimento e por ser uma fase em que as operações psíquicas são acentuadas e constitutivas, calcadas numa relação de dependência. A pesquisa teve como objetivo compreender os processos psíquicos imbricados na experiência de maternidade dentro do contexto de migração forçada, investigando a constituição do vínculo e considerando a construção dos pactos e alianças inconscientes. Utilizamos a Psicanálise como referencial teórico, mais especificamente o arcabouço teórico que pensa o sujeito como sujeito do grupo (Kaës) e o conceito de contrato narcísico (Aulagnier). Foram realizadas entrevistas abertas (Bleger) com três mulheres africanas abrigadas com seus bebês em um equipamento de proteção social. O material obtido nas entrevistas evidenciou relevante conteúdo traumático presente na transferência, no vínculo com a entrevistadora, como uma tentativa de saída possível do psiquismo das entrevistadas diante dos elementos não simbolizados derivados do excesso de excitações provocado pelo evento traumático. Cada entrevistada, à sua maneira, se mostrou herdeira e transmissora da herança psíquica familiar e os bebês ocuparam um lugar privilegiado em seus movimentos de vida e migração. Foi possível supor a existência de um incremento nos investimentos narcísicos no vínculo com os bebês, possivelmente devido à fragmentação familiar, perda dos referenciais identificatórios e à ameaça aos processos de transmissão psíquica. A instalação de dispositivos que ofereçam espaços de fala e escuta qualificada e que permitam colocar em ação o trabalho de metabolização e representação mostrou-se profícua.

Palavras-chave: maternidade; imigração; vínculo; trauma; refúgio.

ABSTRACT

CHOUERI, R. Z. **Maternity and immigration**: intersubjective plots. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

In contemporary times, we observe the expressive increase of geographical displacement that bears the mark of exclusion, whether due to political and economic crises or to wars, persecution, xenophobia and religious conflicts. These are migratory movements that center on the issue of survival in contrast to a well-chosen, thought-out, planned migration project. Entire families, sometimes torn apart, cross borders into the unknown, into a foreign land, carrying in their luggage memories of violence, rupture, and misery. This research aimed to understand the immigrant woman who, sustaining the exercise of the maternal role, follows this path and settles in the city of São Paulo. New mothers, with children aged 0 to 3 years, were privileged, as this is a period of intense investment and because it is a phase in which the psychic operations are accentuated and constitutive, based on a relationship of dependence. The objective of this research was to comprehend the psychic processes imbricated in the experience of maternity within the context of forced migration, investigating the constitution of bonds and considering the construction of unconscious pacts and alliances. We used the Psychoanalysis theoretical reference, more specifically the theoretical framework that considers the subject as the subject of the group (Kaës) and the concept of narcissistic contract (Aulagnier). Open interviews (Bleger) were conducted with three African women sheltered with their babies in a social protection facility. The material obtained in the interviews evidenced relevant traumatic content present in the transference, in the bond with the interviewer, as an attempt of a possible escape from the psyche of the interviewees in the face of the non-symbolized elements derived from the excess of excitements caused by the traumatic event. Each interviewee, in their own way, proved to be the heir and the person who transmits the family's psychic heritage, and the babies occupied a privileged place in their movements of life and migration. It was possible to suppose that there is an increase in narcissistic investments in the bond with the babies, possibly due to family fragmentation, loss of identity references and the threat to the processes of psychic transmission. The installation of devices that offer spaces for qualified speaking and listening and that allow the work of metabolization and representation to be put into action has proved fruitful.

Key-words: maternity; immigration; bond; trauma; refuge.

LISTA DE SIGLAS

CAEMI	Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
OBMigra	Observatório de Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
OBJETIVOS	20
Objetivo geral	20
Objetivo específico	20
MÉTODO	21
CAPÍTULO 1 — Imigração no Brasil: traços históricos e atuais	23
1.1 A pandemia do coronavírus e o aprofundamento das desigualdades	30
CAPÍTULO 2 — Encontro cultural: incidência subjetivas sobre o sujeito imigrante	33
CAPÍTULO 3 — Elos fundadores: sobre o contrato narcísico	43
3.1 Trauma e intersubjetividade	50
3.2 Malhas genealógicas e fragilização de vínculos	54
3.3 Negatividade e vínculo	59
CAPÍTULO 4 — O trabalho psíquico da maternidade	62
4.1 O corpo como espaço privilegiado	65
CAPÍTULO 5 — Análise das entrevistas	70
5.1 A instituição	70
5.2 As entrevistas	70
5.3 Teresa	72
5.4 Sueli	89
5.5 Carla	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICE	127

INTRODUÇÃO

Os territórios e suas fronteiras, ora permeáveis, ora enrijecidas e blindadas, expressam as relações entre diferentes povos e seus conflitos. Migração e deslocamento sempre fizeram parte da história por diferentes razões e hoje são fenômenos tomados como objeto de estudo, de produção de conhecimento e de políticas públicas. No entanto, faz-se necessário compreender, ou ao menos esboçar, as características das migrações contemporâneas, marcadas pela globalização e pela lógica capitalista e seus efeitos. O encurtamento de distâncias propiciado pelo aparato tecnológico viabiliza que informações, pessoas e produtos transitem com grande mobilidade e rapidez pelo mundo. No entanto, por algumas dessas rotas, transita uma parcela humana – socialmente vulnerável e desassistida em seus direitos fundamentais - que não faz parte do jogo produtivo e que está muito distante de se beneficiar dele. A livre circulação de mercadorias, pessoas e informações apoiada pelo sistema neoliberal e globalizador não se aplica a elas, colocando as migrações deste tipo como um problema social para os governos.

A facilidade de deslocamento e de comunicação digital ofertada pela globalização econômica contribui para as estratégias e agenciamentos de uma mobilidade cada vez mais fluída e dinâmica. Nesse panorama, os mais pobres que buscam através da migração a sobrevivência nas brechas do sistema econômico, a despeito da invisibilidade e da exclusão social, têm muitas vezes seu desamparo reatualizado na terra de acolhida. “O desvio do projeto da comunidade como defensora do direito universal à vida decente e dignificada para o da promoção do mercado como garantia suficiente da universal oportunidade de auto-enriquecimento aprofunda mais o sofrimento dos novos pobres” (BAUMAN, 1998, p.34).

Diversos campos do conhecimento, como a antropologia, a sociologia e a filosofia, evidenciam as características e modos pelos quais as sociedades se transformaram e permanecem se transformando do ponto de vista social, econômico e cultural. Nessa perspectiva, o conceito de contrato social discutido por Boaventura de Sousa Santos (2018), nos auxilia na compreensão dos mecanismos de exclusão e a maneira pela qual eles operam na contemporaneidade.

Segundo o autor, contrato social é uma grande narrativa que, de maneira sempre tensa e dialética, conjuga interesses sociais e individuais, determina os mecanismos de emancipação social e opera como regulador. Sendo um contrato, pressupõe a existência de incluídos e excluídos e o mecanismo seletivo é regido por determinados princípios. Em primeiro

lugar, o contrato social exclui aquilo que não é considerado da natureza exclusivamente humana, passível de ser moldada segundo as normas do Estado e da convivência pautada nas regras por ele instituídas. Em segundo lugar, está o princípio da cidadania territorialmente fundada, que distingue os cidadãos dos não-cidadãos que habitam o mesmo território geopolítico. As minorias (mulheres, estrangeiros, imigrantes, etnias) viveriam no estado de natureza, não compatível com o lugar de cidadão reconhecido. O terceiro e último princípio é o do comércio público dos interesses, onde apenas os interesses da sociedade civil são objeto do contrato, ficando excluída desse campo, a vida privada. Para o autor, os princípios de inclusão e exclusão sustentam e legitimam o contrato social e determinam os modos de funcionamento da sociedade nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais. No entanto, ele compreende que o contrato social está em crise devido à fragmentação da sociedade, cada vez mais cindida e distante de um contrato que expresse um bem comum e partilhado. O poder econômico ameaça e reduz o poder do Estado, fazendo coexistir variados sistemas de regulação social:

A crise da contratualização moderna consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão. Estes últimos ainda vigoram e até em formas avançadas que permitem a compatibilização virtuosa dos valores da modernidade, mas confinam-se a grupos cada vez mais restritos que impõem a grupos muito mais amplos formas de exclusão abissais. (SANTOS, 2018, p.363)

A perda de espaço do Estado como regulador social, que coaduna os interesses coletivos e privados promove transformações nas instituições sociais que o representam, tal como nas esferas política e jurídica. O inimigo, ou aquilo que estaria figurando esse lugar de poder pulverizado e que opera os processos de exclusão social não pode ser identificado e conhecido.

A Psicanálise, apoiada na dimensão humana inconsciente, se volta para o estudo dos modos de viver e de adoecer contemporâneos, intimamente relacionados aos aspectos sociais, produtores e produto de subjetividades, próprias do nosso tempo. Desde Sigmund Freud (1856-1939), em seus textos ditos sociais como “Totem e tabu” (1912-13), “Moisés e o monoteísmo” (1937-39), “Psicologia das massas e análise do eu” (1920-23), a intersubjetividade ganha centralidade não apenas como constitutiva do mundo intrapsíquico, mas como uma expressão dos movimentos grupais, do encontro entre sujeitos e formação de grupos e vínculos, conceitos que passam a fundamentar a metapsicologia pensada por René Kaës (1997).

Caminhando nessa direção, Kaës (2003) considera que os aspectos psíquicos implicados no mal-estar da vida social na modernidade estão relacionados às profundas transformações nas estruturas familiares. A fratura dos vínculos intergeracionais, a mudança na relação entre os sexos (especialmente no papel da mulher na sociedade), a transformação dos laços de sociabilidade e de estruturas de poder compoariam as principais mudanças que estão na base das expressões subjetivas contemporâneas. Além disso, o autor considera relevante destacar os efeitos produzidos a partir da confrontação violenta do choque entre culturas, que se expressariam no abalo das funções mediadoras do pré-consciente, estrutura psíquica base do trabalho de representação. Disso resultam formas modernas de adoecimento psíquico, atrelados às questões identitárias e de estados-limite. A compreensão de Kaës sobre essas transformações se articula intimamente com conceitos valiosos à pesquisa e serão abordados nos capítulos teóricos.

As migrações, compreendidas como produtoras dos choques culturais apontados pelo autor, colocam os sujeitos diante daquilo que é estrangeiro, em um encontro radical com a alteridade. As representações e afetos derivados desse encontro podem caminhar em duas direções: para a violência fundamental manifestada pela rejeição e exclusão, pautada na premissa “ou Eu ou o Outro”. Ou então, no seu contrário, e em resposta a essa violência, caminhar para a completa negação da diferença (KAËS, 1998, p. 10). No primeiro caso, em nível grupal, as trocas com o entorno ficam impedidas, acentuando reações de intolerância ou o individualismo impera. As identificações com os pares ou figuras de referência ficam suspensas, representando uma importante ameaça ao vínculo.

Nota-se a partir disso que a problemática migratória ocupa um lugar de destaque dentre as situações sociais críticas da atualidade, exigindo a criação de dispositivos capazes de compreender o sujeito do inconsciente e sua relação com o território ao qual pertence, em um complexo cenário político e econômico. O fenômeno do refúgio, por exemplo, coloca em evidência o jogo entre fronteiras e atravessa a história daqueles que percorrem esse caminho. Segundo a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, refugiados são pessoas que estão fora do seu país devido ao justificado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possam ou não queiram retornar ao seu país de origem. Esse conceito se ampliou, passando a considerar as pessoas originárias de países com conflitos armados e violação grave e ostensiva de direitos humanos (AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS — ACNUR, 2020). Refugiado, portanto, é aquele se lança involuntariamente num projeto de fuga e busca ter em outro país o mínimo de garantia de direitos e proteção. Compreendemos, então, que tais deslocamentos entre

culturas não são expressão de uma escolha elaborada por esses sujeitos, prevalecendo a escolha pela vida e pelo que há de mais básico nela. Fernandes (2005) ao tratar dos sentidos do morar aponta que

(..) há duas espécies de estrangeiros: aqueles aos quais uma cultura, um código, uma ordem simbólica é reconhecida. Um princípio, uma origem comum, os mantém juntos nas suas diferenças. Estes não estão na confusão, na Babel. Os outros estão fora desta ordem. Na incoerência. No abandono. (FERNANDES, 2005, p.65)

Podemos encontrar diferentes nomenclaturas para os sujeitos que vivenciam deslocamentos dessa natureza: imigrantes com documentação/legais, imigrantes sem documentação/ilegais, exilados, refugiados etc. Entretanto, o desamparo vivido na cultura de partida marca uma similaridade entre tais categorias jurídico-políticas e é esse aspecto que pretendemos realçar nesta pesquisa. Tendo em vista que a nomenclatura possibilita reconhecimento ou apagamento do sujeito imigrante, na perspectiva de direitos e proteção social, a narrativa que deriva de sua experiência adquire relevância, porque o desenraizamento ou desterritorialização está dado, seja por motivos essencialmente políticos, como no caso do exilado, seja por desamparos relativos à sobrevivência física e material em situações de guerra e miséria. Este tipo de deslocamento é produto de formas de governo ou de culturas que não ofereceram condições de vida satisfatórias a certos tipos de população.

Os dados estatísticos referente aos pedidos e concessões de refúgio no Brasil auxiliam no dimensionamento da migração como um problema social crescente e urgente e indica a necessidade de políticas articuladas, sobretudo à política de Direitos Humanos. Segundo a quarta edição do relatório “Refúgio em números” com dados de 2018, globalmente, 70.8 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocarem de seus países. O Brasil teve um crescimento exponencial de imigrantes solicitantes de refúgio, vindos principalmente da Venezuela, país fronteiriço que atravessa grave crise econômica e política. As solicitações de venezuelanos chegaram a ultrapassar 61 mil, de um total 161 mil solicitações. No entanto, no contexto geral, das 11 mil solicitações reconhecidas pelo Brasil, 51% foram concedidas a pessoas vindas da Síria. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Os fluxos migratórios se apresentam cada vez mais dinâmicos e diversos e adquirem características distintas a depender das motivações da partida e das condições sociais e políticas da acolhida. No que diz respeito a gênero, há um significativo número de mulheres que se deslocam com objetivo de reunificação familiar ou com projetos de migração individuais. Em

2018, 34% dos pedidos de refúgio concedidos foram para mulheres, sendo 309 casos por extensão dos efeitos da condição de refugiado deferido, ou seja, mulheres que migraram com o intuito de reencontrar um familiar que já havia adquirido a condição de refugiado em território brasileiro (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Em 2020, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) divulgou um relatório que evidencia a predominância da migração para a América Latina nos últimos cinco anos, especialmente de haitianos e venezuelanos. O documento revela ainda os efeitos observados nos fluxos migratórios nos primeiros meses da pandemia de COVID -19, período em que o Brasil recebeu um número reduzido de solicitações de refúgio, equivalente ao período anterior à instalação do fluxo venezuelano. Diante dos números observados, o relatório aponta para uma tendência de deslocamentos mais coletivos e familiares devido à instabilidade na regulação de fronteiras e no câmbio, que inviabilizaria o envio de remessas ao país de origem. Para aqueles que já estavam em território brasileiro, verificou-se um aumento nos pedidos de refúgio como forma de evitar a deportação e o aprofundamento de vulnerabilidades, notadamente no acesso ao trabalho e aos serviços públicos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

É importante destacar a construção jurídico política consolidada em torno dos movimentos migratórios. A lei 9474/97, garante àquele que se declarar refugiado, e após o reconhecimento legal de sua condição, o direito de aqui permanecer, usufruindo dos mesmos direitos civis dos nacionais. Ela regulamenta no país a implementação do Estatuto do Refugiado.

Historicamente, foi a partir da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, em 1951, que a política internacional, a partir da adoção do termo refugiado, pôde abranger a proteção a um maior número de pessoas. Se por um lado a Convenção ampliou os limites de atuação até então circunscritos a determinados grupos, por outro, só reconhecia os eventos ocorridos até aquele ano. Somente em 1967, em resposta às contingências desencadeadas por conflitos e violações de direitos, o Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados foi assinado e os limites de datas e de espaços geográficos, desconsiderados.

Em 2017, com o surgimento da lei brasileira 13.445, conhecida como Nova Lei de Migração, o paradigma da migração como uma questão de segurança nacional é alterado e se torna consoante com os princípios constitucionais, pautados na premissa dos direitos humanos, mesmo que a forte resistência da parcela conservadora da política brasileira tenha dificultado a aprovação de todo o seu conteúdo.

Entretanto, para além dos aspectos legais e históricos, interessa-nos aqui compreender os processos psíquicos imbricados nessa experiência e a forma como ela atravessa a subjetividade. Lançaremos nosso olhar para a mulher imigrante que, sustentando o exercício do papel materno, percorre tal caminho e se estabelece no Brasil, na cidade de São Paulo. Privilegiaremos as recém mães, com filhos na primeira infância (0 a 3 anos de idade), por ser um período que exige intenso investimento materno, onde as operações psíquicas são acentuadas, calcadas numa relação de dependência. Tais mulheres estão situadas em um quadro de vulnerabilidades complexo e ocupam um lugar social voltado ao trabalho invisível da maternidade, distante do campo social produtivo. As condições de imigrante, pobre e talvez negra estabelecem uma série de intersecções que lhes destinam os lugares mais desprivilegiados da sociedade.

O interesse por essa problemática nasceu a partir da minha atuação como psicóloga durante 12 anos em equipamentos de saúde e assistência, mas especialmente das vivências que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS – Cumbica/Guarulhos) me proporcionou. O vínculo mãe-bebê sempre esteve presente no cotidiano dos atendimentos devido à configuração das famílias atendidas, predominantemente monoparentais e compostas por migrantes internas. Devido à proximidade a uma comunidade boliviana estabelecida na cidade há décadas e ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, o CRAS recebia também uma demanda de atendimento a estrangeiros, o que impunha à equipe sérias dificuldades na inclusão destes aos benefícios socioassistenciais, devido à falta de integração das políticas de assistência social e de imigração. Ainda que o Sistema Único de Assistência Social (Suas) seja norteado para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a atenção técnica ofertada pelo CRAS era marcada por um caráter normativo de família, articulada essencialmente às exigências dos programas de transferência de renda. O olhar sobre os aspectos subjetivos dessa demanda tão evidente me impulsionou na direção da pesquisa acadêmica, o que me permitiu construir uma reflexão mais aprofundada e delinear este projeto. O feliz encontro com os teóricos presentes na linha de pesquisa disparou um processo de elaboração *a posteriori* de inúmeras situações que vivenciei, o que solidificou minha intenção de articular minha pesquisa teórica à pesquisa de campo.

Nessa perspectiva, a concepção de sujeito que norteia este trabalho é a de sujeito do grupo e do vínculo (KAËS, 1997), o que nos permite pensá-lo e escutá-lo a partir da dimensão inconsciente constituída e manifesta na intersubjetividade. Dessa forma, compreendemos a gravidez, o parto, o puerpério e a maternidade como experiências iniciáticas que mobilizam não somente a mulher, mas também o casal parental e demais filhos sob diversas condições sociais.

Aquilo que ocorre entre mãe e bebê não é exclusivo da dupla e tampouco restrito à família, mas é da ordem do social.

Ainda que consideremos as variações culturais, em geral, a família extensa e os laços comunitários também cumprem uma função relevante frente à chegada de um bebê. Os modos de *maternar*, próprios de cada família, cultura e tradição, ofertam apoio e transmitem crenças, ideais, valores. Sabe-se que a ruptura familiar temporária ou permanente dos migrantes reconfiguram as famílias e tornam a maternidade monoparental ou compartilhada com outras mulheres, por vezes de nacionalidades e culturas diferentes, especialmente em condições de abrigo. Nesses casos, mesmo que o cônjuge esteja na mesma cidade, por questões institucionais de separação de sexos a ruptura familiar se estabelece.

Quando a cultura, o grupo, desaparece como fonte de transmissão, nomeadamente ao nível das práticas de *maternagem*, as competências da mãe são fortemente solicitadas, tendo esta de fazer face às exigências da sociedade em ser, não só, uma boa mãe, como ao choque cultural, à adaptação ao novo meio e ao trabalho de ruptura e luto. (RAMOS, 2012, p. 90, grifo do autor)

Encontramos nas culturas modos singulares de viver a experiência da maternidade, desde os cuidados básicos do bebê que nasce, até a visão social construída sobre a criança. Essa herança, transmitida pela geração anterior, produz importantes referências para a recém mãe. Rupturas, crises e a conseqüente perda de referenciais colocam em questão o trabalho de transmissão e a possibilidade de elaboração dos conteúdos herdados e sua inscrição na memória familiar.

Compreender a maternidade sob essa ótica implica em adentrarmos nos mecanismos psíquicos fundamentais responsáveis pela inserção do sujeito no mundo familiar e no mundo da cultura. Pensamos o sujeito como parte de uma cadeia genealógica, familiar, ocupando um lugar específico situado no tempo e na história compartilhada entre seus ascendentes e descendentes. A herança psíquica familiar, ao ser recebida, pode ser historicizada, elaborada e retransmitida à geração seguinte e são os vínculos entre o sujeito e seus ascendentes e descendentes que sustentam esse processo identitário e de pertencimento essenciais aos sujeitos (BENGHOZI, 2010).

Este investimento estruturante e narcísico que o sujeito recebe lhe confere destinos e lugares no campo social, garante o seu vínculo ao conjunto e a possibilidade de se tornar sujeito portador da missão de transmitir a cultura. Nessa esteira, adentraremos na modalidade estruturante de aliança inconsciente denominada *contrato narcísico*, inicialmente cunhado por

Piera Aulagnier (1979), ampliado por Kaës (2014) e integrado à sua metapsicologia, que se mostra fundamental para a compreensão do laço social e manutenção dos vínculos. Ao passo que autor aponta a função primordial dessa aliança para a vida psíquica, ele igualmente ressalta as consequências de seu abalo,

As catástrofes sociais provocam o deslocamento das alianças e carregam um certo número de consequências, sobre a vida psíquica e social: o contexto torna-se incoerente, incompreensível e inapreensível: as regras que governam as interdependências intersubjetivas e grupais, em torno das questões da vida e da morte, do delito e de sua penalização, não são mais reconhecidas. (KAËS, 2005, p.175)

Percebe-se então a problemática estabelecida quando a necessidade de metabolizar a violência social se impõe e quando os vínculos estão sob ameaça. Se reconhecemos como característica das subjetividades contemporâneas a ineficiência dos processos intermediários, o comprometimento da identidade e dos mecanismos que sustentam o sujeito nos grupos e no tecido social, poderíamos pensar uma sociedade produtora de catástrofes sobre as quais ela mesma não pode operar.

O imbricamento da inserção do sujeito na família e na cultura e dos mecanismos de transmissão psíquica torna o elemento traumático não elaborado uma ameaça potencial a esse lugar primordial garantidor da constituição subjetiva e identitária. A temática da transmissão psíquica se associa ao trabalho da memória, entendido como um registro que se inscreve a partir da elaboração possível e que permite estabelecer o jogo entre recordar e esquecer, onde a história pode ser construída e contada. Nas vivências traumáticas, o impedimento do trabalho de elaboração afeta sobremaneira esse processo, como pensa Puget (2000, p.80), “Uma hipótese é que a memória traumática se constitui em um conjunto em que ficam marcas que remetem a um não-falado, não só porque a linguagem seria incapaz de apreendê-lo, mas pelos pactos inconscientes entre os membros do conjunto”.

A questão do isolamento social vivido em uma maternidade solitária e a potencialidade traumática da migração forçada se delineiam como desafio enfrentado pela mulher imigrante a despeito do necessário estabelecimento de laços e vínculos, inerente à continuidade da vida. No campo material, os vínculos institucionais viabilizam o acesso aos direitos na esfera jurídica e nas esferas do trabalho, da educação, da saúde etc. No entanto, a inserção no mercado de trabalho está diretamente atrelada ao ingresso dos filhos no sistema escolar ou é adiada pelo puerpério. São agravantes que lançam essa população a um cenário de maior desproteção e vulnerabilidade. No campo social, impõe-se a necessidade de apropriação da cidade como um

espaço a ser conhecido e a construção de laços comunitários no microterritório, onde acontece a vida cotidiana.

Compreende-se que tais aspectos são indissociáveis do campo psíquico quando se toma o sujeito como sujeito do vínculo, constituído e sustentado psiquicamente pela intersubjetividade. Um intenso trabalho psíquico se coloca e é no vínculo, no enlace – com a sua própria cultura, com aquela que a acolheu e com seu(s) filho(s) - que residem processos que viabilizam elaborações e simbolizações. Como vimos, os processos intermediários garantidos pelo trabalho do pré-consciente atuam como reguladores e mantêm a continuidade da vida psíquica e são, portanto, essenciais ante a essa demanda.

Diante do exposto, pode-se apreender o papel determinante da dimensão vincular no processo de recepção de um novo integrante na cadeia social, familiar e na dupla com a mãe, no elo formado e pautado nos cuidados primordiais para a constituição psíquica. O vínculo se mantém como foco de atenção teórico-clínica quando articulamos tais questões às dimensões sociais e culturais próprias das migrações forçadas. É por este fértil caminho investigativo que pretendemos nortear a pesquisa, produzindo uma compreensão conjunta entre as dinâmicas intra, inter e trans subjetivas presentes na problemática apresentada.

Para alcançar tal objetivo, apresentaremos o método e fundamentação dos procedimentos de pesquisa, de acordo com Bleger (2011). Demonstraremos que o método de pesquisa privilegia o alcance da dimensão inconsciente contida no material produzido a partir de entrevista aberta de três mulheres imigrantes, com filhos na primeira infância (0 a 3 anos).

A dissertação será estruturada em cinco capítulos. No primeiro, pretende-se refletir a propósito das relações que se estabelecem no Brasil com os imigrantes, historicamente construídas, tendo em vista o recente aumento dessa população, realçando os aspectos relacionados ao encontro com o outro, ou seja, à alteridade encarnada na figura do estrangeiro. Pretende-se discutir o mito do país acolhedor e os processos ideológicos que ancoram o Brasil nessa posição.

Procuraremos situar nossa pesquisa no panorama mundial que se instalou recentemente com a pandemia do coronavírus, evento que estabeleceu uma importante influência sobre as políticas de fronteira e que mobilizou novos deslocamentos pelo aprofundamento de crises políticas, econômicas e sociais.

No capítulo seguinte, trataremos das incidências subjetivas no vínculo do sujeito que migra, apoiando nossa compreensão sobre as rupturas e discontinuidades que acometem as subjetividades e nos discursos sociais que nos informam dos lugares sociais a ele destinados.

No terceiro capítulo, procuraremos delinear a concepção de sujeito na qual vamos apoiar nossa investigação. O sujeito, na perspectiva kaësiana (KAËS, 1997), é tomado como sujeito do grupo e sujeito do vínculo e têm como base a intersubjetividade. É inserido na família através dos investimentos narcísicos fundamentais que garantem seu lugar na cultura, conforme postula Piera Aulagnier (1979). A partir disso, discutiremos os conceitos de família e vínculo de Pierre Benghozi (2010), e a dinâmica que se estabelece na formação, arranjos e desarranjos da malha genealógica. Abordaremos os aspectos traumáticos implicados nas migrações forçadas tendo em vista o referencial teórico de Sándor Ferenczi (1928-33/1992).

Posteriormente, encerraremos o percurso teórico no quarto capítulo, onde abordaremos o trabalho psíquico na maternidade, tanto do ponto de vista do psiquismo da mulher quanto da dupla mãe-bebê, no jogo pulsional e simbólico que se estabelece através dos cuidados essenciais ancorados no corpo do bebê.

No quinto capítulo, apresentaremos a discussão teórico-clínica a partir do material obtido nas entrevistas, tendo em vista realçar os principais emergentes e constantes que nos informam acerca da dimensão inconsciente atuante na dimensão vincular entre as mulheres entrevistadas e seus filhos. Além disso, o vínculo estabelecido com a pesquisadora será considerado como parte da análise, tornando possível alcançar os processos transferenciais contidos no encontro.

Na conclusão e considerações finais, pretende-se produzir um apanhado das questões centrais observadas na pesquisa de campo, articulando-as aos objetivos norteadores do trabalho.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O presente trabalho pretende investigar a constituição do vínculo materno entre mulheres imigrantes e filhos de 0 a 3 anos a partir da experiência de imigração forçada, na cultura de acolhida, considerando fundamentalmente a construção dos pactos e alianças inconscientes.

Objetivo específico

Especificamente, a pesquisa deseja investigar a maneira pela qual as condições de vida que antecederam e motivaram o deslocamento incidem sobre o espaço intersubjetivo do vínculo mãe-bebê/criança. Ademais, almeja compreender através de uma escuta sensível e articulação teórica, as inscrições psíquicas no novo território, até então estrangeiro, pelo viés da maternidade.

MÉTODOS

Nesta pesquisa, pretende-se investigar através de entrevistas a narrativa de mulheres imigrantes com histórico de deslocamento forçado/busca de refúgio que se estabeleceram em São Paulo com seus filhos. Tendo em vista a natureza subjetiva da experiência, optou-se pela pesquisa qualitativa, método que permite uma compreensão interpretativa das narrativas, em seus múltiplos e dinâmicos sentidos. Para Rosa e Domingues (2010, p.185), “as respostas do sujeito jamais poderão ser verificáveis, por estarem subordinadas ao universo fantasmático”. Pretende-se, então, extrapolar a compreensão objetiva das vivências sociais implicadas para alcançar a dimensão inconsciente contida nesse fenômeno via palavra.

O foco, no que diz respeito à dimensão inconsciente, está em desvelar a construção e manutenção do vínculo entre a dupla mãe-filho(s). Investigar o vínculo implica em adotar uma certa concepção do sujeito, compreendido como sujeito do vínculo e no vínculo, inscrito em uma cadeia intergeracional. Para tanto, o material obtido será analisado teoricamente pela concepção de sujeito de René Kaës (1997) onde o cerne se situa na intersubjetividade. Os aspectos singulares e intrapsíquicos serão articulados aos componentes grupais, presentes no enlace de mães com seus filhos, no encontro com a pesquisadora. A entrevista é pensada aqui como um método que dialoga intimamente com essa noção de sujeito, singular plural, tal como constata Bleger (2011, p. 4), “a entrevista é sempre um fenômeno grupal”. -

Para Bleger (2011), o posicionamento do entrevistador nesse encontro, a partir da premissa dialética, é produto e produtor do conteúdo obtido. Na relação transferencial que ali se estabelece, nos laços discursivos engendrados, que o dado de pesquisa é construído: “Transferência e contratransferência são fenômenos que aparecem em toda relação interpessoal e, por isso mesmo, também ocorrem na entrevista. A diferença é que na entrevista devem ser utilizados como instrumentos técnicos de observação e compreensão” (BLEGER, 2011, p.23).

Optou-se pela utilização da entrevista do tipo aberta na perspectiva de Bleger (2011), por permitir que o entrevistado encontre liberdade para imprimir no vínculo com o entrevistador a sua verdade a partir de seu funcionamento psíquico particular. A entrevista psicológica configura um campo clínico e investigativo que deixa emergir as variáveis da personalidade do entrevistado, capturadas pela escuta sensível e vivência atenta do entrevistador na experiência do encontro. Sob a proteção do enquadre, o entrevistador constrói um conjunto de variáveis fixas para que o entrevistado encontre as direções de sua narrativa.

Também Bosi (2003), ao discorrer sobre a entrevista, enfatiza o caráter humano e horizontal dessa prática, onde a experiência do narrador é transmitida nesse *estar com outro* verdadeiro. Nessa jornada, a ordem cronológica dos fatos, as lacunas e distorções do relato são acolhidas como fruto da experiência em si, intransferível. Para ela, é o que torna a experiência do narrador autêntica. Teremos como característica peculiar da presente pesquisa as diferenças culturais entre entrevistador e entrevistado. A partir da perspectiva da autora, é imprescindível um manejo que encurte distâncias e rompa com estereótipos, enriquecendo assim o olhar sobre as narrativas a partir desse interessante debate.

Adicionaremos os possíveis conteúdos traumáticos não simbolizados e suas implicações no vínculo, tendo em vista a perspectiva de família como uma rede sustentadora, herdeira e transmissora de conteúdos psíquicos, conforme teoriza Pierre Benghozi (2010).

Compreendemos que a pesquisa social com enfoque psicanalítico busca, então, apreender uma determinada realidade a partir da experiência do sujeito e a trama de laços onde este se situa. Acrescenta-se aqui toda a complexidade das experiências de violência, privação de direitos e deslocamentos entre culturas. Almeja-se um olhar apurado para as nuances intra, inter e trans subjetivas dos relatos e para isso uma questão inicial disparadora foi formulada, sobre a qual a entrevista se organiza: Como é ser mãe e ter saído de seu país e como é ser mãe e estar aqui no Brasil?

O projeto de pesquisa foi aprovado pela Plataforma Brasil. As entrevistas serão gravadas e transcritas para posterior análise.

CAPÍTULO 1 — Imigração no Brasil: traços históricos e atuais

Os processos migratórios inscritos na história brasileira aludem às primeiras ocupações territoriais e práticas de apropriação, inseridas em uma lógica colonizadora, onde o encontro cultural foi marcado pela violência, domínio e exclusão.

Partimos da noção de nacionalidade, como pensa Seyferth (1996), como uma crença de uma origem comum e um processo histórico compartilhado que confere pertencimento a determinado grupo étnico. Para a autora, esse sentido foi tomado ao longo da história brasileira pelos ideais nacionalistas, incompatíveis com a expansão da população designada como minoritária e hierarquizada racialmente. De acordo com ela, a política brasileira, amparada pela ciência, foi tecendo na história sentidos específicos para a imigração e colonização, com o intuito de viabilizar seu projeto nacionalista de produzir um tipo nacional brasileiro, a partir do manejo migratório e práticas de miscigenação próprias.

As teorias produzidas em torno da raça, especialmente na segunda metade do século XIX, sustentaram o projeto de fabricação do brasileiro ideal, acorde com o progresso nacional, e condicionaram as diretrizes de hibridização a partir da captação de imigrantes europeus para ocupação de propriedades familiares, com o propósito de implementar a prática agrícola. Dessa forma, a ruptura com o sistema escravagista abre caminho para essa empreitada e torna o país mais atraente para o europeu tido como civilizado. No entanto, a população não branca e trabalhadora livre ou aquela recém desamparada pela abolição, não são consideradas como parte dessa política de facilitação da ocupação de terras. Neste contexto, os afrodescendentes, reificados e submetidos a um sistema de dominação cruel são postos à margem e apagados do campo social. A hierarquização racial, amparada por teorias racistas, como o darwinismo social, vê o progresso humano como uma luta de raças e que garante nesse embate lugar para os mais aptos, definidos pelos fatores biológicos e fenotípicos e classificados segundo critérios subjetivos, ideologicamente fabricados. Os brancos são vistos como mais capacitados e os negros como raça inferior, naturalmente fadada ao desaparecimento através de uma “boa” mistura. Instala-se então, nas primeiras décadas da República, um projeto de branqueamento da população brasileira, que teve na imigração europeia seu instrumento:

O branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco. Portanto, em termos gerais, o Brasil teria uma *raça*, ou um *tipo* ou, ainda, um *povo* (o conceito empregado não importa) nacional. Em suma, a característica que faltava para definir a nação. Sendo

assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação. (SEYFERTH, 1996, p. 49, grifos do autor)

As raças, que eram assim definidas como superiores e inferiores, brancas e não brancas, ocupavam um lugar distinto e carregavam, por conseguinte, bons ou maus atributos. No entanto, paradoxalmente, para a “boa” miscigenação ocorrer, era preciso que essas distâncias fossem encurtadas e que os encontros acontecessem. Os imigrantes europeus assimilariam a cultura brasileira e os não brancos (indígenas, negros, caboclos etc.) pagariam um preço, enquanto dominados e inferiores, com o apagamento de sua raça e supostamente se beneficiariam da aptidão civilizatória europeia.

Outro movimento que mobilizou a política brasileira no que concerne à imigração foi a vinda da população japonesa desde o início e até a metade do século XX, momento em que o Brasil recebeu uma quantidade expressiva de famílias em número equivalente às alemãs. A partir de acordo entre governos, se instalou um processo de imigração subsidiada e direcionada para suprir a demanda de mão de obra agrícola, principalmente no cultivo de café. Vale ressaltar que a imigração japonesa foi, aos olhos do projeto de branqueamento citado por Seyferth (1996), vista como uma imigração não branca e que ameaçava, juntamente com outros povos asiáticos, a nacionalidade brasileira que se desejava produzir, o que durante muito tempo comprometeu a integração dos japoneses à sociedade e a superação das diferenças culturais. A relação entre brasileiros e japoneses foi, portanto, profundamente marcada pela xenofobia. O movimento nacionalista do Estado Novo (1937-1945) da Era Vargas (1930-1945) instituiu uma série de restrições às imigrações, inclusive a proibição do uso oral e escrito de línguas estrangeiras, o que corroborou para a cessação do fluxo migratório em terras brasileiras, associado ao cenário mundial que antecedeu a Segunda Guerra (1939-1945) (FERNANDES; SÁ, 2018).

Segundo Fernandes (2010), as estratégias de pertencimento e os modos de ocupação de um território por um povo passam pela compreensão dos mecanismos de memória e de apagamento de elementos do passado que não encontraram meios de simbolização. A autora defende que a história da cultura brasileira é permeada por um pacto inscrito na dimensão inconsciente - que estrutura um vínculo de dominação entre senhores e escravos - e se mantém a partir de elementos banidos do trabalho de representação ao longo da história. Tal pacto se perpetua pela ideologia da mestiçagem e tem a violência como forma de ligação. O percurso brasileiro produtor de miscigenações e sincretismos culturais inscreve na memória brasileira

conflitos que se expressam e se reproduzem até os dias atuais, num movimento de reatualização traumática de uma história não elaborada.

Nessa perspectiva, a autora pensa a mestiçagem, tão presente nos discursos sociais que se prestam a definir o que é ser brasileiro, como uma força encobridora de conflitos que virão a se manifestar como uma saída para a experiência colonizadora. Essa força sustenta, enquanto ideologia, um suposto apagamento da diferença. Diferença essa que encontra meios de se manifestar na esfera política e nas práticas discriminatórias cotidianas. A ideologia sempre comporta um aspecto irracional, determinado pela dimensão inconsciente do vínculo, na construção de ideais homogeneizadores, e se arranja em forma de discurso e emblema, que sustentam a construção da identidade coletiva de um grupo social e determina o sentimento de pertencimento e as representações de mundo.

[...] a mestiçagem no Brasil, idealizadora de relações não conflituosas na sociedade, operaria como a ideologia que nos mantém ao tempo ligados e, nas práticas cotidianas, em segregação contínua, condenando-nos a manter o “sempre igual”, apesar da aparência de rupturas transformadoras. Práticas de segregação apoiam-se em ideologias que alimentam o modo de pensar por estereótipos, ou seja, atribuem-se a um povo ou grupo étnico modalidades de padrões de conduta que certamente poderiam estar na base do que se entende por preconceito e irracionalidade. (FERNANDES, 2010, p. 263)

Nessa perspectiva, podemos pensar a problemática do racismo e da xenofobia não somente como um dos efeitos possíveis disparado pelo encontro entre culturas, mas também a partir da história brasileira e de seu percurso de miscigenação e de práticas de exclusão perpetuados no tempo e reatualizados na figura dos imigrantes fruto dos deslocamentos atuais. A articulação dos projetos político-econômicos com as políticas relativas ao tema das imigrações, tanto na sua facilitação quanto no seu impedimento, é também estreitamente relacionada com aspectos subjetivos e de natureza inconsciente que atravessam os vínculos sociais e produzem subjetividades mais ou menos legitimadas. O não reconhecimento dos deslocamentos contemporâneos em seu aspecto humanitário revela obsolescência da política e impõe desafios na acolhida e integração dessa população.

No cenário contemporâneo, as características dos movimentos migratórios se tornam fluídas e dinâmicas, o que nos impõe certa dificuldade na tentativa de traçar um perfil dos migrantes. A problemática migratória está inserida nesse cenário global de crise e traz como pano de fundo uma série de expressões sociais e psíquicas do nosso tempo, como a violência, o encontro com o outro, a desigualdade, as transformações nas modalidades de vínculo e na constituição subjetiva sob domínio do capitalismo e seus efeitos. Isso se dá porque

determinados deslocamentos geográficos trazem a marca da exclusão, seja por crises econômicas e políticas, ou por guerras, perseguições, xenofobia e conflitos religiosos. São razões que colocam centralidade na questão da sobrevivência em oposição a um projeto de migração escolhido, pensado e planejado.

Neste sentido, a categoria jurídica de refugiado é aquilo que o diferencia de um migrante está pautada, muitas vezes, pelo ponto de vista de quem vivenciou a experiência. Desde 2010, o Brasil vem se firmando como país receptor de refugiados, inicialmente pela chegada dos haitianos, após a catástrofe do terremoto, ocorrido naquele ano, e que vitimou mais de 200 mil pessoas. Reconhecidos e autorizados a permanecerem no país por meio de um visto humanitário criado para tal demanda, os haitianos chegaram pelas fronteiras do Norte, que, a partir de 2015, foi também o caminho de entrada de milhares de venezuelanos devido à grave crise econômica e política enfrentada pela população, com efeitos devastadores no abastecimento do país (SILVA; ABRAHÃO, 2018). Os sírios estão bastante presentes nas solicitações de refúgio como a nacionalidade com um número significativo de concessões, sendo este fluxo de imigração derivado dos conflitos violentos e das condições impostas pela guerra civil deflagrada em 2011.

A população venezuelana em deslocamento se encontrava em um limbo normativo, visto que a saída emergencial adotada para os haitianos não foi aplicada aos venezuelanos, e não há ainda uma solução humanitária e legal para acolher e integrar essa demanda. As respostas no campo da política parecem ser reativas aos fatos e às emergências sociais, como aponta a quarta edição do relatório “Refúgio em Números”, de junho de 2019. Segundo o documento, houve o reconhecimento da gravidade e da dimensão generalizada de violação de direitos humanos às quais os venezuelanos estavam submetidos, o que possibilitou a adoção de medidas de simplificação do processo de determinação da condição de refugiado para esta nacionalidade. Esse caminho normativo que contemplou a regulamentação da permanência de um grande número de venezuelanos é motivo de discussões em torno dos interesses políticos envolvidos, isso porque essa atitude contradiz outras posições do governo Bolsonaro na gestão da fronteira terrestre após o início da pandemia, como veremos mais adiante.

A população boliviana, por outro lado, possui uma forte tradição migratória e desde 1980 busca se fixar em solo brasileiro, motivada por fatores predominantemente econômicos. O fluxo migratório se mantém até hoje, formando numerosas comunidades bolivianas que buscam melhores condições de vida, especialmente nos bairros centrais de São Paulo, conhecidos pela oferta de trabalho no ramo de confecção de roupas. São compostas em sua maioria por jovens solteiros de ambos os sexos, que chegam no país com uma perspectiva de

inserção nas oficinas de costura, que por vezes oferta condições laborais precárias e muito diferentes das almejadas. A reunião familiar é um projeto comum e é mediado por aqueles que conquistaram alguma adaptação e condições básicas de vida, moradia e renda (SILVA, 2006).

Encontramos atualmente no Brasil outras nacionalidades, em números menos expressivos, derivadas de deslocamentos forçados ou associados a vulnerabilidades significativas, como os colombianos, senegaleses, congolese, nigerianos etc. A diversidade é grande e as condições de deslocamento complexas, porém, de forma geral, podem ser apreendidas como produto de um sistema produtor de desigualdades, o que torna mais evidente as mazelas do cenário mundial que a humanidade vive hoje. Nesse quadro, o racismo, a xenofobia e os ataques a essa qualidade de imigrantes denuncia a falácia da chamada aldeia global e do livre trânsito de pessoas, imperativo do sistema econômico vigente (PEREIRA; CASTANHO, 2019).

Se historicamente o Brasil teve na imigração seu instrumento para viabilizar seu ideal nacionalista de progresso, hoje lida com a face humanitária desse fenômeno, o que exige uma mudança de paradigmas no tratamento social e político desse quadro tão urgente.

Mundialmente, dados mais recentes apresentados pela ACNUR (2020) demonstram um número significativo de mulheres em deslocamento e em busca de refúgio. Ademais, indica que a idade de 40% dos refugiados é inferior a 18 anos, denotando a presença marcante das crianças nesse contexto. O processo de feminização da imigração tem sido apresentado em pesquisas e relatórios anteriores, o que torna cada vez mais premente o enfoque transversal que reconhece a presença de múltiplas vulnerabilidades. Segundo o site Migramundo (PAIK, 2020), o número de pessoas atendidas pela associação civil sem fins lucrativos Cáritas Diocesana de São Paulo em 2018 já demonstrava a chegada de muitas mulheres no país. Esse aumento se manteve no ano de 2019, tornado quase equivalente o número de solicitações de refúgio do sexo masculino e feminino. Segundo a Cáritas, esse aumento se deve principalmente pela vinda dos venezuelanos por rota terrestre, rompendo com o perfil migratório aéreo, predominantemente masculino.

Segundo o Relatório do OBMigra, ainda que as migrações femininas tenham sido retiradas da invisibilidade pela produção teórica feminista, os estudos produzidos ainda se concentram nas migrações para o Norte Global, o que não representa a realidade do novo cenário de deslocamentos entre países periféricos — eixo migratório denominado Sul-Sul.

A migração angolana, por exemplo, é consolidada no Brasil desde 1990 e a partir de 2011 se concentra na cidade de São Paulo. As condições que criaram tal fluxo dizem respeito essencialmente à precariedade de oferta dos serviços básicos no país — e conseqüentemente a

privação de direitos fundamentais — associada à violência instaurada pelas milícias locais. É um fluxo com perfil diverso, mas assim como ocorre nos deslocamentos extracontinentais contemporâneos, é recorrente a imigração irregular, não documentada e até mesmo com envolvimento no tráfico ilícito de pessoas. Entre as mulheres, as razões do deslocamento ligadas à maternidade e à busca por melhores condições para receber um bebê, motivam as angolanas a migrarem ainda gestantes. A tradição de mulheres trançeirias dá acesso a uma consistente rede de recepção no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, e eventualmente gera possibilidades de trabalho em uma galeria no centro da cidade (FURTADO, 2020).

A complexidade imposta pelos novos eixos migratórios constituídos, com a presença marcante de mulheres e crianças, desafia os países de acolhida na criação de estratégias de recepção e cuidado. Nessa direção, o projeto de pesquisa intitulado “Política de Migração do Brasil Consolidada” (2017), com resultados publicados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), em parceria com o Ministério da Justiça, visa um delineamento de soluções para a regulamentação e implementação de políticas públicas de migração e sua articulação com as normativas que versam sobre o refúgio, na perspectiva dos direitos humanos e constitucionais. Segundo os dados apresentados, uma das diretrizes desse trabalho aponta para:

Um ponto enfatizado por atores dos diferentes grupos é a necessidade de capacitação dos profissionais dos serviços de saúde mental quanto à migração e ao refúgio, bem como dos agentes migratórios quanto às questões de saúde mental, para que saibam encaminhar os casos. Em relação às crianças migrantes e refugiadas, destaca-se como um dos desafios a inserção no ambiente escolar, além da necessidade de criar programas de aprendizagem da língua portuguesa para adolescentes. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, p.79)

Ainda sobre as ações necessárias na assistência aos migrantes vulneráveis, a pesquisa indica:

Um ponto transversal marcante é a demanda dos diversos atores ouvidos de que as políticas públicas universais incorporem em sua programação ações especificamente direcionadas ao público migrante. Há, de um lado, o reconhecimento das dificuldades de implementação de determinadas políticas, como a de proteção à mulher ou contra o racismo, para proteção tanto dos migrantes, quanto dos brasileiros. Porém, do outro lado, há também uma demanda explícita de que sejam construídas políticas e ações específicas para atenção das peculiaridades da população migrante vulnerável dentro do marco geral e das políticas universais. É o caso, por exemplo, dos migrantes negros (especialmente do Haiti e de países africanos) que se sentem vítimas de racismo em relação aos migrantes brancos (como os europeus e latino

americanos). Ou o caso das mulheres, havendo registro de que a legislação que estabelece mecanismos específicos para coibir a violência e a discriminação de gênero não é suficiente para cobrir a dupla vulnerabilidade que aflige as mulheres migrantes, vítimas do preconceito e da violência de gênero, mas, também, das violações e riscos próprios a que são expostos os migrantes vulneráveis. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, p. 80)

As diretrizes apresentadas acima denunciam as fragilidades do sistema de recepção das mulheres e crianças imigrantes e colocam em cena a relevância da saúde mental como componente essencial da assistência, no sentido amplo da palavra, que não se restringe aos cuidados de saúde mental especializados, mas se refere sobretudo a uma dimensão indissociável do acolhimento e hospitalidade.

Os efeitos disparados em um encontro cultural dessa natureza incidem sobre o campo político-assistencial e nos conduzem a pensar sobre os modos de recepção da população imigrante e vulnerável. A hospitalidade, como conceito interdisciplinar que está associado “a um conjunto de valores e princípios relacionados aos direitos internacionais da pessoa e aos esforços de promoção da paz e de integração social e cultural de deslocados [...]” (SPOLON; SOUZA, 2016, n.p), por vezes colide com a presença da intolerância, mesmo nos países que se propõem a alcançar ideais sociais mais plurais.

Ainda de acordo com Spolon e Souza (2016), a hospitalidade é compreendida como um espaço mediador do encontro entre o país receptor e povo imigrante através da construção de práticas sociais pautadas na tolerância. O acolhimento propiciado pela hospitalidade se desenha a partir das relações construídas e do favorecimento de modos de convivência e de formação de laços. Esse processo está alicerçado na paisagem urbana e sua desejável permeabilidade, nos modos de ocupação e uso dos espaços, que servem de aparato concreto para a inclusão e acessibilidade.

Broide (2015) pensa que a construção de dispositivos que respondam às situações sociais críticas, tal como a ocupação da cidade por imigrantes/refugiados deve considerar a escuta dos diversos atores presentes no território, tal como os serviços públicos envolvidos na reinserção social dessas famílias (educação, saúde, assistência social, trabalho etc.), a própria instituição de acolhida, dentre outros. A presença do psicanalista/pesquisador no território permite conhecer a história dos lugares, os modos de ocupação dos espaços, suas características arquitetônicas e os agenciamentos produzidos na busca pela sobrevivência física e psíquica daquela comunidade. A apreensão do território, dos modos de vida e de seus efeitos sobre a população imigrante adquire características específicas, pois elementos como

desterritorialização/pertença, língua e cultura são dimensões relevantes para a compreensão desse fenômeno social. Nesse sentido, a política destinada a essas situações sociais deve ser ampla, específica, contínua e sincronizada com as características que emergem desse grupo social.

No entanto, o que se observa no atual quadro político brasileiro é o aumento considerável de práticas excludentes, tanto no nível da política pública quanto nas relações sociais, local privilegiado dos discursos de ódio. O movimento nacionalista declaradamente antidemocrático que se instalou no país desde a última eleição presidencial, ocorrida em 2018, legitima tais discursos e proferem um ataque explícito às minorias. Os imigrantes refugiados compõem, juntamente com as minorias nacionais, a margem gravemente desassistida. A saída do Brasil do Pacto Global para uma Migração Segura, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2019, é um dos episódios que coloca a política externa do país em uma posição frágil, produzindo incertezas e vincando ainda mais o caráter securitário no campo das migrações internacionais (RODRIGUES; CAVALCANTE; FERSTEIN, 2020).

1.1 A pandemia do coronavírus e o aprofundamento das desigualdades

Concomitantemente aos desequilíbrios econômicos e tensões mundiais que engendram os movimentos migratórios atuais, eclode a pandemia de coronavírus, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que se alastra em uma velocidade surpreendente e chega ao Brasil oficialmente em março de 2020. Como a linguagem cibernética bem define: viralizou. Um vírus, com grande potencial de letalidade e com comportamento desconhecido transita pelas rotas globalizadas frenéticas, antes sob domínio do mercado e de trocas comerciais.

A pandemia não impôs à humanidade somente um quadro de emergência de saúde pública. O aprofundamento de desigualdades se mostra brutal e sem horizontes promissores para a população nacional e estrangeira que já estava desamparada socialmente e que já vivia em condições precárias. Novos deslocamentos forçados foram relatados como resultados de políticas de contenção e fechamento de fronteiras e do agravamento da crise econômica. Rodrigues, Cavalcante e Ferstein (2020) elencam algumas minorias sob maior risco, dentre elas os negros, as pessoas em situação de rua, a população indígena, a população privada de liberdade e os migrantes forçados.

Segundo esses autores, um dos efeitos produzidos pela pandemia sobre os mais vulneráveis é o aumento da xenofobia derivada da associação histórica dos imigrantes com doenças epidêmicas. Os migrantes carregariam o mal e tornariam os recursos do país ainda mais escasso para os nacionais. A assistência ao imigrante é, então, significada como uma subtração de recursos tidos como pertencentes aos nacionais.

A fronteira terrestre Brasil-Venezuela foi fechada sob o pretexto de preservação da saúde pública, ao passo que todo o trânsito aéreo com este país foi mantido, o que denota a recusa da recepção das pessoas em busca de refúgio e o incentivo às atividades econômicas em detrimento das humanitárias. Para aqueles imigrantes já instalados no país, o acesso aos serviços assistenciais foi dificultado, pois os equipamentos e abrigos não se adaptaram rapidamente aos protocolos sanitários e os atendimentos foram virtualizados ou interrompidos. O acesso ao auxílio emergencial (benefício financeiro concedido pelo Governo Federal a desempregados, trabalhadores autônomos e informais como estratégia de proteção frente à crise desencadeada pela pandemia) e a contraditória exigência de documentação regular impediu que esse recurso chegasse à população mais desassistida, configurando um quadro de insegurança alimentar. O distanciamento social e as medidas sanitárias não encontram aderência nas pequenas e populosas moradias periféricas. A busca por trabalho, mesmo que precário e instável, continuou sendo feita a despeito do risco de contaminação, para garantir uma renda possível.

A adaptação da população imigrante está diretamente relacionada às instituições acolhedoras, mas também às escolas e tantas outras instituições que garantem o agenciamento das relações e vínculos. Nesse sentido, a adaptação ou vinculação com a cidade e com as pessoas fica suspensa ou muito menos acessível, o que compromete a apropriação de novos códigos sociais e da língua.

Finalizando esse breve relato da situação atual, na qual essa pesquisa se insere, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pela população imigrante até mesmo no atendimento de saúde. Os dados que subsidiariam ações específicas a essa demanda não estão disponíveis, pois a nacionalidade não é mencionada nas notificações das infecções e mortes causadas pelo Covid-19 (RODRIGUES; CAVALCANTE; FERSTEIN, 2020).

A capacidade de gestão e organização de respostas governamentais à pandemia não corresponde às vulnerabilidades específicas da população imigrante em deslocamento forçado, devido ao escamoteamento de dados ocasionado pelo desligamento ou inacessibilidade dos equipamentos de cuidado e assistência. Além disso, a instabilidade da política interna e externa imobilizam ou até mesmo fazem retroceder os meios legais de garantia e proteção de direitos.

O avanço da vacinação da população, iniciada em janeiro de 2021, arrefeceu a escalada mortífera que até o mês de outubro de 2021 havia vitimado mais de 605 mil brasileiros. Os efeitos e desdobramentos desse período, ainda não passíveis de mensuração, são complexos e dramáticos e dizem respeito não apenas à sobrevivência física, mas social e psíquica. Iniciou-se o movimento de responsabilização criminal do Governo Federal pela má condução no enfrentamento da pandemia e o imprescindível resgate da memória das vítimas.

A situação social das pessoas em deslocamento se agravou e alterou também o curso da presente pesquisa, que já estava em andamento. A partir disso, a investigação se atualiza e amplia suas possibilidades de análise. O fortalecimento da relação com o campo de pesquisa e com a universidade, ambientes profundamente modificados e sob adaptação constante, se torna necessário neste quadro sem precedentes, no qual todos estamos imersos.

CAPÍTULO 2 — Encontro cultural: incidências subjetivas sobre o sujeito imigrante

A abordagem que adotaremos para tratar das incidências subjetivas nos processos de deslocamentos forçados terá como norte a compreensão do sujeito como sujeito singular e como parte de um grupo e de uma determinada cultura. Sujeito que porta sua história, seus laços de pertencimento e que vivencia um encontro com uma cultura diferente da sua. Um encontro que não é fruto de um projeto pensado e planejado, mas como uma saída para sua própria sobrevivência.

São inúmeros os desfechos possíveis no campo da psicopatologia e dos sintomas para aqueles que vivenciam uma ruptura dessa magnitude. Adotar uma abordagem centrada na doença abriria um leque de discussões acerca de classificações diagnósticas e práticas de cuidado, o que nos distanciaria dos objetivos desta pesquisa. No entanto, é importante salientar que tais práticas são permeadas pelas noções de raça e cultura que constroem o olhar sobre saúde e doença mental. São noções construídas, por vezes, de maneira naturalizante, encobrendo o olhar para os efeitos do racismo e das circunstâncias sociais implicadas. Outro risco possível está na patologização de comportamentos desencaixados do padrão cultural de acolhida, especialmente quando a comunicação entre paciente e cuidador se faz incompreensível (MOUNTIAN; ROSA, 2015).

Optaremos por sair da oposição saúde/doença e privilegiaremos neste capítulo as formas pelas quais se configuram os abalos nos mecanismos fundamentais do psiquismo, que por sua vez, na perspectiva do vínculo, atingem os processos de ligação e desligamento. Nos campos político e econômico, buscaremos localizar o sujeito migrante no cenário contemporâneo capitalista, produtor de vulnerabilidades, cenário este que atravessa a relação do sujeito com as instituições e o submete a jogos de poder e consequente marginalização. Como nos lembra Fernandes (2010, p. 267), o “afastamento do lugar e da ligação das origens comporta, necessariamente, a significação de exílio e define a categoria do não vínculo”.

A experiência de deslocamento forçado ressoa sobre aspectos mais primários da constituição psíquica. O sujeito do Inconsciente se forja nesse encontro com o meio exterior, tanto aquele do momento presente, como aquele que já anunciava sua chegada e o investia narcisicamente. Nesse jogo pulsional dentro e fora se instaura o psiquismo, mas também se produzem as figuras do negativo, que possibilitam os primeiros vínculos. O negativo, ou aquilo que se mantém fora da consciência, já se configura como um germe da estrangeiridade em nós mesmos.

Veremos no próximo capítulo que a impossibilidade do trabalho psíquico de representação ocasionada pelo caráter excessivo e intrusivo do evento traumático é determinante para que essa experiência seja dessubjetivante e instale, através dos mecanismos de transmissão psíquica, uma crise na malha de vínculos filiativos e afiliativos.

No que diz respeito propriamente à cultura, compreendida dentro do campo psicanalítico, Kaës (1998) assinala que sua manutenção e reprodução tem como base um campo psíquico que possui uma função estruturante para o sujeito. As primeiras relações com a mãe ou com seu representante dão acesso a uma não coincidência entre mundo interno e externo e à medida que as primeiras separações se dão, se instituem as primeiras experiências iniciais de não ligação. A criança, desalojada do lugar ilusório de ser o objeto da mãe é inserida em uma estrutura que diferencia seu sexo e o seu lugar na biografia familiar. São as marcas iniciais da diferença, das primeiras aparições da alteridade e das primeiras vivências de exílio/ruptura.

Ainda nos apoiando em Kaës (1998), é na cultura que somos apresentados ao que é humano, e opostamente, ao que é da ordem do monstruoso. Tal diferença remete às renúncias pulsionais, assim como aquela imposta pela diferença entre gerações que mantém a proibição do incesto. São elementos que estão na base dos primeiros vínculos, na família e, por conseguinte, na cultura. Um outro aspecto interessante, no que concerne às características e diferenças impressas pela cultura, diz respeito à língua e suas nuances/sotaques. A partir do estabelecimento de um vínculo com a sonoridade materna, o ingresso na linguagem como sistema de significação se torna possível, inserindo o sujeito em um universo que lhe confere valor narcísico, de reconhecimento da origem, compondo mais um elemento em seu repertório identitário.

Cultura é o que nos é transmitido, o que é adquirido e incorporado ou introjetado no elo primário: marcas identificadoras e sistemas de representação. Nesse sentido, a cultura possibilita o acesso à simbolização: precedendo cada sujeito individual, ela predispõe o espaço potencial do simbólico. (KAËS, 1998, p.46, tradução nossa)

É importante destacar que o contrato narcísico cumpre uma função psíquica primordial. Ele garante a continuidade da cultura e se encarrega de ofertar os primeiros repertórios identificatórios e os primeiros lugares para o sujeito. Lugares esses que mais tarde se ampliarão em momentos específicos da vida, como na adolescência por exemplo. De acordo com Correa (2017, p.3, tradução nossa), “[...] devemos considerar a fratura ou a fragilidade dos marcos identitários questionados pela diferença cultural e a descentralização narcísica que caracteriza toda ruptura de vínculos”. As migrações e o encontro entre culturas evidenciam tais processos

e colocam em cena o pertencimento e identidade de um lado, e de outro, o estrangeiro/alteridade.

A figura do estrangeiro é formada a partir das representações que a cultura recebe de fora, ou seja, trata-se de um trabalho de autorrepresentação a partir da diferença. Ela define o que somos nós e o que é o outro, com todos os aspectos negativos e perigosos destinados à categoria de estrangeiro, desconhecido. A cultura se afirma, e busca, enquanto necessidade narcísica, similitude que garanta a continuidade e integração do grupo, do “dentro”. Fernandes (2010, p.268) sintetiza essa ideia colocando a diferença como cerne, ponto central da formação cultural: “A cultura e a linguagem manteriam sempre o estranho, referência fundamental para a constituição de si mesmas e para a constituição e funcionamento psíquicos dos sujeitos e dos grupos”.

A identidade é sempre relacional, marcada pela diferença e sua construção é psíquica, simbólica e social. Sua instabilidade é inevitável, na medida em que sempre se depara com o diferente em um determinado contexto político e econômico. Nesse sentido, fala-se de crises de identidade e a emergência de novas posições identitárias, que na atualidade tem nas migrações uma importante expressão, como identidades contestadas, que refletem a desigualdade (WOODWARD, 2000). Afirmá-la implica em vincar fronteiras e estabelecer critérios binários de inclusão e exclusão, onde a hegemonia, garantida como a identidade normalizada, sustenta relações de poder e define as posições dos sujeitos e produz subjetividades marginalizadas e abjetas (SILVA, 2000).

Quando tratamos de identidade, estamos falando de identificação, conceito que forja uma importante ponte entre os Estudos Culturais e a Psicanálise. Para Hall (2000), a construção identitária deriva de uma suturação entre o campo discursivo e psíquico que, por sua interdependência, torna possível pensar o sujeito e a cultura além de uma mera reprodução discursiva, mas como entidades que assumem posições, segundo seus processos de constituição subjetiva. Ele assinala:

E uma vez que como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui. (HALL, 2000, p.106, grifo do autor)

Nota-se que estamos a todo tempo gravitando em torno da noção de interioridade e exterioridade, nas bordas do corpo mãe-bebê, nas bordas da família e campo social, nas

fronteiras entre culturas. Isso porque as culturas são definidas e reconhecidas também por sua exterioridade, pelas informações advindas de fora, pelo que não é, por aquilo que a diferencia. O que está fora dela toma forma de alteridade radical, pois a origem cultural de todo sujeito se apresenta como absoluta justamente como forma de lidar com a figura do estrangeiro. Mesmo quando se trata da noção de raça, percebe-se que ela é tomada nos discursos como equivalente à noção de cultura e ambas contêm os mesmos regimes de diferença que definem a posição do outro (MOUNTIAN; ROSA, 2015).

A figura do estrangeiro reside em nós por meio dos elementos do que nos é estranho à consciência, mas se manifesta na relação com a alteridade, com aquilo que ocupa o campo do não eu. Para Kaës (1998), a figura do estrangeiro suscita, em sua raiz, uma ambivalência: atração e repulsa. Neste último caso, essa figura carrega em si a imagem do estranho, do inimigo que ameaça. O estrangeiro migrante, que atravessou a fronteira e adentrou em uma determinada cultura (que se apresenta como universal para seus nativos) é um representante da alteridade interna de cada sujeito e carrega assim esse paradoxo.

O encontro entre culturas coloca em cena aspectos primordiais dos mecanismos de diferenciação que ancoram a formação de cada cultura, seu sistema de valores e pactos estruturantes. Para Kaës (1998) tal encontro está sempre marcado pela iminência de uma certa violência ocasionada pela vacilação dos mecanismos repressivos e a figura do estrangeiro se torna a figura do inimigo. Ademais, aspectos regressivos se manifestam e reatualizam a perda da ilusão de unidade com a mãe e lançam o sujeito em angústias relativas aos seus primeiros exílios e o confronta às suas certezas:

[...] o encontro cultural põe em causa, numa certa violência, alguns dos alicerces do vínculo: a comunidade de renúncia pulsional, no qual Freud fez o momento de passagem da horda à civilização e da pluralidade ao agrupamento; o contrato narcísico que garante a identidade do todo e a continuidade das relações entre seus elementos; o pacto denegativo que garante as condições de repressão ou negação em favor da manutenção do vínculo. (KAËS, 1987¹ apud KAËS, 1998, p. 70, tradução nossa)

Esse encontro produz narrativas sociais sobre a figura do imigrante, do estrangeiro. Quando falamos de deslocamentos forçados, devemos recordar que se trata de indivíduos e famílias que ocupam um lugar de desproteção e exclusão social, que advém de países igualmente submissos nas relações de poder instituídas pelo sistema capitalista. A negação ou

¹ Réalité psychique e souffrance dans les institution, in Kaës, R, Bleger, J. et coll., L'institution et les institutions. Études psychanalytiques, Paris, Dunod, 1987.

anulação da diferença pelas ideologias de mestiçagem, como vimos, ou a reificação da figura do imigrante são fatores que determinam e definem essa experiência como potencializadora ou como adoecedora, que recoloca o sujeito na posição de exilado. Ao estudar as narrativas e discursos sobre os imigrantes na cidade de São Paulo, Mountian e Rosa (2015) apontam que a condição de imigrante muitas vezes não é considerada. As diferenças sociais são tidas como naturais e não passíveis de reconhecimento. Em contrapartida, quando a diferença é reconhecida, ela ocorre de maneira fetichizada, onde a imagem do estrangeiro é fixa e limitada a estereótipos, restringido sua posição de sujeito a seu estado migratório.

No caso das mulheres, um importante recorte de gênero se sobrepõe às demais vulnerabilidades. O lugar que ela ocupa socialmente é severamente desfavorecido e representa em muitos aspectos a efetivação dos critérios de exclusão impostos pela hegemonia: mulher, imigrante, mãe, pobre, desempregada, sem-teto. São posições que podemos vislumbrar no país de acolhida; no entanto, tais mulheres ocuparam no passado outras tantas posições igualmente marginalizadas no país de origem. A mulher imigrante gestante ou aquela que chegou acompanhada dos filhos ocupa um lugar ainda mais frágil, pois sua inserção no mercado de trabalho está impedida, ao menos temporariamente. Especialmente no caso de famílias monoparentais, a mulher necessita ou se ocupar da adaptação escolar e demandas da infância, ou está vivenciando as exigências do puerpério, envolvida nos primeiros cuidados de um bebê sem o suporte de sua família de origem. Trata-se de um período que reatualiza rupturas e dores derivadas do desenraizamento (RAMOS, 2012) e torna a experiência de migração mais complexa, acentuando o isolamento social e sofrimento psíquico.

O isolamento pode ser compreendido como uma consequência das dificuldades inerentes às funções parentais e à complexidade do lugar destinado à mulher socialmente. No entanto, também pode se apresentar como uma resistência àquilo que é novo e que difere do mundo familiar já conhecido. Correa (2017) observa que esse isolamento se expressa por um conflito relativo aos organizadores socioculturais que sustentam a vida cotidiana da família, através de práticas muito próprias de cada cultura. São códigos que regem a experiência da vida concreta, como as práticas de cuidado, de alimentação e da socialização como um todo, sustentada por rituais e ritos de passagem. A maternidade, como um rito de passagem, se ampara no conjunto social e cultural, que torna possível o acesso ao saber tradicional, organizador das práticas e jogos de cuidado.

Dessa maneira e nessas condições, a imigração se constitui como um encontro cultural específico, marcado pela violência, onde os novos vínculos e intercâmbios linguísticos se enfraquecem ou permanecem ausentes. Podemos compreender, então, que os códigos são os

modos de viver e de morar e da língua que falamos. Se esses códigos vacilam, especialmente como observamos nos tempos atuais, eles reatualizam conflitos intrapsíquicos nos sujeitos tanto no sentido da ligação ou do desligamento de vínculos (FERNANDES, 2010).

Entretanto, alguns autores apontam para um fenômeno psíquico oposto, derivado do encontro cultural: a superidentificação. Enquanto o isolamento nos remete a um fechamento e blindagem, na superidentificação há uma hiperpermeabilidade e hiperadaptação do mundo interno frente à nova realidade que se coloca. A aceitação na cultura de acolhida passa por rechaçar e negar a própria origem (CORREA, 2017).

Fernandes (2010) recoloca essa questão quando ressalta que o migrante apresenta uma urgência identificadora. Há um excesso de elementos estrangeiros e um psiquismo fragilizado pela experiência de ruptura de elementos constituintes de sua identidade e pertença. Como uma saída para essa instabilidade e tensão identificatória vivida, decorre um acelerado processo de superidentificação. Tal processo impede o trabalho de representação, onde ideia e afeto não se conectam, gerando restos não simbolizados, potencializadores de uma crise futura. A regulação dentro/fora está comprometida, abrindo espaço para vivência de dominação e anulação do sujeito vulnerável.

Rosa *et al.* (2009) destacam que questões políticas que se expressam em exigências burocráticas quanto à regularização documental agem nessa aceleração identificatória. Nesse cenário, o sujeito imigrante responde com urgência, na tentativa de estabelecer rearranjos, que devido às adversidades, se mostram precários e efêmeros. No caso dos refugiados, a legalização toma sentido de uma proteção ilusória que definiria a sua condição enquanto sujeito. O apego apressado a um território se mostra, muitas vezes, como certeza de pertencimento: “Pressionado, desenraizado, o sujeito deixa-se emaranhar nas garras do instantâneo, do reagir em vez de agir” (Rosa *et al.*, 2009, p.500).

O trabalho de representação psíquica que se torna crucial no encontro cultural se dá pelas instâncias psíquicas intermediárias, no trabalho pré-consciente, onde os novos elementos percebidos e as estranhezas que atravessam a experiência podem ser metabolizadas, e adquirir sentidos e palavras. Como veremos adiante, a lógica traumática subtrai a palavra como expressão rica de sentidos e como potência para o psiquismo fazer frente ao choque vivido. A complexidade da experiência de deslocamentos forçados de sujeitos em estado de completa vulnerabilidade nos remete, em muitos casos, a um sujeito que se encarrega não apenas da experiência de migração em si, mas também de um difícil trabalho de luto, ambos atravessados pelo campo do traumático. Luto impedido ou negado, principalmente em decorrência da invisibilidade da população imigrante marginal, pobre e desprotegida socialmente. Estamos

aqui diante da subtração da palavra e dos rituais que viabilizam o trabalho de luto individual e apoiado coletivamente, ou seja, nas esferas vinculares em suas dimensões intrapsíquica, intersubjetiva e transubjetiva.

Classicamente na Psicanálise, mais precisamente na teoria de Freud desenvolvida em “Luto e melancolia” (1923-25/2011), o luto pela perda de alguém ou de algo importante para o sujeito é compreendido como um trabalho psíquico, em que o investimento libidinal do objeto perdido se acentua, como numa tentativa de prolongar sua existência. O ego se vê envolvido e absorvido em uma tarefa difícil, perdendo uma grande quantidade de energia à sua disposição. Na medida em que o luto se encaminha para uma conclusão, o sujeito consegue se identificar com o objeto perdido, ou seja, vê em si mesmo aspectos adquiridos do objeto que amou. A partir de então, o ego está desinibido e pode lançar-se na direção de outros objetos disponíveis. Freud propõe esse desfecho, a partir de um olhar estritamente intrapsíquico, como sendo o melhor possível frente à dor da perda.

No entanto, e pensando nos propósitos desta pesquisa, como se daria um trabalho de luto quando as circunstâncias envolvem desenraizamento, exclusão social e política, histórias de rupturas e riscos de toda sorte? Como o trabalho próprio da construção da maternidade e do primordial vínculo mãe-bebê se configura neste horizonte?

Neste contexto, o impedimento do luto ocorre, segundo Berta, Carignato e Alencar (2009, p.503) “quando o ser querido morto (ou o país de origem) é socialmente desqualificado, como bandido ou traficante, louco, pobre, miserável”. Em outro momento, as autoras assinalam que “O luto impedido ocorre em situações de violência, podendo gerar uma posição melancólica em que o sujeito não nomeia a dor, que não passa” (p.503). Essa segunda passagem nos parece relevante, pois explicita o destino melancólico do processo de luto, descrito por Freud. A partida do país de origem e impossibilidade de retorno exigem que a ligação com os lugares, origens e pessoas passem pelas operações de luto. Na resposta melancólica, o ego se identifica com o objeto perdido, se empobrece e se distancia da realidade. “No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio ego”, escreve Freud (1923-25/2011). O desinteresse pelo mundo exterior presente nesse quadro se contrapõe, portanto, às demandas incessantes de adaptação e necessidade de novas inscrições narcísicas. O desfecho melancólico atua na barreira psíquica e compromete a permeabilidade egóica necessária para a nova realidade que se coloca como fonte de novas identificações. Podemos extrair a partir disso que o luto não vivido e a instalação da melancolia se inserem neste conflito de temporalidades, diante de um futuro incerto, do passado perdido e das exigências do presente.

Os rituais compreendidos como organizadores culturais sustentam e situam na história as experiências de um povo e fabricam por meio dos seus símbolos a representação de pontos centrais da vida humana, como a vida e a morte. A conjugalidade, a maternidade e a morte compõem algumas dessas experiências, marcadamente coletivas como produto e produção da cultura. Dessa forma, o trabalho de luto ultrapassa o nível individual e tem na experiência grupal seu esteio, como assinala Kaës nesta passagem:

O trabalho psíquico do luto normal leva a admitir a perda e a separação do ser amado, estabelecê-lo em si, na ambivalência dos sentimentos e a retomar, nessa ocasião, o trabalho de luto dos primeiros objetos de amor. Ele se apoia, sempre, sobre uma inscrição coletiva, social, cultural ou religiosa; ele se apoia sobre os atos rituais e sobre os enunciados comuns que dizem alguma coisa de importante e necessário sobre a origem, sobre o fim e a sucessão das gerações. Nesse sentido, não há luto estritamente individual privado, quando o mesmo trabalho de luto é, como todo trabalho psíquico, uma criação que inclui a história singular de cada sujeito. (KAËS, 2005, p. 172)

Podemos pensar que, a partir da perspectiva do trauma e do luto, o trabalho de representação fica impedido e, segundo a concepção de vínculo de Benghozi (2010), gera conteúdos não metabolizados que se instalam no espaço vincular. Quando não é possível a construção de uma representação que produza uma versão possível da história do sujeito, a malha de vínculos históricos e atuais fica sob ameaça de ruptura. Compreende-se então que se trata de um adoecimento *vincular*, que reconhece as manifestações sintomáticas dos sujeitos do grupo como parte de uma engrenagem maior e mais complexa. Benghozi (2010) nos diz que a manifestação sintomática deriva de um adoecimento do conjunto e diz respeito à vergonha inconsciente metaforizada, ou seja, o sujeito que porta o sintoma é o portador da vergonha. A vergonha é compreendida por ele como organizadora dos aspectos negativos transmitidos e o seu portador é depósito e herdeiro daquilo que não encontrou meios de simbolização: “Sua existência se manifesta por produções grupais de sintomas, podendo se referir ao campo psíquico, somático ou social” (BENGHOZI, 2010, p. 125).

Ramos (2012) observa, a partir da realidade migratória europeia portuguesa, que tanto a mãe quanto a criança estão expostos à maior vulnerabilidade e risco. As mulheres estão mais propensas a depressões e psicoses, afecções psicossomáticas, cuidados pré-natais mais precários e questões identitárias. Esse cenário de riscos se acentua quando se trata da primeira gestação. Quanto ao bebê, são observados distúrbios de sono e de alimentação e, posteriormente, dificuldade de adaptação escolar.

Neste sentido, Correa (2017) relata em sua prática clínica com imigrantes a presença de manifestações somáticas quando o grupo familiar não consegue alcançar via palavra as emoções derivadas da experiência de exílio: “Le corps dit ce qui ne peut être exprimé par les mots / O corpo diz o que não pode ser expresso pelas palavras” (CORREA, 2017, p. 9, tradução nossa). Moro (2016) também se refere aos desafios da parentalidade quando há ruptura social, na experiência migratória. Nota-se que ela também enfatiza a incidência sobre o corpo. Corpo e psiquismo são tidos como esferas destacadas de um conjunto sustentador que não comparece. “Os únicos pontos fixos são, então, o corpo e o psiquismo individuais; todo o resto se torna movediço e precário” (MORO, 2016, p.79).

Durante o presente capítulo, procuramos contemplar aspectos centrais que estão na base das incidências subjetivas desencadeadas pela migração e encontro entre culturas, inseridos em um horizonte de vulnerabilidades e rupturas. Encontramos na problemática narcísica um eixo fundamental que nos conduziu ao campo das identificações, da identidade/cultura, do traumático, do luto e do corpo como via de expressão.

Procuramos, no entanto, situar nossa questão maior, motor do desenvolvimento desta pesquisa: a problemática vincular entre mãe e bebê em interface com o conjunto familiar e sociocultural. As incidências psíquicas que levantamos resguardam um potencial adoecedor e nos mobilizam a refletir sobre estratégias políticas e de cuidado que possibilitem o enfrentamento desse fenômeno como uma importante questão social que se apresenta nos contornos da contemporaneidade. O vínculo, produtor/produto e sustentador/sustentado de subjetividades e da cultura, deve ser tomado como espaço privilegiado para a investigação de base psicanalítica, diferenciando-se de uma abordagem dicotômica e unilateral onde se contempla o adoecimento somente da mãe ou do bebê.

Ressaltamos, conforme pensa Guinsberg (2005), que os recursos que o país de acolhida dispõe para receber e integrar a população imigrante são tão relevantes quanto o estado psíquico e social prévios, pois refletem diretamente as possibilidades do sujeito de se expandir e de integrar os novos referenciais culturais ou de adoecer, ocupando uma posição social de dupla exclusão:

[...] as reações dos migrantes e exilados dependem não apenas das características psíquicas pré-existentes, mas também dos níveis culturais e da capacidade de compreensão emocional e intelectual das novas condições de vida e situação econômica com a qual você chega no novo país, a existência de outras pessoas que o precederam e criaram áreas de recepção e um micromundo próprio que lhes permite preservar algo perdido [...]. (GUINSBERG, 2005, p.174, tradução nossa)

Podemos pensar a partir disso que as instituições nas comunidades acolhedoras, que portam traços simbólicos e que se mantêm como referências identitárias no país de acolhida, cumprem um papel de extrema relevância na ancoragem da origem. Porém, tais instituições ou comunidades que se formam em torno da origem precisam manter permeabilidade suficiente para as novas referências nacionais, atuando assim como um campo transicional entre culturas, restabelecendo a relação dentro/fora, familiar/estrangeiro e o necessário trabalho de representação próprio das funções intermediárias do psiquismo. Esses espaços intermediários possibilitam a criação ou retomada de projetos de vida na construção desse duplo pertencimento, e ofertam uma rede de apoio grupal comunitária que sustentam psiquicamente os sujeitos nessa travessia (CORREA, 2017).

A experiência migratória pode ser enriquecedora na medida em que alarga realidades e posições do eu e inaugura novos movimentos de vida. No entanto, quando se trata de deslocamentos que suprimem a dimensão do desejo e da construção de um projeto, os apoios necessários nessa trajetória estão enfraquecidos ou ausentes e comprometem, como vimos, as funções de aspectos do psiquismo que estão nas bases de sua estruturação e que possibilitam o vínculo com o(s) outro(s).

CAPÍTULO 3 — Elos fundadores: sobre o contrato narcísico

A palavra maternidade pode ser definida, segundo o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa de duas maneiras: como um estado ou qualidade de mãe e no sentido jurídico, como uma relação de parentesco que une a mãe a seus filhos. Na primeira definição, pode-se encontrar um sentido, como o próprio sufixo indica, que se apoia na construção de um papel ou função que a mulher adquire e incorpora à sua identidade — ela está mãe, ou ela é mãe. No segundo caso temos uma definição mais complexa, que tem como base um laço ou vínculo, algo que ocorre entre a mãe e a sua prole. É a existência do laço que fornece a identidade e função aos lados que o mantêm — sou mãe dos meus filhos. É interessante pensar que tais definições expressam o que é maternidade em um determinado momento histórico, em uma determinada cultura. A maneira de experienciar esse evento, do ponto de vista da sociedade, e da própria mulher, corresponde à atmosfera cultural vigente, podendo variar profundamente em outras culturas, em outros tempos.

Desse modo, trata-se de um evento que comporta complexidade suficiente para ser tomado como objeto de pesquisa por diversos campos do conhecimento. Refletir sobre a maternidade traz como necessidade insuperável abandonar a sua concepção naturalizante, calcada tão somente no aparato biológico. Badinter (1985) compreende a complexidade do amor materno e o coloca na categoria de mito, que se torna apreensível quando contextualizado na história e nos discursos produzidos sobre a função social da mulher e o que representa se tornar mãe. As exigências e valores sociais dominantes definem os papéis maternos, paternos e relativos à infância. Para ela, o amor materno é sobretudo uma construção humana que parte de um desejo, dissociada de um instinto garantido ou de uma necessidade natural de amar um filho: “O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina (BADINTER, 1985, p. 22)”.

A gravidez, o parto e puerpério são eventos que colocam a mulher diante de um trabalho inédito e intenso, tanto do ponto de vista biológico quanto do ponto de vista psíquico. Cada maternidade é construída através de um processo singular e por vezes conflituoso, demandando uma reorganização e rearranjo de papéis sociais e vínculos. Conceber, gestar e ter seu bebê nos braços para ser (re)conhecido implica em uma série de operações psíquicas mediadas pela experiência intersubjetiva.

Sabe-se que pela natureza completamente dependente do ser humano ao nascer, a função do exterior é um divisor de águas e determina a continuidade de sua vida ou a sua morte. O

bebê humano necessita que o ambiente disponha de alimento e proteção, fato que atende não apenas à sua sobrevivência biológica, mas também psíquica, uma vez que esse amparo comporta operações imprescindíveis para a origem de seu psiquismo e para sua assunção enquanto sujeito.

Segundo Gómez (2007), encontramos na teoria freudiana dois modos distintos de considerar o papel da mãe na formação psíquica do recém-nascido. Para a autora, em um primeiro momento, Freud, em “Pulsões e seus destinos” (1915) toma o bebê como um organismo capaz de regular os níveis de excitação, do seu prazer e desprazer. O ambiente, ou a mãe, seria fonte de uma excitação externa indesejada e desorganizadora e teria uma função muito pontual pautada na necessidade de alimento ou de resolução de algum desconforto, como o frio, por exemplo. A partir de tais necessidades, o bebê também seria capaz de convocar pontualmente a mãe e resolver seu nível de excitação causador de desprazer. Tratar-se-ia, segundo a autora, de uma visão solipsista da constituição psíquica, que desconsidera a participação do ambiente/mãe nas funções erógenas vitais do bebê.

Em contrapartida, mais adiante, Freud apresenta em “Além do princípio do prazer” (1920) e “O problema econômico do masoquismo” (1924), uma visão em que a alteridade e o encontro com o outro redirecionam a compreensão da maternidade e da função da mãe diante do bebê. A partir da descoberta do princípio da inércia, ou pulsão de morte, a mãe adquire a função de instaurar um movimento de vida no psiquismo do bebê, evitando a descarga absoluta e mortífera de suas excitações. No processo de masoquismo originário primário, a ligação efetuada entre as pulsões de vida e de morte possibilita ao bebê construir um espaço interno que abrigue o desprazer e o torna capaz de suportar experiências de desamparo, que ameacem sua continuidade psíquica. A mãe é garantidora da vida, pois “[...] o que desperta para a vida é a excitação de origem externa, pois não existe nenhum princípio endógeno automático (como o ‘princípio de constância’ ou o ‘princípio do prazer’) que assegure a própria conservação” (GÓMEZ, 2007, p. 274).

Torna-se evidente, portanto, a relevância da alteridade, do encontro entre psiquismos e da produção intersubjetiva que daí resulta, fundamental à constituição psíquica humana. Ampliando nosso olhar sobre as diversas possibilidades dessa experiência, podemos pensar além do vínculo mãe e bebê. Ambos estão enredados em uma complexa trama que inclui família constituída, família de origem, comunidade, sociedade e cultura a qual pertencem num determinado momento histórico, político e social. A problemática do vínculo experienciado na maternidade se empobrece quando desconsiderada a relevância de tais aspectos.

Partindo da concepção psicanalítica de sujeito, tais atravessamentos integram essa pesquisa e compõem nossa compreensão do que é ser mãe na condição de imigrante, refugiada e sob inúmeras adversidades sociais. O sujeito pensado nesta pesquisa não esgota seu desenvolvimento psíquico nesse vínculo primário e constitutivo. O processo de subjetivação é aqui tomado tal como René Kaës (1997) pensou, onde o sujeito carrega em si um duplo estatuto: singular e plural. Ele existe enquanto ser singular, correspondente ao seu mundo interno e intrapsíquico, mas também como elo de uma cadeia em sua dimensão plural. É na intersubjetividade que o sujeito se funda e que processos e formações do psiquismo individual são constituídos e se mantêm em constante movimento durante toda a vida. Sob tal perspectiva, a intersubjetividade se expressa nos vínculos diacrônicos e sincrônicos, ou seja, históricos e atuais.

Sob esse olhar, a criança que nasce e a mulher que se torna mãe mantêm entre si um vínculo; porém, de forma mais ampla, ambos estão interligados ao campo sociocultural, em que a mãe está encarnada de referências exteriores e o bebê encarnado de um vir a ser projetado pelo desejo e narcisismo dos pais. Essa concepção tem suas raízes no pensamento freudiano acerca do narcisismo. O bebê se sustenta narcisicamente pelo narcisismo dos pais e recebe deles desejos não satisfeitos projetados sobre sua existência futura. O bebê torna-se então um importante elo que dá continuidade à vida e à história familiar atual e pregressa, como nos lembra Freud (1914-16/2010, p.37): “O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetual revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora”

Deste ponto de partida e do que Piera Aulagnier (1979) desenvolve e nomeia como contrato narcísico, as bases para compreensão das origens do psiquismo pautadas na concepção de um sujeito do grupo se estabelecem como veremos adiante. Aulagnier (1979) utiliza o termo contrato porque se trata de mecanismos que envolvem duas partes: a criança e o meio social, onde o meio familiar é compreendido como um lugar de transição necessário para o mundo exterior. A autora pensa que o discurso social antecipa o lugar do sujeito naquele determinado grupo. Esses conteúdos são admitidos por ele por meio de identificações e este, portador e transmissor desses discursos, tem a possibilidade de se inscrever em um futuro longe dos pais, apoiando-se nessas referências que se estenderam do privado ao campo social. A linha que conecta passado/origem com futuro/herança está fundamentada no pacto de transmissão e compõe a dimensão histórica do sujeito. De acordo com ela,

O discurso social projeta sobre o *infans* a mesma antecipação que a antecipação própria ao discurso parental: bem antes do novo sujeito estar lá, o grupo pré-investirá o lugar que ele supostamente ocupará, na esperança de que ele transmita, de forma idêntica, o modelo sócio-cultural. (AULAGNIER, 1979, p.146, grifo do autor)

A antecipação projetada pelo discurso parental, a qual a autora se refere, inicia-se no vínculo com a mãe, se estendendo ao casal parental e ao meio familiar. Trata-se de um discurso que antecipa a própria existência da criança, lhe oferta um lugar e enunciados necessários que asseguram sua existência enquanto sujeito. O meio familiar, por sua vez, está intimamente submetido a uma lei exterior pertencente ao meio social, que concede um conjunto de posições identificatórias, destinando lugares onde o sujeito pode ocupar na cultura: “A relação entre o casal parental e a criança leva sempre o traço da relação do casal com o meio social que o cerca” (AULAGNIER, 1979, p. 146).

O discurso do meio garante ao sujeito uma certeza sobre a sua origem que, juntamente com os enunciados do meio familiar, o projetam num lugar possível futuro, em que será portador e reproduzidor do legado de sua cultura e de seu grupo. É possível notar a problemática da temporalidade posta pelo conceito de contrato narcísico, visto que as possibilidades de existência do sujeito apontam para o passado, presente e futuro, conferindo a ele historicidade e à cultura, continuidade.

Na medida em que considerarmos uma relação entre o que a família carrega culturalmente e o que externamente se apreende como discurso, pode-se supor que em uma situação de deslocamento e mudança de cultura, tais elementos são mobilizados, isso porque os enunciados fundamentais têm como fim a concordância entre os campos social e linguístico em uma determinada cultura. Esses enunciados definem a realidade do mundo, as razões de ser do grupo, a origem de seus modelos e, por conseguinte, conferem noção de origem ao sujeito. Como afirma Aulagnier (1979, p.147), “A realidade da opressão social sobre o casal, ou da posição dominante exercida pelo casal, desempenhará um papel na maneira pela qual a criança elaborará seus futuros enunciados identificatórios”.

Tal compreensão conceitual nos auxilia a pensar nos desencontros possíveis entre os processos de identificação construídos e apoiados no contrato narcísico de origem e nas possibilidades de reinscrevê-los na nova cultura, quando se trata de migração e constituição psíquica. Como vimos, os enunciados fundamentais têm função de apoio, garantias e certezas estruturantes para o sujeito, porém, não são necessariamente estáveis ou estáticos, tendo em vista as transformações citadas na introdução desta pesquisa, quando Kaës (2003) aponta que a

crises nos enunciados fundamentais da cultura afetam sobremaneira a produção subjetiva e os modos de adoecimento psíquico na contemporaneidade.

Ademais, as famílias mantêm relações de natureza diversa com o meio social e o contrato narcísico vai se estruturando segundo a marca que o exterior pôde imprimir. Os vínculos produzidos pelo contrato irão compor o desenvolvimento do sentimento de filiação e de afiliação, ou seja, tanto de vínculos mais primários, familiares e sanguíneos quanto daqueles que se dão no mundo exterior à família.

Conforme apontamos anteriormente, Kaës (2014) parte do conceito de contrato narcísico e das proposições freudianas a propósito da dupla renúncia pulsional que viabiliza a existência da cultura. A instalação da cultura, segundo tal proposição, se alicerça na renúncia da libido sexual e da agressividade a favor do vínculo, do pertencimento e da segurança grupal. A relação com outros “exige renúncia a uma parcela da agressividade e a uma parcela da satisfação sexual que o campo relacional apresenta como fonte inevitável de sofrimentos” (CASTANHO, 2018, p.59).

A novidade que a metapsicologia kaësiana traz não se distancia da metapsicologia de Freud; pelo contrário, captura em sua obra pontos germinais que tornarão possíveis sua expansão e enriquecimento. A partir daí, o imbricamento teórico-conceitual que ele tece dentro da psicanálise possibilita uma noção de sujeito que só existe em relação ao outro, o que determina o entendimento sobre o que é realidade psíquica em sua dimensão intrapsíquica e intersubjetiva. Deste modo, o sujeito carrega uma cisão que lhe é intrínseca e que estabelece a dupla finalidade vital: os outros e ele próprio. A lógica da sujeição e de apoio às relações intersubjetivas norteia todo o processo constitutivo humano,

A ideia de um entrelaçamento psíquico intersubjetivo é correlata de outra que se refere a uma estrutura da psique na intersubjetividade, sendo o aparelho psíquico constituído de lugares e processos que contêm ou introjetam as formações psíquicas de mais de um outro num feixe de traços, marcas, vestígios, emblemas, signos e significantes, que o sujeito herda, recebe e deposita, transforma e transmite. (FERNANDES, 2003, p.51)

O contrato narcísico será localizado e expandido, dentro dessa metapsicologia, como parte estruturante daquilo que Kaës (2014) denomina alianças inconscientes. É por meio do trabalho psíquico das alianças inconscientes que o sujeito se constitui como sujeito na intersubjetividade. Tudo aquilo que se passa entre o sujeito e o outro coloca em movimento formações e processos inconscientes que só se mobilizam diante de uma ligação de dois ou

mais sujeitos. Kaës (2014) extrapola a perspectiva de uma dupla ou grupo para considerar a existência de uma realidade psíquica transubjetiva, produzida na ligação entre todos os sujeitos com sua cultura.

Aulagnier (1979) enfatiza a relevância dos discursos antecipatórios com os quais a criança pode se identificar e que garantem a ela ligação e função no conjunto de vínculos, inclusive no espaço compartilhado social exterior à família. Kaës (2014) nos fala de alianças que preexistem ao sujeito e que já estão estruturadas independentemente de sua vontade ou participação.

Dessa maneira, as alianças inconscientes expressam os modos de ligação intersubjetivo do sujeito que descrevemos há pouco. De modo geral, e sem pretensão de esgotarmos o entendimento sobre esse conceito tão central, alianças inconscientes são formações psíquicas intersubjetivas destinadas a fazer a ligação entre psiques. São ligações que exigem investimento das partes, segundo razões que a consciência desconhece e que esperam também de maneira inconsciente garantir benefícios mútuos. A característica marcante que as preserva se fundamenta na figura do negativo. Aquilo que diz respeito a aspectos recalçados ou negados pela psique se mantém desconhecido em favor da ligação e de sua manutenção.

As alianças podem ser de diversos tipos e finalidades e as abordaremos priorizando as alianças estruturantes, que contemplam o vínculo mãe-bebê e a realidade psíquica que se instala nesse tipo de configuração vincular. São alianças que estão na base da vida humana e nas relações primárias que se estabelecem entre o bebê e seu meio.

As alianças estruturantes primárias são “relações que fundamentam a vida psíquica na intersubjetividade, nas separações dos corpos, nos intercâmbios fantasmáticos e nos de linguagem” (KAËS, 2014, p. 51). Correspondem às primeiras experiências mediadas pelos primeiros cuidados e encaixes no ambiente, nos ritmos criados pela dupla e que vão proporcionando encontros ou desencontros, prazeres ou frustrações. Nesse jogo há lugar para a experiência simbiótica inicial e para os sentimentos ambivalentes dela derivados.

Transmite-se ao bebê, na maternagem, os interditos fundamentais estruturantes, como o interdito do incesto, que destina o novo integrante da família à exogamia. Amparado pelo recalque bem-sucedido na psique materna, o interdito pode ser transmitido e dá contorno e limites ao prazer experienciado entre mãe e bebê. Os mecanismos que colocam em movimento aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos são extremamente dinâmicos neste tipo de vínculo, que mobiliza aspectos arcaicos. Quanto ao narcisismo, por exemplo, há uma relação de coapoio entre o narcisismo dos pais e daquele que se forma no bebê. Os pais se apoiam no bebê como prolongamento de seus desejos e de suas vidas e o bebê se apoia nos pais, amparado por este

lugar investido, para construção do seu próprio narcisismo. Dentro deste cenário, Kaës (2014) ressalta que o investimento narcísico e a formação de uma aliança inconsciente primária estão assentados sobre o negativo (recalcados ou negados) e que o recalque produzido no grupo da dimensão desconhecida do bebê protege sua vida. O bebê não pode vacilar entre ser parte do grupo, gestado por ele e ser estrangeiro ao grupo, como intruso e desconhecido a ser eliminado:

O neonato não é somente um elo que assegura a perenidade do grupo, mas ele é também um duplo, um intruso inquietante, um estrangeiro. Essa então seria a angústia diante do desconhecido e diante da ideia de seu assassinato que sustentaria a parte inconsciente do contrato e se constituiria no negativo: não matá-lo, não fazer dele um estrangeiro, portanto, um inimigo em potencial. (KAËS, 2014, p. 69)

Portanto, a ancoragem narcísica essencial à vida humana se dá via contrato narcísico. Como pano de fundo, ocorre através dele a transmissão de interditos fundamentais para a sociedade, assegurando assim, a existência e organização da cultura. Como aliança estruturante garante continuidade da vida e pertencimento, porém, imprime desafios futuros a cada passo que o sujeito dá na direção dos grupos extrafamiliares, nos diferentes ciclos da vida que reencenam pertencimento e identidade. Alargar a própria existência para além dos limites e planos contratados enreda o sujeito em uma desafiadora empreitada identitária. Deve-se ter em conta, além disso, os desdobramentos patológicos possíveis do contrato tanto em nível familiar quanto sociocultural.

O risco aqui pode ser entendido como um desdobramento alienante do contrato, que tomaria a forma de um pacto, onde não é possível diferenciar-se da expectativa narcísica depositada sobre o sujeito. O pacto narcísico comporta uma dimensão defensiva violenta e traz como exigência uma alienação de si mesmo. Ao passo que o contrato pressupõe o apoio no negativo instaurado pelos mecanismos defensivos atuantes, o pacto é uma exigência que captura o sujeito em sua passagem para a dimensão social e na constituição dos vínculos afiliativos.

Pensando neste cenário, é possível identificar em diversos momentos na obra de Kaës (2003) apontamentos acerca da necessidade de apoiar a compreensão dos fenômenos clínicos, em seu sentido mais amplo, sociais e políticos sobre o arcabouço teórico da intersubjetividade. Para ele, podemos considerar “as patologias do traumatismo como uma das grandes fontes do sofrimento contemporâneo. Trata-se sempre de patologias conjuntas do narcisismo, dos contratos intersubjetivos e dos espaços intermediários ou da transicionalidade” (KAËS, 2003, p.7).

É nessa esteira que se insere o interesse desta pesquisa, que objetiva a compreensão do vínculo e das modalidades de alianças inconscientes entre as mães e seus bebês. Com a amplitude que esse entrelaçamento conceitual oferece, espera-se conhecer a forma pela qual as vulnerabilidades apresentadas por imigrantes em situação de refúgio incidem sobre a intersubjetividade e quais os possíveis caminhos teórico-clínicos que se apresentam.

3.1 Trauma e intersubjetividade

Desde Freud, as tragédias humanas estão na gênese das construções teóricas do conceito de trauma. As demandas clínicas que se apresentavam em tempos de guerra e pós-guerra reconduziram o percurso até então traçado em “Estudos sobre a histeria” (1893-95/2016), isso porque nesse momento inicial, ele atribuía ao trauma um componente estritamente real, passível de ser localizado e lembrado, como um corpo estranho que pode ser extirpado do psiquismo. No aprofundamento dos estudos sobre histeria, o trauma passa a ser algo presente de maneira difusa no psiquismo e que superada a barreira do recalque, a tomada de consciência constituía um meio para sua dissolução. Os eventos traumáticos, até esse momento, eram entendidos como relativos à sexualidade infantil e fantasias de sedução, ferramentas primordiais para compreensão e eliminação de sintomas. Posteriormente, ao se dedicar ao estudo das neuroses de guerra e neuroses traumáticas pós-guerra, Freud entende que o conflito pulsional dá lugar à compreensão sobre os efeitos que a ameaça à integridade do eu, essencialmente narcísico, provoca. O aspecto econômico se faz presente em todo o percurso teórico e o transbordamento pulsional causado por um evento que invade o psiquismo e supera sua capacidade de ligar as excitações às representações, ganha status de traumático. Aliás, essa é uma característica primordial do trauma: o aparelho psíquico ser surpreendido sem possibilidade de defesa. Para Freud, a angústia é um elemento protetor e não exerce seu papel de antecipação pela própria imprevisibilidade do fato traumático. A repetição da cena traumática pela memória ou nas produções oníricas expressam uma tentativa do psiquismo em estabelecer as ligações da energia excessiva e móvel a uma representação.

Pode-se mesmo dizer que o termo "traumático" não tem outro sentido que econômico. Chamamos assim a uma experiência vivida que leva à vida da alma, num curto espaço de tempo, um acréscimo de estímulos tão grande que sua liquidação ou elaboração, pelos meios normais e habituais, fracassa, o que não pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético. (FREUD, 1916-17/2010)

Ferenczi, em “Reflexões sobre o trauma” (1933/1992), discorre sobre os movimentos intrapsíquicos disparados pelo evento traumático e a forma pela qual o ambiente desempenha um papel central nessa dinâmica. Segundo ele, o sujeito surpreendido pelo evento traumático, experimenta um intenso sentimento de irrealidade e ruptura do eu. À medida que a busca por um repertório semelhante ao traumático fracassa, o mecanismo de clivagem entre corpo e consciência/eu se instala. Trata-se de um momento crucial da experiência traumática, pois a partir da clivagem a percepção captada pelos órgãos do sentido fica como que desautorizada. O autor coloca o ambiente e sua capacidade de reconhecimento do trauma como essenciais para a construção de narrativas. Quando o trauma supera os limites da capacidade psíquica e as narrativas e atribuição de sentidos estão ausentes, a experiência traumática torna-se patógena, dessubjetivante. Percebe-se a partir daí, que o silenciamento do ambiente tem importância crucial para o sujeito, conferindo o sentido de desmentido, daquilo que não pode ser entendido como real/percebido.

O trauma, na perspectiva de Ferenczi, possui alguns pontos de contato com a teoria de Freud, seu interlocutor: a presença de uma violação por parte do outro e o caráter excessivo e irrepresentável pelo qual o aparelho psíquico é tomado. O tema trauma está contido em diversos momentos de sua obra. De forma mais emblemática, encontramos em “Análise de crianças com adultos” (1931/1993) os mecanismos intrapsíquicos e intersubjetivos envolvidos na situação traumática, que segundo Kupermann (2019), pode ser compreendido em três tempos: tempo do indizível, tempo do testemunho e tempo do desmentido.

O tempo do indizível diz respeito à violação da criança por um adulto afetivamente investido e submetendo o psiquismo desta a um excesso pulsional que inviabiliza o trabalho de representação. A palavra enquanto recurso psíquico é despida de experiência, sobrando restos concretos de uma narrativa desafetada. Como uma tendência saudável para que este trabalho impedido se desenvolva, a criança tentará relatar ou mostrar o que sofreu, para alguém de sua confiança, mas é desacreditada. O desmentido opera uma experiência de total abandono sobre a criança e coloca em dúvida a crença em sua própria percepção sobre o que ocorreu. Aqui reside um ponto central: o segundo tempo do trauma, nas palavras de Ferenczi (1933/1992):

O pior é realmente o desmentido, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática dos pensamentos ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico [...] (FERENCZI, 1933/1992, p.79).

O terceiro tempo, do testemunho, daria a possibilidade de a criança restabelecer a confiança no ambiente, se este lhe ofertar toda a compreensão e ternura necessárias. Percebe-se claramente a prevalência do ambiente na irrupção da experiência traumática e na sua possibilidade de reparação. A clínica psicanalítica de Ferenczi (1933/1992) aposta no testemunho como forma de restituir o ambiente confiável que faltou ao sujeito traumatizado.

A evolução patológica desse cenário é denominada progressão traumática, que ocorre a partir de uma cisão do aparelho psíquico em uma parte sensível e destruída e outra que nada sente e tudo sabe. Trata-se de uma clivagem entre as dimensões sensível e inteligível, sendo que esta última também adquire uma função parental internalizada (precocemente amadurecida) que cuida e evita que o sujeito traumatizado confie novamente nos cuidados externos.

Vale ressaltar que Ferenczi (1933/1992) toma o abuso infantil infligido por um adulto como cena privilegiada para compreensão do fenômeno. No entanto, esse modelo forma uma base a partir da qual a teoria do trauma repousa. É possível capturar a partir dela os efeitos do evento traumático não apenas sobre o psiquismo individual, mas também nas dimensões em que um outro(s) está em cena. Tendo em vista a vida cotidiana no campo social, especialmente para uma parcela humana mais vulnerável, a potencialidade traumática se coloca à medida que as relações de poder se configuram como relações de violência e de privação de direitos. A gravidade do dano causado se acentua com a deslegitimação da dor do oprimido e a realidade desmentida, o que conduz ao seu silenciamento.

Entendemos, a partir da teoria freudiana, que o aparelho psíquico é constituído e pauta seus processos na relação entre interioridade e exterioridade. Também em Ferenczi (1933/1992), nota-se a prevalência do ambiente como causa e como obstáculo ao trabalho psíquico imposto pelo trauma. Dessa forma, é possível compreender que a crise traumática atinge essa zona de contato, de passagem (dentro/fora), porém remete a um arrombamento violento, onde o psiquismo é invadido e solicitado além de suas capacidades.

O aparelho psíquico conta com uma função primordial para lidar com essa modulação fronteira. São os processos intermediários, conforme o pensamento de René Kaës (2005), que cumprem a função de mediar o dentro/fora, de ligar elementos a partir de traços comuns, de estabelecer continuidade de elementos separados, de reduzir a oposição entre elementos complementares e antagônicos e de articular elementos em conflito. Ele se utiliza do conceito

de “transicionalidade”, central na obra de Winnicott (1975)², para pensar as relações do mundo interno com o externo e que permite, através do trabalho de simbolização, criar um elemento que habita ambos os lados para dissipar a angústia das primeiras separações e para a instauração da experiência cultural e o acesso dos seus signos. Algumas instâncias psíquicas cumprem tal função, como por exemplo o Ego, ao mediar as relações entre Id e Superego. No entanto, o destaque para a instância pré-consciente se dá por sua capacidade associativa e interpretativa, de sublimação e simbolização.

O que é próprio da área transicional e da localização cultural que dela deriva, é fazer coexistir, sem crise nem conflito, o que já estava lá e o que ainda não surgiu, a herança e a criação. Essa coexistência é um momento paradoxal e fecundo que supõe uma experiência subjetiva e intersubjetiva de tolerância e de confiança. Cada um desses espaços é, ilusão de uma continuidade entre a realidade psíquica e a realidade externa, entre aquilo que se herda e aquilo que se encontra e cria. (KAËS, 2005, p.60)

Destarte, o autor identifica que a dificuldade atual, que tem como produto as patologias contemporâneas, está nesse gerenciamento de fronteiras, no empobrecimento da capacidade de pensar e simbolizar, no enfraquecimento do pré-consciente. O não-pensamento obstaculiza as possibilidades do sujeito em lidar com eventos traumáticos e é também produtor de violência, na medida em que promove uma excitação constante que se desdobra em *actings*: “O vínculo de violência é mantido para criar um estado de não pensamento” (KAËS, 2005, p. 69). A ligação com a cultura e a identificação com as próprias raízes e origens se fragiliza igualmente, como expressão dessa experiência de descontinuidade ocasionada pela falência do trabalho pré-consciente.

Quando se trata de violência de Estado, pensamos nos pactos perversos que atendem aos interesses do poder dominante, como nos diz Kaës (2005, p.171): “[...] o primeiro ato de violência catastrófica é estabelecer o terror, pela desarticulação do processo de pensamento e pela colocação, em seu lugar, de uma incerteza concreta sobre a realidade”. Articula-se aqui o conceito de desmentido, tal como postula Ferenczi (1933/1992), comprometendo o reconhecimento e as percepções sobre a violência instaurada. Entendemos, portanto, que a memória, pensada a partir da intersubjetividade, se constitui a partir de um que fala e outro que ouve, de um que vive e de outro que testemunha. Tais registros permitem estabelecer o jogo entre recordar e esquecer, onde a história pode ser construída e contada. “Situações traumáticas

² Conceito desenvolvido por Winnicott na obra “O brincar e a realidade”.

não permitem, portanto, o trabalho psíquico, impedem o trabalho da memória e se traduzem pela não preservação e pelo não reconhecimento da singularidade do sujeito psíquico” (FERNANDES, 2010, p. 264).

No trauma, os mecanismos implicados nos pactos e nos desmentidos afetam sobremaneira esse processo de representação e inscrição na memória individual e coletiva via transmissão, como pensa Puget (2000, p.80):

Ali se infiltra a tendência à repetição que induz, em algumas ocasiões, a transmissão sem deformações de encenações construídas com base em eventos traumáticos. O que se transmite é o não trabalho compartilhado (algo assim como pura singularidade), “um buraco” ou uma trama congelada que se investe de uma qualidade ameaçadora no espaço vincular.

Ademais, aspectos políticos, culturais, econômicos e históricos gravitam em torno do lugar que o sujeito e seus grupos ocupam, estabelecendo uma gama de vulnerabilidades nos jogos de força que operam no campo social. Nos diferentes níveis de configurações vinculares (a relação analítica, familiar, grupal, institucional, cultural) operam alianças inconscientes e seus mecanismos estruturantes e defensivos, produzindo seus efeitos.

3.2 Malhas Genealógicas e Fragilização de Vínculos.

Dentro da Psicanálise de grupos, que compreende as relações entre as dimensões intrapsíquicas, intersubjetivas e transubjetivas (da cultura e do social), Benghozi (2010) desenvolveu um importante trabalho a partir de sua prática clínica e estabeleceu como objeto de estudo as famílias. Caracterizou os seus modos de funcionamento e o trabalho psíquico implicado em sua constituição, com atenção aos riscos de rupturas e possibilidades de manejo. Assim, o vínculo que garante sociabilidade não se dá apenas no nível intersubjetivo, o que corrobora com a noção de sujeito como singular e plural. De acordo com o autor, “O Vínculo social é psíquico de afiliação apoiado na realidade sociológica de inserção no espaço grupal social” (BENGHOZI, 2010, p.17)

Benghozi (2010) se utiliza da imagem de uma malha, um enredamento de linhas interconectadas e que contém os vínculos de filiação, pertencentes a uma mesma genealogia biológica, desde os antepassados até aqueles que ainda estão por nascer, e os vínculos de afiliações, que correspondem aos novos grupos e instituições de pertencimento, atuais. Para

além de um vínculo particular, a malha representa uma entidade psíquica por si mesma, exercendo uma função vinculante e de contenção (BENGHOZI, 2010, p.37).

A malhagem é o trabalho psíquico que sustenta essa rede de vínculos e seus agrupamentos, formando continentes genealógicos. Continente porque exerce uma função sustentadora, acolhedora e metabolizadora dos conteúdos psíquicos que percorrem os vínculos que constituem as malhas.

Nesta perspectiva, os vínculos que compõem as malhas estão situados no tempo, estabelecendo relações com as gerações anteriores e aquelas que estão sendo vividas no presente ou gestadas para o futuro. Na ocasião de experiências traumáticas em nível social, as ressonâncias produzidas são regidas por uma temporalidade própria. Isso quer dizer que em contraposição à temporalidade do evento traumático, seu efeito *a posteriori* se dá pela temporalidade genealógica, na transmissão entre gerações. É a impressão em negativo, de aspectos não metabolizados que são transmitidos para as gerações seguintes. Trata-se de material psíquico familiar não simbolizado, que somente um trabalho de transformação psíquica viabilizaria sua integração. A clínica do vínculo é, portanto, uma clínica da transmissão.

Vale ressaltar que Benghozi (2010) diferencia a transmissão do traço da transmissão da impressão. Para ele, na impressão, o que é transmitido é uma deformação do próprio continente, que enfraquecido em sua potência resiliente de remalhagem, necessita encontrar continentes de apoio no vínculo com os profissionais na situação clínica e/ou com a família. Isso quer dizer que a transmissão não se dá só em nível de conteúdo, mas também de continente, pois a impressão deixa uma marca em cavidade que registra em negativo seu formato. Dessa forma, o autor distingue dois tipos de transmissão e o cerne dessa distinção está na qualidade do que é transmitido. Na transmissão intergeracional, as gerações recebem os conteúdos psíquicos que se inscrevem na memória e história familiar. Esse material é transmitido à geração seguinte como patrimônio psíquico daquele grupo familiar. A integração com o mundo das palavras e da construção de sentido é possível, tecendo narrativas próprias. De forma oposta, na transmissão transgeracional, o material é transmitido em estado bruto, não transformado, o que cria ressonâncias e ameaça a estrutura daquele grupo como um todo.

Para que seja possível compreender as ressonâncias da transmissão transgeracional nos vínculos, faz-se necessário retomar a noção de trauma conforme introduzimos anteriormente. No horizonte das malhas e continentes genealógicos a noção de trauma se expande. Em um primeiro momento demonstramos que a teoria freudiana apontava para as incidências do trauma como evento externo no mundo intrapsíquico, superando as possibilidades de defesa, angústia

sinalizadora ou mecanismos de para-excitação. Em um segundo momento, o trauma em Ferenczi (1928-33/ 1992) ganha valor de experiência intersubjetiva, onde o excesso e a violência dele derivada são eventos que se dão no interior do vínculo.

Neste sentido, na dimensão psicanalítica grupal, Benghozi (2010) aponta que as malhas genealógicas podem sofrer rasgos e rupturas por razões endógenas e exógenas. Sendo de natureza endógena, são entendidas como as expressões sintomáticas fruto do processo de transmissão, onde o sintoma opera como uma ligação ao que foi transmitido em negativo. Cada herdeiro recebe de maneira diversa a parte que lhe cabe na difração do patrimônio psíquico familiar e é notadamente em algum ou alguns deles que se manifestarão sintomas, como forma de remalhar o corpo familiar, ameaçado pelo material que necessita de elaboração. Diz respeito também aos ciclos de vida que exigem remalhagem dos vínculos, diante dos nascimentos, mortes etc.

De natureza exógena, diz respeito aos traumas que acometem a malha, às experiências de violência, desamparo, ataques à identidade do grupo e suas origens. Em ambos os casos, a violência é entendida, na perspectiva do vínculo, como evento que ataca a possibilidade de simbolização e, conseqüentemente, as possibilidades de ligação entre os sujeitos e destes com o conjunto.

Vale ressaltar que os grupos, quando mobilizados em seu funcionamento, seja por razões endógenas ou exógenas, buscarão a retomada do seu equilíbrio e a manutenção da articulação entre os psiquismos dos sujeitos e o conjunto intersubjetivo. As manifestações sintomáticas de um dos membros do grupo familiar, por exemplo, têm função metadefensiva ante à instabilidade vivida pelo grupo e, às custas do sofrimento causado pelo sintoma, o reorganiza economicamente. A garantia da integridade grupal e sua regulação e organização econômicas podem, portanto, resguardar efeitos deletérios. (KAËS, 2005).

Tendo em vista a noção que se extrai a partir da conceituação e caracterização do trauma psíquico sob enfoque mais amplo, do ponto de vista intersubjetivo e transubjetivo, nota-se que se trata de um acontecimento que excede as possibilidades, que remete à efração ou ruptura de fronteiras e que fragiliza ou rompe vínculos, conforme bem define Benghozi (2010, p.73):

A imagem que a ela [efração] se associa é a da intrusão em uma casa, quebrando-se a cerca, ou, mais para dentro, a fechadura da porta de entrada. A proteção que serve para fechar ou impedir a passagem é forçada. [...] Isso nos leva a pensar em uma *espacialização da psique* em termos de território, de exterioridade e de interioridade, de relação fora-dentro.

Portanto, a perspectiva grupal da Psicanálise se apoia e herda esse ponto central da teoria do trauma, mas inaugura a partir dele um norte teórico-clínico vasto e abrangente capaz de contemplar a complexidade dos fenômenos sociais contemporâneos.

Fenômenos traumáticos da nossa história, como o terror vivido por ocasião da Segunda Guerra, são exemplos que Benghozi (2010) utiliza para problematizar a questão identitária envolvida no extermínio do povo judeu. A elaboração possível diante de tamanha violência ainda está atuante nos descendentes da tragédia e no seio da história mundial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela ONU, se apresentou como uma das respostas possíveis.

Os movimentos migratórios, tal como acontecem na atualidade, se entrecruzam com esse contrato social que, em nível universal (ao menos entre os países membros), reúne princípios que regem as relações humanas e remete às instâncias governamentais a função protetiva necessária para assegurar a vida digna, liberdade e segurança a todos, sem distinção. Esse contrato elenca os fundamentos da vida em sociedade e toma o respeito à vida humana como central. As relações com a lei também são contempladas e dão contorno e limites aos direitos e deveres do cidadão.

Dividida em 30 artigos, a Declaração faz menção a temas importantes relativos à estrangeiridade. As diferenças culturais, religiosas e políticas são asseguradas como direitos. Estabelece-se, assim, um horizonte que diferencia o humano do desumano. Tais elementos podem ser pensados como norteadores e delimitadores das relações de interioridade e exterioridade, que alicerçam a vida humana e as relações sociais. O desumano está para o desamparo e a violência, assim como o humano está para a segurança e proteção da vida.

A despeito disso, as políticas públicas derivadas desses direitos fundamentais ainda caminham a passos lentos para a população imigrante. Assistimos a ascensão do neofascismo e a reapresentação da morte instituída como política, que elege como alvo as minorias, povos tradicionais e os recursos naturais. Estes últimos, estão sob destruição acelerada pelo sistema capitalista, tal como o vivenciamos hoje.

Neste cenário, o ataque à origem e aos mitos fundadores da sociedade, família ou instituições são situações vividas não apenas como ameaça ao vínculo, mas também como ameaça à malha genealógica como um todo e seus mecanismos de transmissão. Os mitos e crenças são construções do próprio grupo e definem seus limites de interioridade e exterioridade, marcando sua identidade e suas relações de pertencimento. A violência de Estado, ou aquela viabilizada por relações de poder violento sobre comunidades e culturas,

expressa uma vivência catastrófica, pois a identidade daquele grupo como um todo é destruída e seus pontos de referência identitários, perdidos.

O esgarçamento, rasgos ou rupturas na malha exigem da família uma resposta resiliente, para manter o grupo como uma unidade, com identidade e limites definidos, tal como um corpo. Resiliência é uma capacidade psíquica do grupo de remalhar e de se reorganizar e reconfigurar vínculos afiliativos e filiativos quando há rupturas no continente genealógico. Eventos naturais e cíclicos da vida, tal como nascimentos, casamentos, mortes etc. colocam sob tensão as malhas em seu interior e na sua relação com outras malhas às quais se articulam. O nascimento de um filho, como expressão da formação conjugal pressupõe a ligação entre as malhas familiares de origem de cada cônjuge. É o que Benghozi (2010) chama de anamorfose psíquica, momento da vida em que a malha se encontra em ruptura e transformação de maneira global, pois apesar de ser um evento em nível individual, pela própria natureza transversal da rede que sustenta os vínculos, o grupo, a família e as gerações como um todo compartilham psiquicamente esse evento. Há um desenquadramento temporário que se traduz na exigência de um trabalho de continência e remanejamento de aspectos inconscientes individuais e do grupo. Tal exigência temporária pode oferecer um risco superdimensionado aos vínculos quando se somam a elementos advindos da transmissão transgeracional,

São exatamente as vulnerabilidades do vínculo em relação com os não elaborados, dos inconfessáveis da transmissão psíquica que são reatualizados com o acontecimento anamórfico; eles se traduzem pelos enfraquecimentos do continente psíquico grupal e familiar. (BENGHOZI, 2010, p. 49)

É nesse momento que redes auxiliares, como instituições de apoio e de cuidado ou até mesmo os laços comunitários podem ofertar sustentação temporária. Por meio de vínculos afiliativos, suportam psiquicamente a malha de vínculos que estão sob ameaça. De acordo com o autor, “Todo processo que coloque em jogo um ataque destrutivo do Vínculo se traduz em nível grupal por um *enfraquecimento dos continentes psíquicos*” (BENGHOZI, 2010, p. 19, grifos do autor).

É nessa justaposição das demandas que esta pesquisa se insere. Demandas psíquicas advindas do processo de nascimento de um novo membro da malha e demandas que correspondem à esfera social, expressas nas rupturas advindas do processo de deslocamento, desenraizamento e vulnerabilidades vividas nessa trajetória.

Concluimos esse apanhado teórico tendo como fio condutor a escolha de conceitos no campo de pesquisa do vínculo, em suas diferenças e interconectadas dimensões. O vínculo se constitui a partir do negativo, como vimos no conceito de alianças inconscientes. Os aspectos recalcados ou recusados permitem o movimento de ligação psíquica no vínculo do bebê com sua mãe. No entanto, os elementos da negatividade podem ser de tal ordem que a manutenção da ligação ocorre às custas de intenso sofrimento, desafiando os limites e possibilidades de simbolização não somente desta dupla, mas do conjunto intersubjetivo como um todo, atravessando gerações. Seja em nível intra, inter ou transubjetivo, o vínculo é uma estrutura que está sob exigências constantes diante dos desafios internos e externos, àquilo que foi herdado e ao que se vive e se projeta viver.

Para finalizar, e dentro dos limites da proposta desta pesquisa, pensamos ser de grande valia para a futura análise das entrevistas contemplar as modalidades de negatividade. Dessa forma, podemos vislumbrar suas incidências sobre a formação, manutenção e possíveis fragilidades/ameaças do vínculo.

3.3 Negatividade e vínculo

No bojo da psicanálise, o psiquismo é compreendido como uma aparelhagem complexa de instâncias e mecanismos de funcionamento sofisticados, construídos a partir da relação com o meio. Um mecanismo fundamental nas experiências iniciais do bebê é o recalque originário, instaurado a partir da modulação das excitações excessivas e transbordantes do aparelho psíquico, sejam elas prazerosas ou não. Como defesa primária, funda o inconsciente, destinando a ele representações intoleráveis. Mesmo se tratando de uma defesa que permite a instauração de instâncias intrapsíquicas, o recalque originário conserva não apenas o equilíbrio da psique, mas o vínculo com o outro cuidador, indispensável à sobrevivência. Em nível secundário, o recalque tem como função a possibilidade de estabelecer e manter vínculos com os demais, permite ao sujeito se aliar com outros, estabelecer alianças inconscientes, tal como pensa Kaës (2014).

Por outro lado, a recusa ou forclusão se ancora na impossibilidade de ter em si uma percepção intolerável que precisa ser expulsa e não reconhecida pelo sujeito. A serviço da ligação, representa uma saída possível para situações traumáticas, catastróficas e intoleráveis.

São mecanismos fundamentais que estão na base da formação do psiquismo e nas interações com o meio por toda a vida. “O recalque, a negação ou a forclusão são exigidas de

cada sujeito para servir seus próprios interesses e os de conjunto de pessoas ao qual eles estiverem vinculados” (KAËS, 2014, p.47).

Sendo assim, são mecanismos-chave que produzem o negativo, ou seja, conteúdos psíquicos apartados da consciência e que permitem o trabalho inconsciente dos vínculos. Atuam não somente na constituição psíquica, mas também nas alianças possíveis com os novos modos de agrupamento do sujeito no decorrer da vida. As primeiras relações de objeto, nos cuidados iniciais do bebê, estruturam as possibilidades de atuação desses mecanismos nos vínculos futuros.

O investimento narcísico ofertado ao bebê recém-nascido, base do contrato narcísico que se instaura, é sustentado por um certo modo de negatividade que abre espaço para relações de caráter fusional, onde os psiquismos das partes podem se escorar na medida que um dos lados necessita, assim como ocorre também no apaixonamento. A psique materna se abre para conter e pensar os conteúdos do psiquismo do bebê. Seria um tipo de negatividade relativa, “na medida em que ela permanece aberta ante a possibilidade de uma satisfação, que essa potencialidade se efetive ou que ela permaneça em projeto” (KAËS, 2014, p.107).

Desde esses momentos iniciais da vida, a negatividade de obrigação também está presente para regular e garantir constância e integridade ao mundo intrapsíquico e intersubjetivo. As alianças alicerçadas sob este tipo de negatividade mantêm as defesas operantes entre os sujeitos vinculados, para que os objetivos e interesses em nível individual e vincular sejam atendidos.

René Kaës (2014) propõe ainda uma terceira modalidade de negatividade, a do tipo radical. Representaria as figuras no vazio, daquilo que não existe, as angústias de aniquilamento. Diz respeito à destrutividade, ao não vínculo e à morte. Para o autor, os sujeitos que a experienciam tendem a formar alianças grupais e se apoiam em uma ilusão acalentadora, apartada do real impensável, blindadas para o um inimigo externo, ameaçador.

Compreendendo as modalidades de negatividade, é possível extrair que o trabalho inconsciente dos processos vinculares se apoia nos aspectos recalcados, negados ou forcluídos, porém, tais aspectos também são gerados pelo vínculo em um movimento que se retroalimenta, conforme explicita Kaës (2009, p.123, grifos do autor):

Se o negativo funda o vínculo, o negativo é induzido pelo próprio vínculo (negativo: negativo induzido pelo vínculo). O estabelecimento e a manutenção do vínculo fabricam a negatividade relativa e de obrigação para preservar o próprio vínculo e os interesses (distintos ou idênticos) de seus sujeitos.

CAPÍTULO 4 — O trabalho psíquico da maternidade

No percurso dos capítulos anteriores, buscamos situar o vínculo materno no campo do traumático e dos aspectos psíquicos que entram em cena diante do fenômeno social da imigração forçada. Delineamos as noções de sujeito que sustentam esta pesquisa, destacando as intersecções entre as dimensões intrapsíquicas, intersubjetivas e transubjetivas, o que nos permite apoiar nossa análise considerando a sustentação grupal que a mulher/mãe e seu bebê recebem dos seus grupos de pertencimento e da cultura. De maneira oposta, quando as coisas não vão bem diante das vulnerabilidades vividas e do próprio encontro cultural, o vínculo materno se apresenta como questão emergente devido ao seu papel imprescindível na constituição psíquica do bebê.

Neste caminho, pretendemos, no presente capítulo, nos aproximarmos do trabalho psíquico exigido pela maternidade, especificamente na dupla mãe-bebê, em uma perspectiva que nos permita dialogar criticamente com a teoria psicanalítica e com os discursos sociais que nos informam acerca do que seria uma boa maternidade e uma boa mãe, temas que esbarram diretamente nas dicotomias saúde/doença, normal/patológico.

Partimos de uma noção que supera a concepção naturalizante e puramente biológica da maternidade. Dentro da psicanálise, considera-se que humanizar um bebê diz muito sobre uma função da qual um outro se encarrega. A reprodução humana não garante a assunção parental e vínculo com este bebê. Por outro lado, também não se trata de uma função anônima, onde qualquer humano adulto pode se colocar. O bebê constitui-se:

[...] por um lado, na relação entre sujeito desejante e o discurso social, e por outro, no corpo-a-corpo erotizado entre mãe e bebê, uma vez que o filhote humano, de início, se apresenta como organismo a ser alçado à condição de sujeito psíquico (embora possa ser sujeito de direito) e que a mulher, por sua vez, não é *naturalmente* mãe.” (IACONELLI, 2012, p.85, grifo do autor).

Posicionaremos igualmente o bebê como uma parte ativa dessa relação, que no jogo pulsional que se estabelece de forma intrincada com seu corpo, tem condições de convocar esse outro essencial que ocupa a função materna. É um jogo marcado por um movimento complementar de demandas e respostas que supera a visão puramente reativa do bebê. Ele é humanizado e garante sua existência simbólica no interior dessa relação, assegurada pela mãe e pelo seu entorno, incluindo aí a cultura. Tem condições desde muito cedo de interpelar o

ambiente a partir de seus desconfortos derivados do mundo simbólico relacional e essa comunicação ocorre amiúde via corpo (BERNARDINO, 2008).

No entanto, retrocedendo aos momentos anteriores ao nascimento, o trabalho psíquico da maternidade se inicia antes da presença do corpo do bebê e até mesmo antes da própria gravidez. O desejo ou não desejo materno e as fantasias ligadas à experiência gestacional e ao próprio bebê imaginado vão se desdobrar em um processo complexo que remete às relações mais primitivas que essa mulher teve com seus “outros” parentais. A experiência da primeira gestação e seu ineditismo está sobreposta, portanto, às suas primeiras relações, arcaicas, e que a estruturaram como sujeito. A figura materna que cuidou dessa mulher que agora está em vias de se tornar mãe, foi central nas experiências de ligação e de desligamentos, das relações objetais fundamentais e primeiras identificações, o que remete à presença inevitável de sentimentos paradoxais, do amor e do ódio, predominando um ou outro, a depender da qualidade desse vínculo. Neste sentido, a maternidade é um processo ambivalente logo de saída, visto que não é possível dissociar as representações que incidem sobre o filho desejado e gestado da reatualização de fantasias infantis e da transmissão psíquica inconsciente que permeia as relações entre gerações.

Bydlowski e Golse (2001) discutem a relação dos conceitos de preocupação materna primária, cunhado por Winnicott (1956/2000), e de transparência psíquica, de Bydlowski. Para os autores, a imbricação desses conceitos permite elucidar as transformações psíquicas da gestante/parturiente e as correspondentes mudanças da posição do feto/bebê em seu mundo interno.

Na perspectiva desses autores, o período gestacional seria marcado pela transparência psíquica da mulher, estado psíquico caracterizado pelo enfraquecimento de suas defesas diante dos conteúdos inconscientes recalçados. Há uma revivescência e superinvestimento de experiências narcísicas relativas à sua história pessoal e conflitos infantis. A qualidade de suas relações objetais construídas em suas relações primárias enquanto bebê se ligam às representações do feto, ou seja, ele seria a metáfora do objeto interno materno. O período pré-natal, mesmo que portando a concretude do bebê que ali se formou e cresce, mantém ativa uma ligação com a história arcaica materna, agora menos amparada pelo sistema psíquico defensivo e que destina ao bebê o lugar de objeto interno, narcísico. No período que antecede o parto, o bebê começa a adquirir o estatuto de objeto externo e após comparecer no mundo com seu corpo, pode ser reconhecido como um objeto de investimento exterior e estabelecer uma interlocução com sua mãe (BYDLOWSKI; GOLSE, 2001).

Para tais autores, a atenção psíquica da mãe faz, portanto, um movimento de exteriorização progressivo e contínuo. Os conteúdos arcaicos reativados operam como sustentadores da identificação às necessidades do recém-nascido, e paralelamente, mantêm um traço interno, com qualidade de representação ligada ao bebê agora já nascido. Essa passagem de um movimento narcísico e egocentrado para o encontro com o bebê em sua exterioridade através das comunicações presentes nos ritos de cuidado nem sempre coincide com os processos orgânicos. O olhar do pai para a concretude do bebê atua como facilitador do deslocamento do olhar materno de dentro para fora (BYDLOWSKI; GOLSE, 2001).

Ao final da gravidez e durante algumas semanas seguintes ao parto se instaura o estado de preocupação materna primária, etapa em que a mãe adquire a supercapacidade de se adaptar às necessidades do bebê e de interpretar seus sinais eficazmente. Winnicott (1956/2000) destaca que é uma etapa extremamente sofisticada da relação da mãe com seu bebê e que não é possível de ser apreendida objetivamente. Trata-se de um retraimento e dissociação psíquica da mulher, acompanhada de uma exacerbação de sua sensibilidade. O autor a nomeia como uma “doença” transitória da qual a mulher se recupera ao passo que mecanismos repressivos se incumbem posteriormente de seu esquecimento, o que possibilita aberturas para novas posições adiante da relação com o bebê.

Somente no caso de a mãe estar sensível do modo como descrevi poderá ela sentir-se no lugar do bebê, e assim corresponder às suas necessidades. A princípio trata-se de necessidades corporais, que gradualmente transformam-se em necessidades do ego à medida que da elaboração imaginativa das experiências físicas emerge uma psicologia. (WINNICOTT, 1956/2000, p.403)

No decorrer do desenvolvimento do bebê e à medida que suas aquisições se consolidam, o mundo materno gradativamente pode integrar outros interesses e investimentos, concluindo o processo de exteriorização psíquica materna, do ponto de vista objetal apresentado por Bydlowski e Golse (2001) e avançando do estado de dependência absoluta para dependência relativa do bebê, conforme pensa Winnicott (1956/2000).

Moro (2016) propõe que o conceito de transparência psíquica de Bydlowski seja articulado com a dimensão cultural presente na experiência do exílio. A autora observa em sua prática clínica uma intensificação da transparência, tornando ainda mais visíveis os elementos correspondentes ao “[...] nível psíquico, pela revivescência dos conflitos e pela expressão das emoções; no nível cultural, pelo mesmo processo, porém aplicado dessa vez às representações culturais, às maneiras de fazer e de dizer a própria cultura” (MORO, 2016, p.78). Neste sentido,

os sofrimentos antigos não apaziguados também se expressam em nível cultural, pois não somente a relação com os pais será reatualizada, mas também a relação com a cultura dos pais e, portanto, com a cultura de origem.

Retomando o pensamento de Kaës (1997), consideramos ser de grande valia que tais transformações intrapsíquicas apontadas nos períodos pré e pós-natal possam dialogar com as transformações que reverberam sobre o grupo e sobre o conjunto de vínculos nos quais a mulher está inserida. Decerto que modificações no campo do recalque, por exemplo, não se manifestam sem que a realidade psíquica dos vínculos grupais seja mobilizada e que outros atores do conjunto possam eventualmente exercer funções que garantam a estabilidade econômica grupal.

4.1 O corpo como espaço privilegiado

O período imediato ao pós-parto marca o encontro da mãe com o bebê encarnado, representante da alteridade. Neste instante, faz-se necessário seu reconhecimento, que o retira da posição de estranho e inaugura o campo das identificações mútuas que produzem os primeiros registros subjetivos pautados nesse movimento de coconstrução. Freud (1914-16/2010) nos indicou que a passagem do bebê da posição interna para a externa recoloca a mãe numa perspectiva outra, ainda apoiada narcisicamente e que lhe torna capaz de referenciar o bebê a si mesma, ao dizer “meu bebê”: “No filho que dão à luz, uma parte do seu próprio corpo lhes surge à frente como um outro objeto, ao qual podem então dar, a partir do narcisismo, o pleno amor objetal” (FREUD, 1914-16/2010, p. 35).

O corpo se apresenta como espaço de interlocução cuidadosa, deslocando a necessidade concreta da demanda que a mãe antecipa, interpreta e corresponde, conforme Iaconelli (2012, p.78) bem descreve,

Cabe ao adulto interpretar a necessidade do bebê (orgânica) como um pedido, como demanda (psíquica). O choro indecifrável do bebê é entendido pelos pais como choro de fome, do tédio, de medo, de frio... mas, acima de tudo, como apelo endereçado a eles. O paradoxo é que, embora não seja endereçado ao outro, posto que ainda não existe a diferenciação eu-outro na perspectiva do bebê, a ilusão dos pais de que se trata de uma demanda é imprescindível para que o bebê venha a se desenvolver.

A mãe se ocupa do corpo do bebê, marcando-o sexualmente e mapeando-o em zonas erógenas altamente sincronizadas com as necessidades corporais de cuidado e vivenciadas na alternância prazer/desprazer. Os cuidados nesse campo somatopsíquico carregam

simultaneamente o concreto do corpo (a troca da fralda, o leite, o ninar etc.) e a dimensão simbólica (as antecipações que nomeiam ou supõem nomear estados corporais, canções, palavras, olhares, toques etc.). Tanto o corpo quanto o simbólico presentes nas práticas de cuidado informam sobre uma determinada cultura, transmitindo hábitos, padrões, memórias.

As representações sociais ideologicamente estruturadas em torno da maternidade determinam o reconhecimento de certas práticas de cuidados no âmbito da assistência perinatal. Tais práticas, capturadas pelo discurso hegemônico e institucionalizadas por meio de protocolos médicos, destituem a mulher dos próprios saberes recebidos transgeracionalmente e garantidores de sua identidade cultural, que operam como esteio à sua passagem para a identidade de mãe.

A maternidade como rito de passagem se viabiliza na prática da cotidianidade pelos rituais, gestos, símbolos e objetos que estão inscritos na cultura. Espera-se que a existência do novo integrante da cadeia filiativa seja consoante com o que sua cultura diz sobre os modos de cuidados que receberá de sua mãe.

Os corpos em cena nos momentos de gestação e de nascimento estão submetidos à lógica de cuidados historicamente institucionalizados e permeados pelos ideais contemporâneos, distantes dos traços da tradição que marcavam o parto e os cuidados aos recém-nascidos, incluindo aí a amamentação. As divergências entre a experiência e os padrões de saúde vigentes são disparadores de ações corretivas legitimadas como cuidado. A figura do especialista aparece nesse cenário como portador de um saber legitimado pela ciência, podendo protagonizar intervenções excessivamente intrusivas, que expropriam a dupla mãe-bebê do espaço potente onde se inaugura os primeiros reconhecimentos e ritmos.

Figueiredo (2013) entrelaça a noção de saúde a uma ética do cuidado que se inicia nas primeiras relações e que permanece em funcionamento durante as intempéries desestabilizadoras ao longo da vida. A constituição psíquica seria alicerçada em funções básicas de cuidado, inicialmente protagonizadas pelas funções parentais, que remetem à capacidade de estar presente, sustentar, conter, interpelar e reconhecer um outro, que se apresenta ao mesmo tempo diferente e semelhante, inserido em um contexto cultural. Essa ética nos permitiria superar noções normativas e dicotomizadas de saúde e doença, visto que “o ‘singular’, o ‘próprio’ e o ‘processual’ (interativo) deverão ocupar um lugar central na nossa caracterização da saúde” (FIGUEIREDO, 2013, p.27). Os padrões de interação, incluindo a esfera sociocultural, sustentam os processos vitais, outorgando à trajetória humana doses toleráveis e normais de sofrimento. A partir dessa ética, o autor define a função do casal parental como sendo a de

[...] participar, não só como polo de interações com o bebê, em relações objetais primitivas, mas como meio e matriz, das interações do bebê e da criança pequena com seu ambiente, regulando essas trocas de forma a propiciar processos contínuos de metabolização, organização, integração, crises e rupturas, desintegrações e reorganizações somatopsíquicas. (FIGUEIREDO, 2013, p. 30)

As alterações psíquicas da mulher às quais nos referimos possuem uma função adaptativa que cumpre o seu propósito mediante a oferta de um ambiente facilitador, que reconheça a potência desse vínculo e do trabalho subjetivo implicado. Ao passo que o seu estado psíquico mais regredido e o contato com suas vivências mais arcaicas mobilizam angústia, coloca-se em movimento a instalação da identificação necessária com o bebê. A mulher encontra-se potencialmente sensível ao ambiente e especialmente permeável ao que o médico ou equipe de assistência tem a dizer (ROTHSTEIN, 2013).

Podemos pensar, nesse sentido, que a supressão dos aspectos subjetivos na prática hospitalar e da puericultura podem igualmente negar os aspectos que marcam a diferença cultural, reafirmando discursos normatizadores sobre o corpo e a saúde. No ambiente hospitalar de assistência ao parto, por exemplo, Yajahuanca (2015) observou que as mulheres migrantes bolivianas se mostraram particularmente vulneráveis quando a comunicação com a equipe hospitalar se fez difícil ou até mesmo impossível. As referências culturais trazidas quanto à posição de parto ou o uso de faixa umbilical nos recém-nascidos não encontravam vias de expressão e elaboração nos desencontros da língua entre paciente e equipe, perpetuando o silêncio, a submissão e as fantasias persecutórias quanto ao banho de luz prescrito ao bebê.

Aching (2017) considera, a partir das situações clínicas que subsidiaram sua pesquisa de doutorado, que as mulheres em situação de vulnerabilidade social e migratória ocupam lugares singulares e por vezes paradoxais nos momentos seguintes ao parto. Por vivenciarem uma superposição de vulnerabilidades, as demandas sociais referentes à adaptação e regulamentação de sua condição de migrante no Brasil, bem como a ligação com seu país de origem e os familiares que lá permaneceram, podem se apresentar salientes e urgentes o bastante para tomar a atenção materna, relegando a relação com o bebê a um plano secundário. De maneira inversa, a ligação com o bebê pode abrir um caminho necessário de distanciamento de tais demandas, onde a totalidade da atenção da mulher se fixa na relação com ele, permitindo um afastamento das angústias inerentes à sua condição no mundo. Para a autora, o espaço clínico que se constrói em torno das questões da gravidez e do bebê recém-chegado inscreve

esse evento na história pessoal da mulher, mobilizando recursos para lidar com as demandas que se apresentam no complexo quadro de vulnerabilidades.

Tais apontamentos encontrados nas pesquisas com gestantes e parturientes migrantes e vulneráveis abrem um campo de reflexão acerca do lugar também desprivilegiado que se instala nas relações de cuidados e assistência e que podem ser determinantes para instalação e manutenção do vínculo mãe-bebê.

No princípio, esse vínculo que se forma “corpo no corpo”, ou seja, via laço narcísico, e necessariamente simbiótico, vai se encaminhando, à medida que a criança avança em seu desenvolvimento, para uma relação diádica que pressupõe experiências de descontinuidade, em uma lógica de cuidados “corpo a corpo”. Assim, os marcos de separação como o desmame, o desfralde e a entrada na escola inauguram novas linguagens cada vez mais desvinculadas do corpo e principalmente, inserem outros atores no universo da criança. Esse processo libera a identidade da mulher para outras dimensões além da maternidade e igualmente libera a criança na direção de novas relações, o que Benhaïm (2007, p. 25) cita como o “terceiro social separador” ou “metáfora paterna”.

Segundo a autora, são etapas que resguardam um sentido interditor e promissor para a mãe e para a criança, e que se inscrevem na dinâmica psíquica ambivalente da mãe, presente desde o princípio de sua trajetória materna. O ódio materno tem aqui um papel decisivo e é fruto do desligamento narcísico e da decepção experimentada, porém desvinculada da violência real contra o bebê. O ódio possibilita à mãe redirecionar seus investimentos para além da criança e elaborar a falta que tal decepção narcísica lhe imputou perante o reconhecimento da alteridade do bebê.

A mãe suficientemente cheia de ódio vê seu amor opor-se a todos os excessos. É uma mãe não excessiva que inventa um laço com a criança que se sustenta numa permanência, espaço relacional em que é permitido à criança desembaraçar-se da “preocupação” de sua mãe e a esta última “curar-se” disto. Se não ocorrer assim, ali onde a interpretação materna “fracassa”, permanece, imutável, um grito que, por não poder tornar-se palavra, torna-se sintoma. (Benhaïm, 2007, p. 23)

Destarte, os marcos de separação decorrem da conquista de autonomia da criança ao longo da primeira infância. Estão inseridos nessa passagem dos cuidados via corpo e que gradativamente suportam descontinuidades da presença materna e permitem a inserção de outras relações e espaços sociais para ambos. Enquanto a mãe desiste de ter um filho como unicamente seu e o insere em uma cadeia de filiação, a criança elaborará sua ausência através

do trabalho de representação ancorado inicialmente nos primeiros objetos transicionais que possibilitam distinguir separação e morte (BENHAÏM, 2007).

Essa ideia é relevante para nossa pesquisa, pois nos encaminha a pensar sobre a problemática da separação no contexto migratório, onde os laços sociais e a inserção social da mãe são recentes, ainda frágeis ou mesmo inviabilizados, a depender do tempo e condições de chegada no país de acolhida.

Nesse sentido, pensamos que as instituições que possibilitam a autonomia e o incremento de relações autônomas podem faltar à dupla. O trabalho, a escola, o cônjuge (nem sempre presente no caso de famílias monoparentais ou separadas pela migração), a família extensa ou comunidade local; enfim, os pontos de exterioridade estão associados às modalidades de vínculo entre mãe-bebê/mãe-criança, reafirmando o olhar investigativo desta pesquisa sobre tais aspectos.

CAPÍTULO 5 — Análise das entrevistas

5.1 A instituição

O processo de escolha da instituição para a realização da pesquisa privilegiou locais de longa permanência, para que a convivência familiar e comunitária em construção pudesse nos informar a respeito do funcionamento dos vínculos atuais e para que fosse possível acessar a narrativa criada sobre a história de vida e o percurso do deslocamento após a efetivação do acolhimento no Brasil.

Dessa maneira, foi possível realizar as entrevistas com três mulheres africanas abrigadas no Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI Palotinas), localizado na zona leste da cidade de São Paulo. Trata-se de uma instituição fundada pela Igreja Católica e que atua há 14 anos na assistência a mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, dentre elas imigrantes e refugiadas, inclusive egressas do sistema prisional. Em parceria com a Secretaria de Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMAD), oferece moradia por um período de 12 meses e expressa como principais valores o desenvolvimento da autonomia das mulheres por meio de ações formativas e educativas. A equipe técnica atua na articulação com a rede pública, organizações não governamentais e serviços voluntários parceiros para oferta de atendimento nas áreas jurídica, de saúde, trabalho, dentre outras (CAEMI PALOTINAS, 2021)

Após reunião com a equipe técnica, foram indicadas três usuárias do serviço que demonstraram interesse em participar da pesquisa e que cumpriam o perfil previsto na metodologia. As crianças estiveram presentes durante as entrevistas, o que enriqueceu a observação sobre as interações que surgiam. No decorrer das visitas à instituição, foi possível observar e interagir com as usuárias em momentos de convivência que geralmente ocorrem no espaço do refeitório, no horário dedicado à alimentação das crianças.

5.2 As entrevistas

A escuta implicada na entrevista esteve centrada na tarefa de investigar as dimensões do vínculo e a construção de alianças inconscientes, tendo em vista a experiência do sujeito compreendido como sujeito do grupo, inserido em um contexto social, cultural e institucional, em um determinado momento histórico. Sujeito que vive a experiência da maternidade, especificamente sob condições adversas, causadoras do deslocamento forçado ou como parte

de seus efeitos. O método utilizado na pesquisa tomou as dimensões intrapsíquica e intersubjetiva e transubjetiva como realidades inextrincáveis, constitutivas de um mesmo processo, tendo em vista que ao falar de si, o entrevistado fala do vínculo e ao falar do vínculo, fala de si e da sua história. A pergunta disparadora que norteou tal tarefa foi: como é ser mãe e ter saído do seu país e como é ser mãe e estar aqui no Brasil?

Dessa forma, foram entrevistadas três mulheres que vieram do continente africano, sendo duas angolanas e uma sul-africana. A escolha da nacionalidade se deu de maneira livre e aleatória, pois a princípio não fazia parte dos objetivos dessa pesquisa apresentar as especificidades culturais de cada participante. No entanto, a origem africana comum trouxe interessantes elementos acerca das questões de gênero na constituição familiar. A maternidade pareceu ser um evento privilegiado na história de vida dessas mulheres, dando a elas prestígio social.

Como exposto anteriormente, há estudos que tratam especificamente da vinda de mulheres angolanas ao Brasil, muitas vezes associada à maternidade e ao amparo que o país pode ofertar através de serviços básicos de saúde, assistência social e educação. É comum que a chegada, especialmente na cidade de São Paulo ocorra ainda na gestação, o que garante a nacionalidade brasileira da criança e viabiliza a permanência da mulher no país. Tornar possível o cumprimento do papel social feminino as mobiliza e é um fator preponderante na decisão migratória. Segundo Silva, “[...] a gravidez é vista como uma expressão da identidade feminina, como um elemento a partir do qual se definem os papéis de gênero. A gravidez é ainda socialmente percebida como o caminho para a regulação e manutenção das gerações” (SANTOS; NOVAES; CHAVES, 2018, p. 14). Também foi possível observar a relevância da gravidez na entrevista da participante sul-africana, alterando radicalmente sua posição enquanto mulher em uma relação amorosa marcada pela violência.

Nas entrevistas, a comunicação se deu predominantemente em português por iniciativa das participantes, pois já possuíam algum conhecimento da língua. Foi possível observar nos espaços de convivência da instituição que o uso de dialetos é presente entre aquelas que vieram da Angola, formando um grupo bem delimitado. Esse grupo se comunica em bengali ou crioulo, dialetos inteligíveis para as demais usuárias, marcando uma fronteira bem definida que diferencia as angolanas das mulheres de outras nacionalidades.

No encerramento da entrevista, foi colocada a possibilidade de um segundo encontro para que as participantes pudessem expressar como haviam se sentido em relação aos assuntos mobilizados. Dentre as entrevistadas, apenas duas compareceram por convocação da instituição

e não demonstraram interesse na retomada das questões abordadas anteriormente ou na adesão ao atendimento psicológico continuado.

Em seu discurso, a instituição afirma ter disponibilidade em ofertar atendimentos que auxiliem no processo de autonomia necessário ao término do período de abrigamento. Entretanto, relata dificuldades na participação voluntária das usuárias em grupos socioeducativos e demonstra grande interesse em parcerias que gerem algum engajamento. É possível notar que a abertura para a realização da pesquisa gerou tal expectativa.

As narrativas que surgiram no encontro com Teresa, Sueli e Carla e a dinâmica transferencial que se instalou no enquadre mostraram que o método de entrevista aberta acessou elementos inconscientes relevantes e potentes para os objetivos da pesquisa. As análises do material a seguir têm o propósito de apresentar, de forma exploratória e qualitativa, hipóteses de compreensão e de entendimento da problemática pautadas no aporte teórico apresentado nos capítulos anteriores.

As entrevistas serão apresentadas separadamente e será respeitado seu curso, a fim de garantir a permanência da dinâmica inconsciente impressa na sua construção. Serão evidenciados os emergentes apreendidos na narrativa e na dimensão intersubjetiva constituída no encontro entre pesquisadora e a dupla mãe-bebê participante e a análise destes levantará hipóteses sobre o acontecer inconsciente. Posteriormente, elegeremos pontos convergentes presentes no material apresentado, nas diferentes entrevistas. Vale ressaltar que este material expressa um conteúdo de grande complexidade, com desdobramentos vastos e abrangentes e que não são objeto de análise deste trabalho neste momento.

5.3 Teresa

Na ocasião da entrevista, Teresa estava com 24 anos, e sua filha E. estava com 7 meses. Havia chegado ao Brasil em abril de 2020, vinda de Luanda, Angola. De início, seria acolhida por uma pessoa conhecida de seu esposo, o que não se concretizou, como veremos a seguir. Tentou por um curto período viver com uma amiga angolana que também tinha dado à luz recentemente, mas as duas não conseguiram arcar com os custos de moradia e foram abrigadas no CAEMI.

A escolha da instituição em indicar Teresa para a entrevista se deu em virtude do comportamento de E. quando está em contato com a mãe, especialmente com o corpo da mãe. Segundo a equipe técnica, a bebê parece regredir e perder o vigor físico. Seu corpo amolece, se comportando como o de um recém-nascido.

Uma vez que foi apresentada a questão norteadora da entrevista e estabelecido o seu enquadre, Teresa diz:

Ah, vou dizer que é um pouco difícil, não é fácil, tendo em conta que cá no Brasil a gente não tem família. A única minha família é minha filha e eu. Não é nada fácil, não é fácil. Muito difícil mesmo.

ENTREVISTADORA: O que é difícil?

TERESA: A maternidade. Quando minha bebê nasceu eu não tinha lugar fixo pra ficar. Aí minha bebê incomodava e faltava fralda pra colocar nela, faltava leite. Então não foi nada fácil, ter bebê fora tendo em conta que todos os meus familiares ficam lá em Angola. Eu tava a cá sozinha, depois minha bebê nasceu no momento da pandemia e a gente tava em quarentena, não tinha nem como receber ajuda dos meus familiares de lá de Angola. Não podiam sair de lá pra vir aqui porque tudo estava fechado, não tava funcionando. Então não foi nada fácil, foi muito difícil. Fiz a solicitação do auxílio, já na primeira, ainda fui negada, foi, foi... não foi nada fácil.

(silêncio)

ENTREVISTADORA: Sua família poderia vir te ajudar?

TERESA: Sim, se houvesse... assim... como posso explicar... o caminho né... eles poderiam me ajudar. Só que naquela altura, a gente entrou em quarentena numa quinta-feira e a gente entrou em quarentena no domingo.

ENTREVISTADORA: Nossa...

TERESA: Então não tinha como, tudo já tava fechado, agências, vôos... tudo estava fechado. Não tinha nada funcionando... nada funcionando e não tinha como eles me ajudarem. É mais ou menos isso.

(silêncio, a bebê olha para a entrevistadora e sorri)

ENTREVISTADORA: Ela é linda...

TERESA: Obrigada.

Quando solicitada a falar de sua experiência de maternidade e migração, Teresa constrói uma narrativa em torno da solitude e do desamparo. Alguns elementos dessa fala destacam-se: *lugar fixo, faltava, pandemia, ajuda, sozinha*. Pode-se pensar que são expressões que carregam em si o sentido de imprevisibilidade, de um estado de coisas permeado por incertezas e que Teresa vivencia sozinha. Seu arranjo familiar ora inclui todos os familiares que estão em Angola, ora é composto somente por ela e a bebê.

E. se faz presente nesse momento, sorri em busca de interação e convoca o olhar da entrevistadora.

ENTREVISTADORA: E por que você veio para cá, qual a história?

TERESA: A minha história?

ENTREVISTADORA: É...

TERESA: (sorri, tímida) Não gosto de contar minha história não...

ENTREVISTADORA: Ah é?

TERESA: Então, não só pelas melhores condições... levando em conta que o Brasil tem melhores condições que meu país... mas as coisas não iam tão bem, não iam tão bem... Foi mesmo preciso vir cá pra cá ganhar minha bebê em segurança (diminui muito o tom de voz nesse momento).

ENTREVISTADORA: Segurança? Por que segurança?

TERESA: Digamos que... tinha alguém que incomodava um pouco a minha vida. Vinha atrás de mim, fazer confusão comigo, me bater... então meu marido decidiu que... meu atual marido decidiu que era melhor a gente sair de Angola e vir ganhar minha bebê em outro lugar.

(silêncio)

ENTREVISTADORA: Você diz atual, por que você já foi casada outra vez?

TERESA: Não, não fui casada não, vivia maritalmente. Depois de separação, me casei com o pai na minha filha.

ENTREVISTADORA: E você só tem ela?

TERESA: Só tem ela.

(silêncio)

Pode-se observar o caminho trilhado nesse momento, quando se manifesta a motivação do deslocamento para o Brasil. Há uma ambiguidade entre o que é desejo de ter melhores condições de vida para concretizar o projeto familiar construído nesse novo casamento e o que é fuga de um perigo iminente, que a colocou em uma posição de priorizar sua sobrevivência e, consequentemente, a sobrevivência de sua bebê. No entanto, essa construção pode ser lida como uma forma de exprimir as múltiplas vulnerabilidades que vivia em Angola, no âmbito da violência social e das condições de vida desfavoráveis para a constituição da sua própria família.

Teresa consegue expressar o incômodo de retomar sua história. Esse aspecto defensivo se manterá presente do começo ao fim da entrevista. Como veremos adiante, o desamparo

vivido se conecta à sua história de vida, fato que Teresa deseja tomar distância, ao mesmo tempo em que seus projetos para o futuro retornam ao passado, em uma expectativa significativa de reparação. A pergunta final da entrevistadora neste trecho: *E você só tem ela?* parece carregar um sentido duplo, que ao mesmo tempo fala do número de filhos que tem, mas também, contratransferencialmente, retoma a questão da solidão, o que fica evidenciado nas formulações seguintes. Tendo em vista que as novas questões elaboradas pela entrevistadora se orientam pelo curso dos processos inconscientes expressos na transferência, a problemática do desamparo mobilizou sobremaneira a dupla, quiçá o trio, naquele enquadre da entrevista.

ENTREVISTADORA: E como você se sente? Você me contou que falta muitas coisas, né? Muitas vezes, fralda, dinheiro, né? Mas como você se sente estando sozinha com ela, aqui?

TERESA: Aqui no Centro?

ENTREVISTADORA: É, ou aqui no Brasil, aqui no Centro..

TERESA: Agora já me sinto um pouco mais em paz, já consigo sair, fazendo bico, porque eu trabalho com trança. As coisas já começaram a voltar funcionar, as lojas começaram a abrir, já consigo sair um pouco e com a ajuda do governo, o auxílio, que eu ganho 600 reais, já ajuda um pouco... comprar fralda e leite pra minha filha.

ENTREVISTADORA: Você trabalha com o que?

TERESA: Faço trança.

ENTREVISTADORA: Trança?

TERESA: Isso.

ENTREVISTADORA: Ah, que legal. E onde que você trabalha? Como você faz as suas tranças?

TERESA: Então, eu não tava ainda no centro, quando cheguei lá no Brasil, cheguei na casa de uma senhora que é conhecida do meu marido. Então ela tem um salão lá na galeria aí no centro.

ENTREVISTADORA: Ah, conheço.

TERESA: Sim, ela tem salão lá, então eu vou lá. Vou lá, faço trança. Aí quando o cliente paga, ela divide o dinheiro comigo.

ENTREVISTADORA: Então foi seu marido que teve essa ideia e ele que já tinha alguém conhecido aqui pra te receber. É isso?

TERESA: Isso, foi ele que teve essa ideia de sair da Angola pra vir pra cá...

ENTREVISTADORA: E o que você achou dessa ideia, né? Então vai pro Brasil... o que você pensou?

TERESA: Sendo sincera... no princípio... A ideia foi boa, mas no princípio eu me senti assim meia triste né? Como é que vou deixar toda a minha família, meu pai, minhas irmãs. Vou no país, não conheço ninguém, sozinha... Mas não tinha outra escolha, tinha que vir mesmo. Por isso que eu tô aqui.

ENTREVISTADORA: A situação tava muito difícil...

TERESA: Tava... tava muito difícil. Era previsto pra ele vir depois de um mês, mas com a pandemia ficou tudo ainda mais complicado.

ENTREVISTADORA: E quando você chegou aqui, o que você sentiu?

TERESA: Quando cheguei? Tristeza... (se emociona). Sozinha, sem nem mesmo uma pessoa de Angola pra me receber, não conhecia ela melhor. É... Só tinha eu e minha bebê... ainda tava no ventre, depois ela nasceu, só eu.

ENTREVISTADORA: E depois que ela nasceu?

TERESA: Depois que ela nasceu... eu fiquei vivendo lá com a senhora mas só que ela reclamava muito da água, das faturas da luz. É que eu tinha que lavar roupa quase todos os dias da bebê, porque era recém-nascida, e aquela de... tava vomitando...

ENTREVISTADORA: Sim, faz cocô, vaza...

TERESA: Sim, isso. Ela fazia muito cocô. Então ela ficava reclamando. Eu não tinha assim, um apoio. Meu marido não tinha como vir lá naquele momento. Fiquei lá até minha bebê completar 3 meses. Vi que ela tava reclamando muito. Saí de lá e fui viver com uma amiga, essa que tá aqui. Fomos viver juntas, aí um moço nos conheceu, já que a gente não tinha condições de pagar aluguel de casa. Então, conheci esse moço lá mesmo na senhora onde eu vivia e ele disse: “Que tal vocês irem viver em um abrigo?”. Eu disse: “O que? Lá deve ser muito horrível, muito feio. Lá acho que não vou conseguir comer todos os dias o arroz, o arroz não é bem feito”. Ele disse: “Não, mil vezes vocês estando lá. Vocês não vão passar por muita necessidade. Quem está aqui também são mães solteiras, nesse momento os maridos estão lá em Angola”. Então a gente não teve mais muita escolha, a gente foi encaminhado pra Jacuna, um centro lá em Jacuna, ficamos lá por um período, depois a gente foi transferido pra cá e aqui estamos.

O primeiro momento no Brasil vai se desenhando como uma experiência de não-lugar. As demandas da sua filha não encontram espaço na moradia provisória. A referência que Teresa usa para definir a composição de sua família, reproduzindo do seu modo a fala do homem que sugeriu seu abrigamento, parece estar suspensa pela impossibilidade do reencontro com seu marido: ali estão abrigadas mães solteiras, no entanto, os respectivos maridos estão em Angola. A busca por uma identidade familiar reaparecerá em outros momentos ao longo da narrativa. A

chegada ao abrigo pareceu mobilizar um potente processo identificatório, como revelado no trecho a seguir.

ENTREVISTADORA: E o que você acha? É como você pensava?

TERESA: Não, porque aqui às vezes eu me sinto mais à vontade. Sim, encontrei uma nova família, todo mundo aqui é feliz, cada pessoa tem seus problemas, mas tem como conversar com as pessoas, ambiente, a minha filha tem onde ficar, me sinto mais à vontade, quando eu vou trabalhar ela fica. Quer dizer, encontrei pessoas do meu país, a gente conversa. Já alivia um pouco, já não dá mais pra ficar pensando em tudo. Aí um tempo nós fica conversando. É... as pessoas aqui são muito boas.

ENTREVISTADORA: É melhor do que você pensava...

TERESA: É... É melhor do que as pessoas diziam.

ENTREVISTADORA: Você disse que daí não pensa tanto... Por que você pensa muito quando você tá sozinha? É isso?

TERESA: É... às vezes... às vezes. Além que tá aqui sozinha né? Eu tenho duas irmãs, porque a minha mãe já é falecida. Tenho que cuidar das minhas duas irmãs e... não é nada fácil, não é fácil, não é fácil, tendo em conta que eles ficam lá só com meu pai e meu pai é doente e eu tenho que cuidar dele, às vezes tenho que trabalhar pra poder enviar o dinheiro lá. É...

(longo silêncio)

ENTREVISTADORA: Então você não cuida só de você. Você cuida daqueles que estão lá... seu pai, duas irmãs que estão lá com ele...

(Teresa se emociona, controla o choro)

ENTREVISTADORA: Faz tempo que sua mãe morreu?

TERESA: Faz, já faz 9 anos né?

ENTREVISTADORA: Então aqui, quando você começa a conversar com as suas amigas, com essa família, né, que você tem aqui, você não fica tão preocupada, pensando tanto, é isso?

TERESA: Não, aí eu vou conversando, vou distraíndo, vou rindo. Aquela conta, outra conta... a sua história entre aspa. Mas naquele momento a gente esquece tudo. Só naquele momento, a gente fica rindo, fica contando algumas piadas, todas aqui... eu acho que eu sou a menor da casa... menor da casa.

ENTREVISTADORA: O que?

TERESA: A mais nova! Acho que todas elas tão de 26 pra cima, acho que sou a única... Então a gente fica conversando... é, mais ou menos isso. (demonstra animação, sorri)

Chama a atenção esse movimento basculante entre o retorno do tema sensível que é o desamparo e a separação familiar e a supressão desses aspectos, em um curso deslizante, sentido na contratransferência quando o assunto é desviado ou evitado. No trecho acima, Teresa diz, “*todo mundo aqui é feliz*”, o que é curioso, pensando na população ali atendida e as histórias que circulam entre aquelas mulheres. Teresa sente que tem um lugar, uma referência de identidade presente nas mulheres angolanas, onde encontra apoio e proteção, ocupando o lugar da *menor da casa* ou a *mais nova*. Este aspecto uniformizante, que homogeneiza e encobre as diferenças de sua experiência nesses novos vínculos, nesse novo grupo que nomeia de *nova família*, parece indicar uma urgência identificatória. Teresa se dá bem como todos, com as mulheres abrigadas de todas as nacionalidades, funcionários, equipe técnica. Em certo momento diz que se dá bem *com todas... as venezuelanas e todas. É como chamo elas de muchachas (risos), com todas. Eu passo muito bem com todas, até com gente da cozinha. Dizem que eu sou divertida... não sei né? Dizem que eu sou (risos)*. De fato, é possível vê-la no cotidiano da instituição participando ativamente das atividades da cozinha e na companhia de outras mulheres abrigadas. Como vimos anteriormente nos capítulos teóricos, as rupturas narcísicas e os processos psíquicos derivados podem conferir contornos específicos às novas relações estabelecidas no Brasil, tornando a percepção das diferenças (dos outros e de si, como estrangeira) potencialmente ameaçadora.

ENTREVISTADORA: E aquela tristeza que você sentiu quando você chegou aqui? O que aconteceu com aquela tristeza?

TERESA: Eu acho que já não existe tanto assim, não tem tanto assim. Aí só vou... o meu pai liga pra mim e precisa de remédio... não tenho como enviar dinheiro pra ele, aí tenho que trabalhar mais e mais e mais, chegar aqui muito tarde, pra ver se eu consegue dois ou três clientes e ajudar, enviando pra ele. Tem também assim, que meu trabalho não é um trabalho assim fixo, que eu sei que no final do mês tenho isso. Posso enviar pro senhor no final do mês, não envio. Às vezes eu vou na semana e não tem cliente e... mais ou menos isso.

ENTREVISTADORA: Quando você se comunica com Angola vem a tristeza?

TERESA: Vem, mas eu fico mais feliz quando me dizem que tá tudo bem com eles.

ENTREVISTADORA: Ah... daí quando vem notícias ruins, daí você se sente triste... entendi. Quando é uma ligação boa... daí você...

TERESA: Tudo na boa.

ENTREVISTADORA: Mas eles estão seguros lá?

TERESA: (fica pensativa) Digamos que tá. Mesmo dizendo que não tão, não tenho como tirar eles de lá, por enquanto não dá não.

ENTREVISTADORA: Mas eu digo assim, a mesma pessoa que tava te ameaçando também ameaça sua família? Ou era com você?

TERESA: Não, era mesmo com eu. Porque ele não quer que eu me separasse dele, de jeito nenhum, ele quer que eu continuasse com ele, mesmo tando me maltratando. Ele queria isso. Ele queria que eu desse um filho nele, mas naquelas condições eu não conseguia, não... mais ou menos isso.

(silêncio)

ENTREVISTADORA: Então sua preocupação não é com este homem, é mais com as necessidades da sua família, né, remédio... dinheiro... Ou você ainda fica preocupada com esse homem que te ameaçou?

TERESA: Isso. Então, antes de sair de lá os meus pais fizeram... como eu posso... denunciaram ele. Quando eu saí de lá ele tentou ameaçar meus pais, o meu pai, dizendo que eu tinha que voltar para a Angola, senão ia matar ele e minhas irmãs. Então eles foram até a polícia fazer a denúncia e advertiram ele, se ele voltar a ameaçar ele ia ser preso. Mas quando eu tava lá fiz várias vezes a denúncia e a polícia não dá conta de nada. Mas levando em conta que eu não tô lá mesmo, não tô lá mais, acho que ele já não liga muito à minha família, porque as minhas irmãs chegaram a dizer que ele também já casou.

ENTREVISTADORA: Ah, que bom. E seu atual marido, vocês se davam bem?

TERESA: Sim, a gente conversa. A gente não tá casado mesmo né?

ENTREVISTADORA: Sim, mas você se sente bem nesse casamento agora...

TERESA: Muito. Muito bem.

(silêncio)

O que parece mobilizar o retorno da tristeza de Teresa é seu lugar no conjunto familiar, o lugar que acredita que lhe foi destinado. As necessidades do pai e irmãs habitam suas preocupações, agravadas pelo fato de não haver garantias de renda ou perspectiva de reunião familiar. No Centro de Acolhida se liga ao grupo de forma mais horizontal, ao passo que na família de origem parece ocupar um papel central e provedor, sobretudo após a morte da mãe. Neste sentido, é possível pensar que as mudanças recentes de contexto de vida e a adesão a um novo grupo social via migração coloca em questão a problemática do contrato narcísico, estabelecido na família de origem, do qual é portadora e transmissora. Teresa estabelece seu projeto de vida longe dos destinos sociais anteriormente prescritos. No entanto, se sente fortemente convocada pelas demandas de sua origem e pouco fala da separação do atual marido, que também permaneceu em Angola e não consegue vir ao Brasil reencontrá-la. Somente quando expressa sua expectativa sobre o futuro, diz: *É... acho que vou continuar vivendo aqui.*

Aí vou chamar toda a minha família, que a gente forma uma família aqui. É... Acho que minha família vai ficar mais completa ainda quando meu marido chegar aqui, meus pais, minhas irmãs... é... eu acho... vou estar mais feliz.

Nesse momento da entrevista, E. convoca nosso olhar novamente, o que tornou possível falar da dupla mãe-bebê.

TERESA: fala para a bebê: Fica quieta!

ENTREVISTADORA: E como foram para você esses 7 meses de ser mãe? E pela primeira vez...

TERESA: (suspira) Muito bom... apesar das dificuldades, a minha filha me dava sempre força, muito bom, muito bom. Aí eu olhava pra ela e aí dá mais força de viver, de procurar trabalhar, eu sabia que eu tinha alguém pra sustentar, tinha alguém pra cuidar, então foi muito bom. Não reclamo de nada, muito bom. Apesar de noites sem dormir (risos), mas foi muito bom.

ENTREVISTADORA: Cansa, ne?

TERESA: Pois é. Aí eu ficava com ela assim no colo tooda noite, sem ela dormir. É....

Diz para filha que está inquieta: E.!

ENTREVISTADORA: E você que escolheu o nome?

TERESA: Não, foi o pai...

ENTREVISTADORA: Ah, o pai... E como foi o parto?

TERESA: O meu parto foi... as minhas dores começaram na madrugada, aí só consegui ganhar minha bebê até... 9 da noite, não, 10 da noite. Ela nasceu 10 da noite, tive parto cesárea, depois de muiiitas dores. Aí a parteira chegou e disse que que minha filha tinha feito cocô na barriga, que tinha que ser cesárea. Depois, conversando, surgiu algumas dúvidas. No princípio tudo bem, pois eu estava anestesiada. Me sentindo depois da anestesia passar... Aiii, não foi nada fácil não, eu não conseguia levantar, não conseguia fazer nada, não conseguia abaixar... Depois de uma semana foi tudo normal, tudo normal. Eu tava só um pouco triste porque tava sozinha no hospital né. Aí tinha outras com seus maridos, família e só tava eu e a minha filha. É...

ENTREVISTADORA: E você conseguiu dar mamá pra ela?

TERESA: Sim, ela mama.

ENTREVISTADORA: Que bom.

TERESA: Mama muito.

ENTREVISTADORA: Será que ela quer mamar então. (a bebê estava muito inquieta) Fica à vontade se você precisar dar mamá aqui tá?

TERESA: É que ela comeu há pouco.

ENTREVISTADORA: Ah, então tá bom.

TERESA: É porque ela é assim chata. (risos)

ENTREVISTADORA: Você acha ela chata?

TERESA: É, um pouco... (risos) um pouco.

ENTREVISTADORA: É quando eu tô aqui na casa ela não aceita ficar no chão de jeito nenhum. Ela fica só assim, fica grudada em mim. É...

Teresa diz para filha: Hum... você é chata mesmo.

ENTREVISTADORA: Quando você está aqui ela só quer ficar no colo...

TERESA: Isso.

ENTREVISTADORA: Por que você acha que isso acontece?

TERESA: Eu acho que quando eu não estou ela sente muito a minha falta e quando eu chego, ela se sente que estando comigo eu não vou deixar ela não. Ela parece que tem medo que eu deixo ela. Eu não sei né... eu acho que sim.

Teresa dá o peito e diz: Ela mama..

ENTREVISTADORA: Sim...!

(longo silêncio)

E quando você está fora, em outros lugares com ela, daí ela fica no chão?

TERESA: Ela fica.

ENTREVISTADORA: Se você está por perto, ela fica no chão?

TERESA: A princípio, quando eu comecei a trabalhar, quando ela tinha 2 meses, eu levava ela lá na galeria. Então, quando eu quando eu começava a fazer trança, sempre aparecia um cliente, deixava pegar ela, eu dava, tinha quem pegava ela, né... Tinha em conta que não estava na pandemia, não tinha como, não tinha escolha. Então, ela ficava lá na cliente, eu fazia trança e depois quando terminasse, recebia ela. É... depois ela foi crescendo, passou a sentar, ela ficava no chão com seus brinquedos, ela ficava a brincar e eu trabalhava. Até que a gente veio aqui e consegui muitas babás. Ela conseguiu muitas babás e ela passou a ficar.

Teresa nina a filha: shshshsh. Ela está com sono.

ENTREVISTADORA: É... E ela fica bem com essas babás?

TERESA: Com as babás? Ela fica, quando não aceita uma, uma pega ela. É assim, uma, duas... são quatro babás que ela tem. (risos)

ENTREVISTADORA: Quatro? (risos)

TERESA: É, ela tem quatro. (risos)

ENTREVISTADORA: Aí se ela começa a chorar, a outra vem e pega.

TERESA: Isso. Mas ela não chora mais, foi mais no princípio. Ela está acostumada a ficar com muitas crianças a brincar, tem muitos bebês e ela fica no meio brincando, até que eu volte do trabalho.

(silêncio)

É interessante notar a forma pela qual a narrativa sobre a chegada da bebê se desenrola. Teresa inicia com o relato de um parto diferente do esperado e a constatação dolorosa de que não havia ninguém para lhe acompanhar naquele momento. Segue apontando as demandas de contato físico da bebê, por vezes sentidas como excessivas, mas que revelam que o que a bebê *chata* teme, possivelmente, corresponde ao seu próprio temor: o desamparo, a separação. No entanto, estar identificada com a bebê, o que fica evidente pelo conhecimento que tem de suas necessidades, rotinas, horários e preferências, denota um vínculo que se constituiu e que se mantém, destinado à E. sua *força de viver*.

Talvez aquele bebê que amolece e regrida no colo da mãe nos informasse, através de um jogo corporal com a mãe, um aspecto que permeia o vínculo da dupla em torno do significativo desamparo. Outro aspecto que merece destaque é que a vivência institucional e os novos vínculos constituídos, na grande nova família, possibilitaram que outros personagens transitassem entre Teresa e E.. O temor do desamparo não impediu que um (ou mais) terceiro(s) exercesse uma função de apoio para as duas, mas também uma função separadora, representante do mundo além da mãe ou da maternidade.

Curiosamente, no momento em que estamos imersas nessas questões, a bebê apresenta seu corpo que amolece e se entrega no colo da mãe:

TERESA: Já deve estar a dormir. Depois ela vai acordando até lá pras 10 horas. Depende... quando ela acordar, ela vai comer, vai tomando banho. Depois ela vai dormir novamente.

(E. dorme, com o corpo mole e braços esticados sobre o colo da mãe)

ENTREVISTADORA: Olha a posição que ela dormiu (rimos juntas)... desmaiou.

Ao expor sua preocupação com a instabilidade de seu trabalho e renda, Teresa relata uma situação que exigiu o reconhecimento dos recentes saltos de desenvolvimento e aquisições

da bebê, o que trouxe a preocupação de que a filha ficasse *muito pequena*. Precisou faltar no trabalho por uma semana pois ficou bastante mobilizada em torno dos sintomas de E., mas compreendeu que significava uma manifestação do seu crescimento.

ENTREVISTADORA: E ela teve o que? Ficou doentinha...

TERESA: Eu acho que tava próximo de engatinhar, mas eu ainda não sabia.

ENTREVISTADORA: O que?

TERESA: Engatinhar... e acho que vai nascer os dentinhos e ela tava com muita febre, vômito, diarréia e aquilo me assustou, então tive que levar ela até o posto. Cheguei lá e ela não estava a aceitar comer e eu tive que ficar um pouco pra dar peito nela porque senão ela ia ficar muito pequena se eu deixar ela no estado que ela tava, muita diarréia, então ela vomita muito.

ENTREVISTADORA: E nasceu o dentinho?

TERESA: (risos) Ainda! Única coisa é que ela tá tentando engatinhar, só.

A entrevista estava se encaminhando para o final e a entrevistadora sinalizou que aquele encontro se encerrava. No entanto, ressaltou que era possível a realização de outros encontros, caso Teresa desejasse. Era evidente que aquele movimento oscilante, que se aproximava e se distanciava de questões tão difíceis correspondia a uma angústia que não se localizava somente na entrevistada, mas também na entrevistadora, via contratransferência. A proposta para o próximo encontro se ancorou na ideia de que uma pausa entre os encontros agiria de maneira positiva sobre os aspectos defensivos observados, o que tornaria o segundo contato menos permeado por aspectos persecutórios ou demasiadamente angustiantes. Como previsto na metodologia e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver APÊNDICE), encontros subsequentes podem ser necessários para o preenchimento de lacunas na narrativa ou até mesmo, como responsabilidade ética do pesquisador, servir de apoio aos desconfortos psicológicos disparados pela entrevista.

Surpreendentemente, o termo *psicóloga* foi tomado como porta de entrada ao conteúdo até então latente, por vezes anunciado no percurso da entrevista. A partir disso, o relato que segue desvela a vida familiar que antecedeu a migração, em toda sua complexidade, em um intrincamento de vivências de violência, dor e abandono.

TERESA: Eu tenho uma irmã que é psicóloga.

ENTREVISTADORA: Ah é?!

TERESA: Então, eu acho que ela estuda a mente das pessoas, é isso?

ENTREVISTADORA: Isso, isso... então uma das suas irmãs é psicóloga lá na Angola?

TERESA: Ela está a estudar psicologia, ela tá fazendo o último ano da faculdade de psicologia. É...

ENTREVISTADORA: Então, eu sou psicóloga. Se você sentir vontade de conversar sobre essas preocupações, sobre esses pensamentos, sobre essa tristeza, né... eu vou estar aqui outras vezes. Daí é só você falar com a F. e a gente conversa... porque psicólogo cuida da mente conversando né?

TERESA: (sinaliza que entende)

ENTREVISTADORA: Você sente falta de conversar com outras pessoas sobre isso?

TERESA: Acho que não porque eu não gosto de contar muito da minha vida. Porque quando eu começo a contar eu começo a chorar e eu não gosto muito não... não gosto muito (ri envergonhada). Principalmente quando é referido aos meus pais, às minhas irmãs... não, não gosto muito. Aí eu fico pensando muito nelas e começo a chorar, não gosto muito.

(silêncio)

ENTREVISTADORA: Mas se um dia você sentir vontade... é só me procurar, tá bom?

TERESA: Tá...

ENTREVISTADORA: São assuntos difíceis mesmo, né?

TERESA: Sim...

ENTREVISTADORA: Então uma irmã faz psicologia... são três né? Você e elas duas...

TERESA: Não... a minha irmã filha da minha tia. Lá a gente não chama de prima, é irmã.

ENTREVISTADORA: Ah é? Não sabia...

TERESA: Lá a prima é filha... como posso explicar. Tia lá é irmã do pai, é que a gente chama de tia. Irmã da mãe é mãe e filha da irmã da mãe é irmã. Agora, filha da tia irmã do pai é prima, ne? Assim... lá a gente é assim.

ENTREVISTADORA: E quantas mães você tem então?

TERESA: Ai... minha mãe foi caçula. Eu tenho uma que tá na Europa e em Angola tenho duas. São três mães que restam, três mães... a minha mãe biológica já é falecida... É.

ENTREVISTADORA: Então você tem, três mães vivas e...

TERESA: E muuuuuitas irmãs. As minhas irmãs da mesma mãe, somos quatro: eu e os três que fica em Angola. Uma ainda é pequena, porque a minha mãe faleceu no parto. Aí nossa caçula ficou sem... pequeninha, tá com 9 anos. Ela como está com a outra minha mãe, então menos me preocupa, porque minha mãe cuida muito bem. Aquelas que tão com o meu pai é que me preocupa.

ENTREVISTADORA: Por quê?

TERESA: Não, porque... uma já tem filho e uma está a estudar e eu que pago o estudo dela e aí tenho que conseguir dinheiro. Quando eu estava em Angola eu trabalhava e eu quem pagava. É...

ENTREVISTADORA: E o seu estudo? Você estudou lá?

TERESA: Eu estudei, estudei até a décima segunda. Só que não deu pra eu continuar pra universidade porque eu tinha que sustentar os meus irmãos. Então tive que parar de estudar pra poder trabalhar, pra poder sustentar eles.

ENTREVISTADORA: Por ser a mais velha?

TERESA: Por ser a mais velha. Minha mãe quando faleceu eu ainda era muito pequena, eu tinha 15 anos quando ela faleceu... Lá em África, não sei... não sei se você vai entender, mas a maioria das famílias, tipo... lá é dividido em tradição... a maioria das famílias... tipo na minha família, cada um cuida dos seus filhos e cada um se preocupa mais com seu filho. Então quando minha mãe faleceu aí a gente começou a passar por muitas necessidades. Naquela altura meu pai e minha mãe já estavam separados. A gente só vivia com a nossa mãe. Quando ela faleceu tinha que viver na casa de uma mãe também, que é irmã da minha mãe, mais velha. Mas lá não deu muito certo porque minha mãe era muito chata, ela ofendia sempre, ralhava sempre e então eu tive que sair de lá e viver na minha avó com minhas irmãs e quando eu cheguei na minha vó irmã do meu pai, então tive que começar a trabalhar pra poder ver se eu conseguia sustentar aquela casa. Lá tinha outras minhas tias, mas mais loucas, que só pensavam em curtidão bobas. Então eu comecei a trabalhar pra ver se eu conseguia sustentar meus vícios né? Assim, roupa e as minhas irmãs... depois fiquei lá, não deu mais muito certo e tive que passar a viver maritalmente. Levei as minhas irmãs, as coisas não deram muito certo, meu pai começou a ficar doente, tive que me separar e como já saiu muitas confusões por aí, conheci o pai atual da minha filha, a gente casou, começou a viver e não demorou muito e tive que sair de Angola, depois do casamento, 7 meses, eu tive que viajar.

Quando eu cheguei aqui foi um pouco difícil porque eu não tinha emprego, não tinha como ajudar os meus familiares e aquilo me afetava muito. Às vezes eles me ligavam: Mana, precisamos disso... Eu não tinha como enviar, não tinha dinheiro naquela altura. Então comecei a procurar trabalho, comecei a fazer trança, depois de duas semanas ganhei minha bebê. Comecei a fazer trança... daí vinha alguns clientes em casa, onde eu vivia na Senhora e eu pedia pra ela pra deixar eu fazer trança pra ver se eu conseguia qualquer coisa. Aí comecei a fazer trança, minha bebê nasceu tinha duas semanas. Aí conseguia qualquer coisa, enviava pra ele, conseguia, dava pra sustentar minha filha.

ENTREVISTADORA: E o que você gostaria de estudar na universidade se fosse possível?

TERESA: *Medicina.*

ENTREVISTADORA: *Pra ser que tipo de médica?*

TERESA: *Parteira.*

ENTREVISTADORA: *Parteira...*

TERESA: *Sempre gostei de ser parteira. É isso... o destino não permitiu né? Tive que parar.*

(silêncio)

ENTREVISTADORA: *E o que aconteceu com sua mãe no parto?*

TERESA: *Não entendo.*

ENTREVISTADORA: *O que aconteceu com sua mãe no parto?*

TERESA: *Quando ela foi pra ganhar a minha irmã, quer dizer... ela já tinha 4 filhos. tinha 4, faleceu 1, ficamos 3. Então, ficamos 3, mas depois voltamos a ser 4 com a nossa caçula. Ela sofreu de... hemorragia. Depois de ganhar bebê, lá teve hemorragia e até procurando doador... essas coisas ela não... ela faleceu... e a bebê ficou.*

(silêncio)

A partir deste longo trecho, é possível observar que a narrativa adquiriu uma cronologia, estabelecendo uma ponte entre a vida em Angola e a vida no Brasil, organizando a temporalidade das vivências, o que não era tangível até o momento. Fica ainda mais evidente que ser *a mais velha* (em Angola) e ser *a mais nova* (no Brasil) traz exigências vinculares distintas para Teresa. As questões fantasmáticas de uma mãe que *morre* e uma bebê que *fica* acrescentam novos entendimentos sobre a interpretação que ela faz da *chatice* de sua filha e de seu possível medo de ser abandonada.

Em um determinado momento, quando questionada sobre o que aconteceu no parto de sua mãe, Teresa diz: *Não entendo*. Uma leitura possível, considerando a força desse evento na sua história, é a de que esse fato ainda está para ser compreendido e representado. Naquele momento da entrevista, essa resposta parecia estar mais ligada à uma necessidade de representar a dor dessa perda do que à falta de entendimento do idioma ou simplesmente da comunicação concreta. Uma hipótese aventada é a de que o desejo de ser tornar parteira, negado pelo *destino*, impossibilita a reparação da perda da mãe e a compreensão daquele evento e dos desdobramentos que se seguiram em sua história, incluindo os casamentos. Na sequência da narrativa, é possível compreender tais desdobramentos:

ENTREVISTADORA: E essas mães que sobraram... você tem uma relação com elas, você fala com elas, elas te ajudam em alguma coisa?

TERESA: Relação a gente tem, tem aquela relação de mãe e filha, mas como eu havia dito antes... lá em Angola, a maioria das famílias ou mães só cuidam dos seus filhos, quer dizer cada um com seus filhos. Lá se preocupam mais com seus filhos. Nem todas, a maioria das famílias. Por isso lá há muitos... aqui como é que se chama? Mendigo. Porque as famílias têm essa tendência... quando a mãe falece aí começam a maltratar os filhos que ficam, lá é assim, a maioria das famílias lá é assim. E tem meninos que não têm pra onde recorrer e passam a viver na rua, alguns são chamados de feiticeiros, alguns são acusados de ter matado a própria mãe, lá isso acontece muuuuuito, muito. Às vezes quando a mãe morre, se deixar assim, tipo a minha mãe quando faleceu... ela tinha muuuuuta roupa, nós chamamos de pano. São aqueles panos mesmo de valor, quando você vende você consegue um bom valor, porque ela vendia panos, lá a gente chama de pano. Então quando ela faleceu, as irmãs da minha mãe levaram tuuudo, tudo, tudo... deixaram a gente sem nada, só deixaram aquele que não tinha muito proveito. Naquela altura como eu ainda era muito... 15 anos né? 15 anos... eu dependia totalmente da minha mãe, totalmente... então levaram tudo e a gente ficou sem nada. A gente foi viver onde minha irmã tava, nossa caçula e ela ralhava muito a gente, a gente não comia à vontade, ela sempre tava lá pra poder xingar, ofender... então... eu não me sentia muito... digamos que naquela altura eu tinha 15, tinha uma de 13, tinha uma de 10 e nosso falecido irmão tinha 8 anos. Então eu levei todos eles na casa da minha vó e a gente passou a viver lá. Não tinha como levar a bebê porque não ia conseguir cuidar dela, então a gente teve que fugir e deixar ela. A gente foi, nosso irmão acabou por falecer... a gente ficou triste.

(silêncio)

ENTREVISTADORA: Muitas vezes você precisou fugir já.... né....

TERESA: (chora) Muitas, desde pequena.

(grande silêncio)

ENTREVISTADORA: E o que você acha desse costume lá da Angola de quando uma mãe morre, os filhos ficam assim...?

TERESA: É complicado, é muito feio. Eu não fazia isso com os filhos da minha irmã não, não fazia não. Não é todos... é mais... Angola é dividida em províncias, como aqui tem Rio, Brasília... lá também é assim, então a gente é de uma das províncias, Vige, lá chama Vige e lá tem muito essa tradição, tem muuuuito isso, quando o pai e a mãe morre, se deixar a casa... a família recebe, joga os filhos na rua. Lá isso acontece muito. São poucas família que quando a mãe falece, eles acolhem os filhos como se fosse deles mesmo, são poucas, são poucas. E na minha vó, a gente era rejeitado porque... hummm... lá em Angola quando filho homem nasce, a família não é dele. Não sei se você está a entender... então nesse caso, a minha filha é minha não é do meu marido, é minha. Porque nesse momento ela é do pai que me casou. Agora, se o pai dela não me casasse, a filha é minha, não é dele. Lá é assim. Então, a nossa vó rejeitava a gente por sermos filha do seu filho e ela amava mais filhas da sua filha.

ENTREVISTADORA: Entendi.

TERESA: Porque eles diziam que são mesmo neta dele na verdade porque é uma mulher quem deu. Agora meu pai, pode ser que a minha mãe havia hipotecado né, dizendo que nós somos filhos, mas talvez não somos na realidade. Lá tem muitas famílias assim.

ENTREVISTADORA: Tem uma dúvida, se o filho é realmente do homem...

TERESA: É isso, lá é isso. Acontece muito. Lá os filhos são mais protegidos quando existe mãe e pai vivos, lá é assim. Isso acontece muito, muito, na maioria, não todas famílias, mas a maioria isso acontece, principalmente esses que são da província, lá chama-se Bakongo, isso acontece muito.

ENTREVISTADORA: E o que aconteceu com seu irmão?

TERESA: Aí quando a gente saiu de lá, foi no meu pai, na minha avó. Ele teve que ir no meu pai, viver com meu pai, aí ele ficou doente, teve febres e acabou por falecer também. Aí ficou só 4 meninas.

ENTREVISTADORA: E ele faleceu lá na casa do seu pai...

TERESA: Isso.

ENTREVISTADORA: Enquanto você tava na casa da sua avó.

TERESA: Sim, tava na casa da minha avó.

ENTREVISTADORA: Entendi...

ENTREVISTADORA: Obrigada Teresa, muito obrigada. Como eu disse, se você quiser continuar essa conversa, podemos combinar.

TERESA: É você conseguiu arrancar um pouco da minha história. (risos) Obrigada.

Vale notar que a problemática do não-lugar, revivida na casa da mulher que a acolheu no Brasil se mostra como produto da sua orfandade, fato que mobilizou deslocamentos, fugas e o desmembramento dos vínculos fraternos, ainda em Angola. Acrescenta-se, durante esse processo, mais um luto pela morte prematura do irmão, que ficou aos cuidados do pai.

A cultura angolana, ao menos na província citada, é centrada na figura da mulher, onde os filhos pertencem à mulher e as tias ocupam o lugar de mãe. Porém, essa rede materna não garantiu à Teresa o amparo que necessitava; pelo contrário, lhe ofertou repetidas experiências de desproteção. Não foi possível adentrar nas motivações que culminaram na decisão de se casar pela primeira vez, mas vale ressaltar que esse passo se deu em meio a um cenário de esfacelamento de sua família de origem, o que nos instiga a pensar nas motivações inconscientes frente às rupturas e lutos vivenciados.

É interessante notar a importância da maternidade como elemento que legitima o lugar social da mulher. Veremos na análise das próximas entrevistas, a presença pungente deste valor com implicações importantes na organização social das mulheres africanas (ao menos nas duas nacionalidades apresentadas nesta pesquisa) e como ele se faz presente nos processos migratórios.

5.4 Sueli

Sueli, 25 anos, estava abrigada com seu filho B., de 9 meses. Chegaram na instituição havia 2 meses. Sueli veio de Luanda, Angola, após sofrer ameaças da ex-esposa de seu marido. Viajou durante a gestação, com um quadro grave de pré-eclâmpsia que, segundo ela, surgiu pelo descontrole da pressão arterial e estresse ocasionados pelas ameaças sofridas.

A equipe técnica não relatou um motivo específico na indicação de Sueli para a participação na pesquisa. Porém, foi possível observar uma forte angústia relacionada às condições da gestação, parto e puerpério.

Sueli inicia sua fala, partindo da questão disparada pela entrevistadora:

SUELI: Me sinto um pouco triste. Distante da família, do marido. Complicado.

(silêncio)

ENTREVISTADORA: Como é essa tristeza que você sente?

SUELI: Não sabe como explicar... pra explicar como que eu saí Angola e cheguei aqui?

ENTREVISTADORA: O que você quiser...

SUELI: A minha história é assim... meu marido, antes de me casar tinha outra mulher. Aquela mulher... não se deram bem, se separaram. Agora, como teve relação comigo, o casamento, vivemos junto e aquela mulher... como posso explicar? Escutou que eu mantenho o ex-marido dela e começou me ameaçar de morte, muitas coisas, naquele tempo que eu tava grávida.

ENTREVISTADORA: Começou a dizer que você fez o que?

SUELI: Começou a me maltratar e mandar bandido pra poder me matar, muitas coisa. A minha tensão tava subindo muito, muito. Meu marido decidiu pra mim poder viajar. Quer viajar junto. Na nossa cidade não tinha como viajar os dois. Ele ficou. Quando eu viajei, chegou aqui pra procurar visto. Cheguei aqui grávida de 7 meses. Depois de uma semana teve parto prematuro. Meu filho fez um mês incubadora depois.

ENTREVISTADORA: Você ficou um mês com ele no hospital?

SUELI. Isso.

(silêncio)

ENTREVISTADORA: E é seu único filho?

SUELI: (Acena que sim)

(silêncio)

ENTREVISTADORA: Essa mulher que era mulher dele...

SUELI: Ex-mulher

ENTREVISTADORA: Ex-mulher dele né? Ela não gostou que vocês ficaram juntos?

SUELI: Sim, ela não gostou. Ela me ameaçava, mandava bandido pra poder me fazer mal, muitas coisa. Meu marido decidiu pra poder viajar e ele nascer em outro país. Minha tensão tava subindo muito. Agora, quando eu cheguei aqui depois de uma semana, tava muito mal... a minha placenta.

ENTREVISTADORA: A pressão tava subindo?

SUELI: Sim

ENTREVISTADORA: Entendi. E é perigoso quando tá grávida, né? Ter a pressão alta...

SUELI: Sim. Foi por ele ser parto prematuro.

ENTREVISTADORA: Foi por isso...

SUELI: Isso.

(silêncio)

As condições da migração se conectam à sua experiência inaugural de maternidade, que se desenrola imersa em medo e escolha pela sua sobrevivência e de seu bebê.

ENTREVISTADORA: E como você chegou aqui, nesse centro de acolhida?

SUELI: Aqui eu cheguei... Eu estou aqui... a minha amiga Teresa.

ENTREVISTADORA: Ah vocês se conheciam lá da Angola?

SUELI: Não, nos conhecemos aqui. Tem um amigo que o conhecido dele que nos levou até aqui. Porque eu cheguei numa conhecida só meu marido e tava me maltratando muito. Maltratando muito e eu saí com meu filho e se

encontrei com a Teresa. A Teresa me mostrou o conhecido dela e ele nos deixou no centro de acolhida de Japura e nós fez transferência até aqui.

ENTREVISTADORA: E o que você achou dessa ideia do seu marido de falar: vai para o Brasil, vai ter o bebê lá... o que você achou dessa ideia?

SUELI: Não, a ideia era pra nós viajar junto, mas não tinha a possibilidade... o visto também só saiu um. Só saiu o meu é o dele não deu sair. Tava complicado e ele disse: vai depois, eu vou seguir. O negócio do corona vem e estragou.

(Longo silêncio. Ficamos olhando B. brincar. Sueli sempre de cabeça baixa)

ENTREVISTADORA: Tá passando muitas coisas na sua cabeça agora?

SUELI: (acena que sim)

ENTREVISTADORA: O que que você está pensando Sueli?

(Longo silêncio. Sueli chora)

ENTREVISTADORA: Difícil falar disso né?

SUELI: (acena que sim)

ENTREVISTADORA: Você costuma falar disso com alguém?

SUELI: (acena que não)

(longo silêncio)

Não ficou claro quais foram as condições migratórias, em termos burocráticos. Em um primeiro momento, Sueli relata que viria para o Brasil antes do seu marido e que procuraria regularizar sua permanência aqui. Em um segundo momento, ela relata que veio antes por ter sido a única a conseguir o visto. O fato é que o reencontro dos dois ficou adiado pela pandemia, pela impossibilidade de viajar e por conta das dificuldades financeiras no comércio ambulante onde o marido trabalha.

Sua angústia, manifestada pelo seu corpo, silêncio e choro, vai se conectando ao que viveu na primeira moradia, arranjada pelo marido. Foi possível notar que, no percurso da entrevista, durante os momentos de maior angústia, Sueli fixava o olhar no filho que brincava no chão. Contratransferencialmente, a entrevistadora tinha a sensação de que algo daquele vínculo era fortemente rememorado ou solicitado, via olhar.

ENTREVISTADORA: Você consegue me dizer o que você está pensando agora? Estou vendo que você está chorando...

SUELI: Estou a pensar como vivi aqueles tempo. Quando nasci, meu bebê... O pensamento voltou...

ENTREVISTADORA: O que você lembrou foi o período que ele nasceu.... você começou a lembra disso?

SUELI: Sim.

ENTREVISTADORA: Entendo. Onde você teve ele? Em que hospital?

SUELI: Maternidade... como que é... esqueci o nome. Leonel.

ENTREVISTADORA: Leonor de Barros? Conheço.

SUELI: Foi dia 27 de fevereiro.

ENTREVISTADORA: Você já estava na casa dessa pessoa que te maltratava?

SUELI: Isso.

ENTREVISTADORA: O que acontecia na casa dessa pessoa que tava difícil...

SUELI: Não comer, não beber, muitas coisa.

O bebê chama nossa atenção, balbucia enquanto brinca no chão.

ENTREVISTADORA: Ele já tem dentinho né?

SUELI: (cena que sim)

ENTREVISTADORA: (se direcionando ao bebê) Você já tem dente? E gosta de conversar! Gosta de conversar!

(o bebê corresponde)

ENTREVISTADORA: E como você fazia pra ver seu bebê? Tinha que ir no hospital...

SUELI: Sim, todos dias. Deixa leite, tira leite. Ia todo dia até até cedo e tarde eu volta em casa, todos os dias. Um mês saiu do hospital. Teve alta do hospital.

R: E você ficou bem de saúde?

S: Não... de saúde eu tava bem, mas o corpo tava bem magro. Não gostava muito de comer. Eu emagreci muito, eu tava bem magra. Agora meu corpo, agora começou a voltar.

Sueli vai elencando, em sua construção narrativa, uma sequência de situações inesperadas, desde a decisão de partir de Angola: os problemas na gravidez, o parto prematuro e internação do filho, as necessidades básicas não atendidas na casa em que vivia e a humilhação que sofreu nesse lugar. Assim como no caso de Teresa, a recepção por outros angolanos não

garantiu condições mínimas para sua permanência, mesmo que estivesse vivenciando claramente uma situação difícil, com o filho internado.

No momento em que tenta explicar seu choro, diz: *Estou a pensar como vivi aqueles tempo. Quando nasci, meu bebê... O pensamento voltou...* É interessante pensar nesse “erro” de conjugação do verbo nascer, em primeira pessoa. Podemos supor que Sueli falava também de si, dos seus aspectos históricos e constitutivos, que retornaram e se fundiram aos momentos iniciais de vida do seu bebê. A expressão *pensamento voltou*, parece carregar o sentido de que sua história arcaica retorna, mas também pode marcar um retorno de aspectos traumáticos vividos no nascimento do seu filho, o que gerou muita dor.

Ao encadear essas experiências, o bebê curiosamente começa a solicitar muito a mãe. Resmunga, pede atenção, se comunica com fortes vocalizações. Sueli interpreta com segurança os sinais do bebê:

ENTREVISTADORA: Você cansou de brincar? Quer conversar? O que você acha que ele quer, Sueli?

SUELI: Sono.

ENTREVISTADORA: Ah, ele tá com sono?

SUELI: Acena que sim.

ENTREVISTADORA: Quer tentar fazer ele dormir aqui no colo?

SUELI: Quer.

ENTREVISTADORA: Ele tira uma sonequinha essa hora? Ele dorme essa hora?

SUELI: Sim, até 11 horas ele acorda.

(nina o bebê)

ENTREVISTADORA: Ele mama?

SUELI: Não, só toma leite. Parou de mamar com 4 meses, não queria mais mamar.

(desiste de ninar)

SUELI: Não tem sono, não tem sono, vai no chão.

(Entrevistadora brinca com o bebê)

ENTREVISTADORA: Ele gostou da girafa.

SUELI: Acena que sim.

Nesse momento, a entrevistadora formula uma pergunta direcionada à sua vida em Angola. Uma leitura possível desse movimento contratransferencial, de conduzir a fala para um período em que possivelmente Sueli estivesse mais amparada, é que nesse trecho da entrevista ficou evidente todo o seu desamparo, seu sacrifício solitário de maternar em uma UTI, sentido no seu corpo emagrecido. Essa dinâmica transferencial parece se confirmar quando imediatamente após a resposta pragmática de Sueli sobre sua vida em Angola, a entrevistadora retorna ao tema solidão, motor de angústia.

SUELI: Vivia com minha mãe e minha vó e o meu irmão mais novo, nosso irmão caçula. Porque a minha primeira irmã já tava na casa dela. A segunda também já tava na casa dela. A terceira estava com minha mãe. Depois quando casei fui na minha casa...

ENTREVISTA: E você me disse que se sente muito sozinha, né...

SUELI: Triste... (chora)

ENTREVISTADORA: O que que passa na sua cabeça quando você sente tristeza?

SUELI: Eu?

ENTREVISTADORA: É.

SUELI: Coloco alguma música, começo a cantar. Depois isso tudo vai...

SUELI: (ao bebê) Senta, senta, mãe vai conversar. Não pode.

Silêncio. O bebê se acalma e aceita ser ninado.

ENTREVISTADORA: Está rindo...

SUELI: Chupa dedo.

ENTREVISTADORA: Será que vai nascer mais dentinho?

SUELI: Vai.

ENTREVISTADORA: Ele tá coçando né?

SUELI: Ele vai chupar dedo. Diz ao bebê: B., senta.

ENTREVISTADORA: Quem escolheu o nome dele?

SUELI: O pai dele. Em Angola quando o filho nasce bem é B.

ENTREVISTADORA: E por que será que esse nome?

SUELI: Porque é B. de Deus. B. que Deus nos deu depois do casamento.

A partir desse ponto, após o bebê intervir mais uma vez de forma sincronizada com o reaparecimento de um tema sensível, uma série de sentidos são produzidos em torno do nome B. e da sua força para viver e crescer. B., segundo ela, é o nome³ dado ao bebê que nasce bem em Angola, o que inicialmente diferiu da história de nascimento do seu filho.

ENTREVISTADORA: E como é ser mãe do B.... o que você está achando? Primeira vez né?

SUELI: Complicado...

ENTREVISTADORA: Você acha complicado? O que?

SUELI: Muita amolação, chora muito, mas tô atenta..

Repreende o filho inquieto.

ENTREVISTADORA: Ele chora muito?

SUELI: Chora muito. Quando era bebê. 2 mês... quando saímos do hospital, chorava muito, chorava. Só dormia no colo, acordava no colo. Depois deu 4 meses, ah! Chegou, vai mudar de comportamento. Agora brinca...

ENTREVISTADORA: Sim... dorme mais à noite?

SUELI: Dorme mais. Só acorda quando tem fome, dá leite, depois dorme mais. Não incomoda muito.

ENTREVISTADORA: Você vai aprendendo junto com ele né?

SUELI: (acena que sim)

ENTREVISTADORA: O que que você acha que ajudaria sua tristeza a passar?

SUELI: Eu? Trabalhar. Vai me ajudar um pouco. Porque se eu estou a trabalhar, vou poder sustentar meu filho, comprar tudo que eu quero. Agora, não está a trabalhar. Só aqui... dormir, acordar, comer... complicado. Lá na Angola trabalhava no mercado, vendia... aqui não tá a fazer nada.

Em outro trecho, Sueli retoma a questão da sobrevivência de B.:

³ Vale ressaltar que o nome original da criança foi modificado por razões éticas. O significado dado para o nome original é o de uma dádiva, um presente ou abençoamento de Deus.

SUELI: Sim, quando foi no hospital me disse que minha pressão tava alta. Me deu os comprimido e eu tava tomando todos os dia. Depois de uma semana, era 5 hora, 5 hora de manhã, teve vontade de fazer necessidade. Eu fui no banheiro, pra sentar, só vi só sangue a sair. Sim, nós foi no hospital. Foi lá no posto, o posto falou que tem que ir na maternidade, chamaram ambulância. Ambulância levou até lá. Tentaram fazer, fazer, nada... depois me mandaram fazer ecografia pra saber se o bebê tá bem. Viu que a placenta já... o bebê já tava mal. Não tava conseguindo respirar. Aí teve parto cesárea. Quando ele também saiu não tava a gritar, a respirar bem, condições. Teve que ir no outro hospital fazer análise, não sei como explicar. Depois foi na incubadora fazer um mês, um mês e dois dias, se não me engano.

ENTREVISTADORA: Você ficou preocupada com a saúde dele? O que você pensava?

SUELI: Pensava muitas coisas, se vai viver, se não vai viver. O doutor disse que o caso dele é só Deus. Só Deus. Só rezava pra Deus ajudar, pra ter boa saúde. Pouco a pouco tá crescendo. Pouco a pouco o peso tá subindo, continuou crescendo. Quando saiu do hospital já tá bem, bem.

ENTREVISTADORA: Ele nasceu com um quilo...

SUELI: 1,720 kg, nasceu muito pequeno. Depois de 1,900 kg que nós saímos do hospital.

(bebê dormiu)

(silêncio)

ENTREVISTADORA: Será que é por isso que o nome dele é B., então?

SUELI: Não, antes dele nascer o pai dele já tinha dado o nome.

ENTREVISTADORA: Já na barriga, já era B....

SUELI: Isso.

(silêncio)

Após a alta hospitalar de B., Sueli inicia um processo interessante e potente de transmissão familiar, através de rituais com o corpo do bebê, para garantir seu desenvolvimento. Esse relato se deu em uma conversa com a entrevistadora, fora do enquadre da entrevista, em uma de suas visitas à instituição. Sueli diz que em sua cultura, é preciso vestir o bebê com dois macacões e ainda enrolá-lo em um cobertor para que fique forte. Além disso, há uma massagem com óleo de palma que puxa dos membros do bebê para ajudá-lo a crescer. Segundo os ensinamentos de sua mãe, bebês que choram e pedem muito colo ficarão mais calmos no futuro. Não se deve deixar cair leite materno no pênis no bebê, pois ele se tornará estéril. Após o parto,

para o sangue da mulher descer completamente, deve-se bater em sua barriga e região dorsal com uma toalha aquecida.

Sueli relata que já cuidou de três bebês da família, seus sobrinhos. Conta ainda que sua mãe ensinou muitas coisas através de chamadas de vídeo e fotos durante o seu puerpério. Traz esses conhecimentos com empolgação o orgulho e considera que ajudaram no fortalecimento da saúde de B.. Na sua primeira residência no Brasil, foi denunciada pelos vizinhos à polícia porque o choro do bebê era julgado como excessivo. Apesar de Sueli considerar o choro do bebê recém-nascido normal e sinal de um futuro mais calmo, relata ter se sentido incompreendida e constrangida.

O papel da transmissão dos saberes tradicionais de sua cultura e de sua família ofertaram um rico repertório de maternagem e deixaram Sueli igualmente *forte* à medida que pôde relembrar ou aprender com sua mãe os ritos de cuidado.

Outro elemento que vale destacar nesse trecho é a vida atual de Sueli. A ausência de trabalho e a impossibilidade de reunião familiar parecem deixar o tempo sob suspensão, à espera de um algo que lhe possibilite sair do ciclo repetitivo e esvaziado de sentido - acordar, comer e dormir. Pela construção de sua narrativa, as relações estabelecidas na instituição parecem ter um caráter passageiro e possibilitam alguma distração ou alívio. No entanto, além de sua amiga Teresa, não é possível observar a presença marcante de novos vínculos dentro e fora da instituição. Sua circulação nos arredores da comunidade é restrita, compondo um cenário de poucos ou precários agenciamentos sociais. Seu desejo é que o trabalho seja uma via de inserção social e destrave seu projeto de vida e maternidade, que inclui ter mais quatro filhos.

ENTREVISTADORA: Você falou que teve mudança boa, né? Casamento, mudança boa. A benção, mudança boa né... a benção de Deus. E teve mudança que não foi muito boa né? Vir pra cá... Você sabia como o era o Brasil? O que você sabia sobre o Brasil, lá da Angola? O que você imaginava que era o Brasil...

SUELI: (ri) Como vou explicar... o Brasil é bom país, tudo legal aqui. Desde que eu cheguei aqui não vi coisa ruim aqui no Brasil, só que o tempo que eu fiquei aqui... o nascimento do meu bebê... tava muito mal, foi isso. Lá eu não vivia à vontade, não tava bem. Eu cheguei embora aqui, tô bem, tô bem. Tem minhas amigas aqui, irmã que eu encontrei pra conversar. Tô bem.

ENTREVISTADORA: O que as pessoas lá falam do Brasil? Ah, vai para o Brasil... o que eles falam? O que você ia encontrar aqui...

SUELI: Não.

ENTREVISTADORA: Você não sabia nada...

SUELI: Nada.

ENTREVISTADORA: Foi chegar no aeroporto e ver o que que era?

SUELI: Acena que sim.

(silêncio)

ENTREVISTADORA: E esse tempo sem trabalho te deixa pensando muito...

SUELI: Sim. Esses dias estou a sair, procurar trabalho. Deixar currículo... pra nós poder ajudar. Tem que trabalhar

ENTREVISTADORA: Você tem procurado do que? Trabalho...

(bebê acorda... balbucia)

SUELI: Pode ser limpeza, auxiliar de cozinha, tudo que aparece pra trabalhar.

ENTREVISTADORA: Você costuma sair com ele só pra dar uma volta... aliviar um pouco a cabeça...

SUELI: Sim.

ENTREVISTADORA: Onde você costuma ir?

SUELI: Aqui, lá na farmácia. Tem um ponto de táxi. Fico lá sentada. Ou aqui fora...

ENTREVISTADORA: Ficar aqui dentro é sempre a mesma coisa, dormir, acordar, comer.

SUELI: Talvez ficar com as amiga, conversar... essas coisa.

O bebê, sentado no chão, se inclinou para trás e parecia cair. Nesse momento a entrevistadora oferece apoio com as mãos para evitar a queda. Esta cena faz retornar o significativo *força*, quando Sueli ao mesmo tempo considera que ele teria condições de se equilibrar e não cair, mas que se fosse inevitável, a queda o tornaria mais forte.

ENTREVISTADORA: Pensei que ele fosse cair.

SUELI: Não... não cai não. talvez também cai, cai. Pra ele ficar forte.

ENTREVISTADORA: Você quer ter mais filhos?

SUELI: Sim, mais quatro. Mas agora não, tem que trabalhar...

No momento final da entrevista, a entrevistadora reconhece que alguns assuntos pareceram muito difíceis e questiona Sueli sobre o que teria sido mais difícil, ratificando sua disponibilidade em acolher incômodos após a entrevista. O contato com aspectos traumáticos em sua trajetória se expressou na forma de silêncio e choro, pois remetem a vivências ainda indizíveis.

SUELI: Aponta para o filho e chora. Demonstra intensa angústia.

ENTREVISTADORA: Do B., mas quando ele nasceu, é isso.

SUELI: Isso.

Neste mesmo instante, uma interessante cena em torno do bebê se constrói quando ela ensaia um movimento de engatinhar. Nesse momento, ele “prova” seu crescimento e desenvolvimento, fato que a entrevistadora se sentiu mobilizada a legitimar.

(Bebê começa a se posicionar, está tentando engatinhar. Nós duas rimos)

SUELI: Ele tá engatinhando...

ENTREVISTADORA: Parece que ele vai começar a andar antes de um ano né?(rimos juntas) Ele é forte, nem parece que é prematuro. Então tá bom, se você quiser continuar nossa conversa é só pedir que eu volto. Obrigada Sueli. B., chegou a hora do soninho, bom soninho.

(Sueli pede para o bebê dar tchau para a entrevistadora)

ENTREVISTADORA: Tchau B.!

5.5 Carla

Carla tem 40 anos e é mãe de A., de 1 ano. Reside no Brasil há 7 anos, egressa do sistema prisional por tráfico internacional de drogas. Está no CAEMI há 7 meses à espera de uma resolução judicial que lhe permita retornar à África do Sul. Foi abrigada após a tentativa frustrada de retorno em março de 2020, quando foi barrada no aeroporto após descobrir que seu ex-namorado declarou paternidade de seu filho, com interesse em regularizar sua própria situação migratória no Brasil.

A narrativa a seguir trouxe um aspecto interessante no que diz respeito à língua materna da entrevistada. Em seu percurso, foi possível identificar que alguns termos, destacados em

negrito, não foram ditos em português. Consideramos que as passagens de um idioma para outro (inglês/português) devem compor a análise da entrevista, a fim de enriquecer a compreensão sobre os processos inconscientes observados.

Após entrar em contato com a pergunta disparadora da entrevista, elabora:

*CARLA: Pra mim... eu vou falar só pra mim né? Pra mim é prazer né? Não bom, não mau, mas pra ficar mãe muito difícil né? Sou mãe sozinha porque ninguém tá ajudando você né, só quando tem sorte ajudam você, quando não tem sorte tem uma coisa, você não pode, tipo... Eles precisa muita coisa, tipo eu... eu não tem passaporte né? Ele usa... porque **document** do imigrante... só tem uma coisa, eu não consegui receber, entendeu? Mas Brasil tá bom... Brasil tá muito liberto, libertação né? Nossa paz, muito difícil. Tipo... trabalho, arrumar trabalho, com a minha idade também. Na África do Sul quando você chega... acima de 32. Muito difícil. Tipo trabalha no **government**, trabalhar bom, muito difícil quando você tem 33 assim... Mas aqui qualquer idade você pode trabalhar, mas agora pra ficar com nenê é muito difícil arrumar trabalho né... porque você tem alguma pessoa vai cuidar da sua neném... quando não tem vaga no creche. Mas quando tem vaga, mais fácil né. Mas ainda quando não tem vaga, você não sabe até quando. Os outros pode esperar um ano e não tem vaga.*

ENTREVISTADORA: Muita coisa né?

*CARLA: Muita coisa, pra cuidar de neném tem que comer, fralda... fralda é muito caro, leite muito caro. Pra mim meu filho não mama, só fórmula. Começa de 0 ano até agora, só compra, compra. A fralda também compra, compra. Só pra mim é difícil. Só a ajuda do **government**. Ajuda agora, eu não sei antes... mas agora ajuda, esse dinheiro do auxílio **emergence** né. Mas antes eu não sei porque nunca receber nada do **government**, eu sempre trabalha mas agora eu tô aqui. As coisas da vida, eu mora aqui, problema né, porque alugar casa muito caro também. Eu tinha trabalho. Quando você trabalha, você tem que... é... procura pessoa pra cuidar da sua filho que agora não tem escola, não tem creche, não tem nada. Mas trabalho tem, mas pra nós é muito difícil porque qualquer pessoa que cuidar da sua filha você tem que pague, entendeu? Agora pra mim é melhor eu cuidar do meu filho né? Até quando ninguém sabe. Entendeu? Esse dinheiro do **government** ninguém sabe quando vai... que dia vai parar. Porque quando para tudo o sofrimento começa de novo porque essa pandemia também ninguém sabe que dia vai terminar. Claro, as crianças voltar no creche mas pra mim agora eu só que vai embora na minha terra.*

O início do seu relato já expressa suas dificuldades em suprir as necessidades básicas do seu filho, diante do contexto da pandemia. Se sente sozinha e apesar de já ter trabalhado anteriormente e considerar o Brasil um país que lhe ofereceria oportunidades, a situação atual está sob um campo de profundas incertezas. Não há certeza sobre reabertura de creches, sobre a continuidade do auxílio emergencial, sobre o andamento do processo jurídico que

possibilitaria seu retorno. A expressão *ninguém sabe* não compreende somente a precariedade concreta e a dificuldade de acesso a recursos básicos, como leite e fraldas. Pode-se pensar que desnuda transformações recentes e abruptas no metaenquadre do campo social, que torna seu funcionamento imprevisível e difícil de ser apreendido.

Nota-se que todas as palavras expressas em inglês remetem à esfera governamental, dos papéis necessários ou auxílio recebido. As razões que adiaram seu retorno se mostraram associadas aos relacionamentos afetivos que manteve no Brasil com dois homens africanos. Relacionamentos marcados pelo desamparo, abandono e violência.

ENTREVISTADORA: O que aconteceu, que você não conseguiu?

*CARLA: Pra mim. É... é as coisa do casamento que... as coisa do **personnel**...*

*ENTREVISTADORA: **Personnel**?*

CARLA: É... eu tenho um nenê né. Eu ficou grávida com pessoa casada. Mas a pessoa que cuidei dele... a pessoa não é pai dele, mas quando eu vai embora, ele me fez muitas coisa mau. Ele tava me abusando, me bate. Ele faz tudo esses coisa, já fui no polícia, mas...

ENTREVISTADORA: Isso lá na África?

C: Aqui, no Brasil. Sim, eu fico grávida aqui no Brasil. Mas esse pessoa...eu fico grávida... eu tava namorando com minha namorada, mas porque ele é muito abusado. Mas eu deixei ele, mas quando eu deixei ele eu arrumei outro pessoa, mas quando ele me viu que eu tô grávida ele voltou comigo. Me falei: ele vai cuidar meu filho. Não pode ficar homem casado, entendeu? Eu acreditei ele. Eu já conhecia ele, quando ele fala não vou fazer mais, não vou bater você, vou cuidar você e sua criança. Deixa homem casado. Eu não sabia se homem casado, porque o mulher dele não mora aqui, mora lá na África, então eu voltei de novo com namorado. Ele cuidei eu quando tava grávida dele, meu filha nasceu e ele não me bateu mais. Ele só me bateu com as palavra né? Que dói o coração. Então eu decidi que eu vou na minha terra. Eu consegui a minha condicional, me ajudou na minha paz. Mas não sabia... esse namorado só quer documento do Brasil pro meu filho.

ENTREVISTADORA: Ah, ele voltou por causa do interesse no documento?

*CARLA: Sim, sim, sim. Eu não sabia o que ele tá fazendo. Ele já fez os outro, outro documento atrás de mim, sem eu. Quando vai para aeroporto, a Federal me parou e falou: você não pode vai com nenê, só pode vai sozinha. Mas a nenê não pode vai. Então eu falava: o pai dele não cuida dele. Ele fala: sim, mas tem pai dele aqui. Quando vi foto desse homem, eu fala: mas ele não é pai. Ele falou: mas eu sou pai. O que ele não pensou, a Federal vai precisar o "**DNA test**" pra provar. Ele não pensou que esses coisa vai acontecer. Mas tudo já dei certo. Os exames saiu negativo, mas agora eu tá esperando pra juiz tirar o nome dele do documento pra mim ir volta. Só isso*

ENTREVISTADORA: Qual teste que precisa?

CARLA: DNA (soletra em inglês)

ENTREVISTADORA: Ah DNA.

CARLA: Voltou negativo. Tipo ele falou que o filho era dele e ele não é pai. Ele só me ajudando, mas eu não sabia que ele usou o documento. Porque ele falou muitas, muitas vezes: você não vai, ainda não tem documento, você pensa eu vou gastar dinheiro só pra nada. Mas eu não vende meu filho, você prometi, vai cuidar eu, vai ele. Entendeu? Até ele começar de novo, começar de novo falar mal, falar mal, falar mal... Mas eu tô aqui com... aqui eu sou bom, é boa. Não é minha casa né? A casa é de muita pessoa, mas eu tô viva. Mas eu precisa voltar na minha terra, eu precisa voltar na minha terra porque eu não vem aqui pra morar. Eu mexeu com as coisa ruim. Eu vou falar a verdade, eu veio aqui eu foi... como chama? Como chama?

ENTREVISTADORA: Fala em inglês pra ver se eu consigo entender.

CARLA: Because of poverty. I was introduced to the traffi... Traffic.

ENTREVISTADORA: Traffic... Drugs.

CARLA: So, I was trapped in Guarulhos. Quando eu volta em Guarulhos de novo eles me levou. Eu foi na cadeia eu já paguei meu preço. Eu já, quando eu quero vai embora eles fala: tem que pagar... tem que pagar...

ENTREVISTADORA: Fiança?

CARLA: Sim, isso tava esperando, mas agora a Federal me liberou. Eu pode vai embora, vou tentar. Isso eu consegui vai... mas quando vai não consegui de novo.

ENTREVISTADORA: Você chegou no aeroporto com a passagem comprada, com o ticket, e você não pôde ir?

CARLA: É... tudo. (profundo lamento)

ENTREVISTADORA: Nossa Carla...

Pode-se compreender que Carla experienciou a perda de referenciais identitários importantes. A dignidade do seu corpo e psiquismo, atacada pela violência física e psicológica, seguida do abrigamento e a perda de sua casa (poderíamos pensar na associação corpo-casa?), são sintetizadas em sua fala: *A casa é de muita pessoa, mas eu tô viva. Mas eu precisa voltar na minha terra.* O que resta é seu corpo, material e concreto, que anseia pelo reencontro de algum referencial simbólico que restitua sua condição de sujeito no mundo.

Novamente, as palavras ditas em inglês são curiosamente associadas ao teste de paternidade e ao crime cometido. Revela-se que algo em torno da lei sobressai em seu discurso, o que remete à sua escolha pelo tráfico naquelas circunstâncias de vida.

A condução da entrevista, a partir desse ponto, se envereda pelas múltiplas perdas familiares e atual fragilização no vínculo com aqueles que restaram. Carla perdeu o marido e dois irmãos de forma trágica. Após a chegada no Brasil, perdeu mais uma irmã e a mãe por problemas de saúde. Recentemente, perdeu um filho logo após o parto, fato que aparecerá mais adiante na entrevista. Perdeu contato com os seus sobrinhos, por não cumprir a promessa do retorno e por não saber dizer quando conseguirá voltar. Fica explícita a sua motivação de ocupar a função materna, juntamente com sua mãe, para os sobrinhos desamparados: *Depois eu fiquei mãe deles e tudo com eles, mas agora até minha mãe faleceu e eu não tá lá. Dói, muito dói.*

CARLA: Eu tô aqui no Brasil há 7 anos. No Centro estou 7 meses. Eu perder minha irmã quando eu tô na cadeia. Eu perder minha mãe ano passado. Agora não tem ninguém. Tem só meus sobrinhos. Eles também precisa de mim... até eles me bloqueou no WhatsApp, fala: eu sou mentira. Eu fala: eu vou voltar. (chora) Fala: mentiu muito, porque não voltou, não esperou pra mim. Dói... (silêncio) Eu não consigo como explicar pra eles o que aconteceu porque sempre, sempre eu tenho que falar alguma coisa pra ele entender, agora... muito eu deixei os outros, tinha 3... eles não me credita mais, mas eles sabe... eu tô vivendo aqui fazendo essas coisa de droga pra família, eles sabe tudo, mas minha mãe não sabia. Eles sabe que eu tava fazendo essas coisas pra vida melhor pra ele, mas ainda quando eu tava na cadeia eles continua a vida né? Eu só gastei minha vida lá na cadeia pra nada. Eu já pedir desculpa, eles me perdoaram, esperou pra mim. Eu saí da cadeia em 2015 até agora nunca voltou.

ENTREVISTADORA: Eles acham que você mentiu sobre não ter voltado?

CARLA: Até... agora eles não sabe que eu mora aqui. Eu não quero falar essas coisas com eles, eu não quero falar com eles, porque eles vai sentir mal. Eu só quer que eles me ouvirem... quando Deus quiser. Porque eles também só tem eu. A mãe deles faleceu em 2005, só tem eu... eu fico mãe com eles e minha mãe ficou vó, mas minha mãe não tá.

ENTREVISTADORA: Você só tinha uma irmã, que é essa que morreu?

CARLA: Estava 4. Os dois faleceu 2005 com o carro. Mas morreu mãe deles. Depois eu fiquei mãe deles e tudo com eles, mas agora até minha mãe faleceu e eu não tá lá. Dói, muito dói. Quando eu consegui vai e volta, outra pessoa me parou. Eles sabe tudo que eu tá passado, mas ele não pensa com isso. Muito dói...

ENTREVISTADORA: Quantos sobrinhos, 2 sobrinhos?

CARLA: Eu tem 5 sobrinhos, um adotado, isso faz 6. Quando eu saí da cadeia eu trabalhei aqui e cuidar deles, com minha mãe. Mas não é pra cuidar que eles precisa, eles precisa alguém. Quando eu fala com eles, eu tem que pagar multa pra mim foi na cadeia, mas eles não entende porque. "Você já foi na cadeia, você já pagou tudo, mas por quê? Eu fala, agora se eu trabalhar assim eu pago. Eles viu o trabalho e não era coisa ruim. Mas quando tudo isso

acabou e eu vai embora... tava grávida e não consegui. A Federal falou: tem que esperar 6 meses. 6 meses acabou esse ano pra multa, consegui, disseram pra mim ir e esse homem me parou no aeroporto. Agora os exame já voltou negativo agora eu escrevi para o juiz pra conseguir ir embora. Eu não sei até quando porque eu chego aqui a junho, que dia 15 eu tava viajando. Chega aqui eles me fala o dia, aí vai e volta, depois 23 dias. Porque ele fez no mesmo dia lá no aeroporto, mas o DNA voltou depois de 4 meses. Eu tô aqui. Mas aqui também depois 6 meses você tem sair aqui. Isso também me machuca muito. Aonde eu vai? Vai sair aqui...

ENTREVISTADORA: E que idade tem seu filho?

CARLA: Tem 1 ano e 1 mês.

ENTREVISTADORA: Qual o nome dele?

CARLA: A.

ENTREVISTADORA: E por que você veio para o Brasil há 7 anos atrás né?

*CARLA: É 2013. Eles me mandei aqui pra levar a droga. Traficante. Porque na África eu trabalhei, trabalhei, até quando os criança termina o **high school**, colégio né... esse dinheiro não ganha, não faz nada. Eu não queria que eles fica tipo eu, eu queria estuda. Os 3 no mesmo ano, só ele não pode levar um só, tem que levar os 3 ao mesmo tempo. Eu vi uma pessoa lá e falou: você vai no Brasil e volta e eu vou te dar esse dinheiro. Entender?*

*ENTREVISTADORA: Você queria esse dinheiro para ajudar seus sobrinhos a estudar o **high school**. Entendi.*

CARLA: Sim, ele me falou: polícia pode pegar você. Ele não me falou vai, vai não. Ele fala: depende de você.

*ENTREVISTADORA: Decisão é sua...**Your decision**.*

Carla parecia estar mobilizada em recuperar algum lugar na família e se reinserir em sua cadeia genealógica, que vem se reorganizando há algum tempo, após a perda de algumas mulheres-mães. Ela é a mãe que restou para os sobrinhos e esse lugar compôs sua decisão pelo tráfico. Interessante notar que ao final deste trecho, é a entrevistadora quem transita entre os dois idiomas: “*Decisão é sua...Your decision*”. Parece que este fenômeno transferencial diz respeito às questões apontadas anteriormente, na relação que Carla tem com a dimensão da lei, que o tempo todo se recoloca e mostra quão significativa foi essa tomada de direção em sua história, com repercussões catastróficas ainda sem reparação e que mobiliza sentimento de culpa.

ENTREVISTADORA: E você só tem ele? O A.?

CARLA: Eu tenho outros 2 lá. Eu já casou, mas meu marido faleceu mesmo ano meu ex-marido faleceu. Ele foi roubado o carro. Ele me deixou com dois homem, duas criança. Mas a família do pai dele cuida, cuida. Mas eu também tem que fazer alguma coisa lá na África pra cuidar ele né? Pra eu não voltar de novo com essas coisa.

ENTREVISTADORA: Você teve dois filhos quando você tinha mais ou menos quantos anos?

CARLA: Eu ficou grávida quando 17. Eu casou quando fiquei 20. O pai dos meus filhos casou, mas ele não demorou muito pra viver. 2005 ele morrer. Ele foi roubado, o carro, eles matou ele. Em 2005 foi um ano muito mal comigo, perdi minhas irmãos, perdi minha mãe. Até 2014 eu tava na cadeia e eu perdi o último irmã. Ele só chorava: a cabeça, a cabeça, a cabeça... não demorou, faleceu 24 de dezembro de 2014. Tudo isso passa com minha mãe. Começou com problema do coração, não sabia que tinha diabetico também. Então no ano passado em julho, ela foi, ela foi. Ela ficou sem fala, na cama. Eu ajudava muito com ela né. Porque ano passado ela tava me esperando também. Quando eu falo: a Federal falou pra esperar 6 meses, só pra volta. Pra terminar tudo, tudo. Eu acho... ela não aguentou, que ela me falou: você não vai me ver. Eu falo: como assim? Ela falou: eu tenho medo, você não vai me ver quando você voltar. Ela não me fala como ela tá. Ela me fala: não, eu só tenho diabetico, as coisas do coração. Mas ela não me fala, ela tá muito mal. Mas quando eu vi no vídeo, ela emagrecer. Ela fala: não consigo comer, eu não sentir gosto do comida, Entendeu? Quando você vai na clínica, a clínica não parece **private** né... a clínica do **government** você tem que pagar. Eles só faz... ela faleceu, não demorou, faleceu. Eu não consegui ver ela porque eu tava grávida. Ela faleceu, foi internado em julho... **august** ela faleceu e eu tava 8 meses.

ENTREVISTADORA: Você tava grávida... e presa. Você ficou sabendo lá...

CARLA: É, eles me falou. Não conseguiu falar no hospital. Ela faleceu... Eu tem que vai embora esse ano março, mas esse coisa tava começando muito mal, a **pandemic**. Em junho eles consegui marcar avião aqui, consegui. Tudo tava pronto no aeroporto, mas tudo coisa em cima do outro, tudo coisa em cima do outro. Só com uma pessoa. É muito, muito muito... muito difícil... muito, muito. Até aqui também, nesse casa, sou só eu África do Sul... muito, muito difícil. Porque tem muita lá fora, tudo lá fora, mesmo pessoa foi lá na cadeia. Eu tem medo... Tem muito que fala: vai morar comigo, mas eu tem medo porque eles ainda mexe com essas coisas né. Quando eu visitar sua casa, a pessoa não vai me fala: eu tenho o que na minha casa. Entendeu? Eu tenho medo. Mas eles não entende porque eu não quero visitar. Eu quero muito mais eu tem medo.

ENTREVISTADORA: São outras pessoas da África do Sul que você conhece...

CARLA: Sim, lá na cadeia. Mas ainda eles mexe com droga né. Só pra mim visitar a casa deles, tudo pode acontecer porque quando Federal entra lá, leva todo pessoal, não vai vê de quem é essas coisa.

ENTREVISTADORA: Sim...

CARLA: *Só eu tem medo, mas eu não consigo. Como explicar com eles... "Vem, não mora lá, mora comigo". Eu falo: não, eu tô bem aqui.*

ENTREVISTADORA: *E aqui, só você da África do Sul...*

CARLA: *Só eu... só eu...*

ENTREVISTADORA: *E como é pra você isso?*

CARLA: *Difícil né... aqui, os trabalho, faxineira bom, tudo tá bom mas... Eu não sei as coisa... como você. É... nós vive por nossa terra muito difícil, muito diferente com os outro... nós... só pra você... eu não sei como... Com você, os morador... metade, não sei... como vive. Tem os boa, tem um, outro e você não sabe como conversar com ele, entendeu? Então eu sou sempre sozinha.*

ENTREVISTADORA: *Mesmo as africanas você sente dificuldade de conversar...*

CARLA: *Sim... é... eu já morei com outro mas, até agora não sei o que eu fiz com ele, eu sou sempre... não me gosta. Mas quando eu perguntei: O que eu fiz? Ele fala: nada, eu só não quero falar com você.*

ENTREVISTADORA: *Que diferenças você vê nas outras pessoas que estão aqui, de outros países. O que que é diferente?*

CARLA: *Sabe porque... nós tá aqui junto, mas quando nós tá lá África, tudo os pai vai lá na África do Sul. Só quando eles viu nós eles pensa... tipo aqui América do Sul. Tudo a América do Sul vem aqui no Brasil. Assim na África também. Tudo vai lá na África do Sul. Eu não sei porque nós... eu não sei... eu não sei... eu não sei. Mas não tudo, não tudo, só as Africana. Mas as venezuelana tá boa. Os outros tá boa. Só as africanas. As coisa de língua... eu não sei.*

ENTREVISTADORA: *Da língua?*

CARLA: *É, porque eu fala inglês e eles fala é bengali... outros... Tem as coisa do língua também. Não pode falar no telefone, as coisa, ela não vai entende. Ou quando conversa aqui e quando eu falei: não entendi nada né. Depois não vai ser conversar né... eu acho... eu acho.*

ENTREVISTADORA: *E você fala bem português né?*

CARLA: *Pouco...*

ENTREVISTADORA: *Dá pra se comunicar né... mas às vezes você sente que elas não querem falar de um jeito para o outro entender.*

CARLA: *Sim.*

ENTREVISTADORA: *Acaba falando pra você não entender. É isso?*

CARLA: *Ah... eles acaba... só venezuelana fala espanhol. Com português eu entende eles. Mas os outro... ele não tem paciência. Não sei... quando eu fala, depois outro fala: ei! Explica pra ele.*

ENTREVISTADORA: Entendi.

Percebe-se que foram perdas importantes antes e depois de sua partida e ela consegue reconhecer que esses acontecimentos foram excessivos, grandes demais para suportar em um curto período: *Mas tudo coisa em cima do outro, tudo coisa em cima do outro. Só com uma pessoa. É muito, muito muito.... muito difícil... muito, muito.* Essa constatação de estar sozinha diante de tudo isso abre a possibilidade de falar sobre a solidão no Centro de Acolhida. Sente que não gostam dela, que a excluem e não demonstram interesse em conversar, em traduzir dialetos.

A questão da exclusão social, do não lugar no mundo, se coloca em vários trechos da entrevista. De fato, nas visitas de observação na instituição, Carla e A. estão sempre isolados dos demais. Parece que a reinserção social pós-detenção, a diferença cultural, questões relativas ao racismo e outras formas dolorosas de exclusão que surgiram em sua narrativa confluem para um ideal de reinserção familiar, que é tida como a única forma de garantir um lugar de investimento narcísico.

Como foi possível observar nos trechos acima, o possível lugar de desejo em viver no Brasil mostra-se negado. Em meio às frustrações e dificuldades vividas, Carla se afasta de qualquer possibilidade futura aqui e a partir disso delineia seu projeto de vida em torno da relação concreta com sua *terra*. Deseja fazer uma plantação no terreno da família e considera que pode ter uma atitude melhor do que as *pessoas morenas*. Mesmo sendo negra, pensa que pode retornar com um pensamento de *gente branca*, que possuiria atributos superiores para lidar com esse projeto e ganhar dinheiro:

CARLA: Mas Brasil é boa. Eu já trabalhei Brasil. Cuidador idoso. Eu fiz. Quando eu saí da cadeia eu fiz curso do cuidador idoso. Trabalhei, boa... eu nunca deixou trabalho eu. Primeiro trabalho a moço que tava cuidando faleceu. Depois trabalha... mas lá eu tava trabalhando boa, boa, boa. Eu ainda não fala bom português, mas eles me receberam boa. Eu mora lá. Eu só folga sexta e sábado. Quando eu quero sair eu pode. Quando eu não quero, eu fica. Mas isso dentro do juiz. Eles fala pro juiz. É... tava boa, depois eu trabalhei aqui clínica do Belenzinho. Aqui no Belém. Lá clínica é grande, boa também.

ENTREVISTADORA: De idosos também?

CARLA: É idoso, eu trabalhei lá 6 meses. A pessoa... ela grávida. Eu trabalhando. Ela foi, depois ela voltou. Depois pra arrumar outro... tudo difícil porque quando eles me liga... eles é... você já tem passagem no cadeia.

ENTREVISTADORA: Antecedente criminal...

CARLA: *Sim, sempre. Muito difícil. Mas aonde eu mora eu já falei tudo com eles. Eu falei tudo, tudo pra você, porque eu fez isso. Então eles me deixa eu trabalhar lá na casa. O pai deles não mora lá. Só mora a faxineira. Lá no Belém também, eu não sei quando eles sabe, mas eu acho que eles sabe. Mas agora... difícil... quando eu tava difícil, eu vou deixar esse caso, eu tava morando com o namorado, vem aqui arrumar outro trabalho. Mas agora, muito, muito difícil porque a neném tá aqui, creche tá fechado. como eu vou deixar... quando você deixa o nenê com a pessoa aqui, você tem que pague, então...*

ENTREVISTADORA: *Aqui dentro mesmo... elas cobram.*

CARLA: *Sim. Então ele dinheiro tem que pagar eu pode comprar fralda, o leite pra ele ou uma roupinha né? Muito difícil. Muito difícil.*

ENTREVISTADORA: *Lá na África, você já se sentia responsável pelos seus sobrinhos né?*

CARLA: *Eu esqueci minha vida. Eu coloca eles sempre no primeiro.*

ENTREVISTADORA: *Você estava com seus filhos também?*

CARLA: *Sim, mas eu levei tudo meus filho lá na casa da minha mãe. Só... minha mãe nunca trabalhou. Ela foi dona da casa. Só quando meus irmã. Eles tava trabalhador faleceu, depois foi meu marido. Meu marido ajudou muito, mas quando ele faleceu. Eu tem que ir avante né? Eu esqueci minha vida. Coloquei tudo pessoa lá na frente, pra vida boa. Porque quando... agora, quando você não tem educação, você é nada. Mas ainda agora eles termina ano passado, mas arruma trabalho também. Difícil. Até outro, ele tem três certificado, tem diploma, fez outro curso também. Quando trabalha sai, tipo... eles já tem pessoa, eles só tira pra pessoa vim, mas eles já tem pessoa pra colocar no lugar. Fica difícil, fica difícil. Mas pra mim eu sei que eu vou começar lá, vou começar tudo de novo. Vou começar com **“agriculture”**.*

ENTREVISTADORA: *Como?*

CARLA: *Agrecartia... como chama, **agriculture**... agrecártia é como você planta verdura, depois...*

ENTREVISTADORA: *Ah sim.*

CARLA: *Sim, eu quero começar porque na minha casa nós tem a... como chama... **land**.*

ENTREVISTADORA: *Terra...*

CARLA: *Muito grande. Eu vou começar... eu já sabia. Quero começar com essas coisa. Tem muito dinheiro, mas a pessoa lá não sabe que tem muito dinheiro. Mas quando eu vim aqui tem muito, porque nós também tem muito verdura, entendeu.*

ENTREVISTADORA: *Como assim, eles não sabem que tem dinheiro?*

CARLA: É... tipo eles sabe... eles não tem paciência... só quer o dinheiro rápido, rápido, rápida. Entendeu? Porque lá faz dinheiro dessas coisa só pessoa branca, porque eles tem paciência né. Esses coisa pra vida... você não consegue viver sem verdura. Entendeu? Mas nós, pessoa morena não pensa isso. Só quer dinheiro rápido ou trabalha pra outra pessoa. Compra franguinho pouco, cresce, vende ovo, vende frango, tudo esses coisa. Eu já, eu já pesquisei esses coisa, entendeu?

ENTREVISTADORA: Então você quer voltar, começar de novo... fazer a plantação, vender ovos...

CARLA: Sim, sim. Esse vai demorar só seis meses pra tudo ficar bom. Depois de 6 meses minha vida, minha vida vai e começa. Porque eu já sabia, já sabia vender ovos. Eu já sabia porque eu já passou. Essas coisa aí pra sempre quando... ele não vive, outra pessoa vai lá e começa, entendeu? Porque essa casa não tem mãe, não tem pai né? Só eu...

ENTREVISTADORA: Essa casa que sua mãe vivia...

CARLA: Não tem mãe, não tem pai... só eu.

Os termos que Carla mantém em inglês parecem costurar experiências e expectativas interligadas e carregadas de angústia: o crime cometido e a culpa, os documentos e exigências para se manter até a data da partida e a autorização oficial para seu retorno e o seu projeto de uma nova vida.

Em seguida, a questão racial retorna, quando seu teste de covid-19 deu positivo. Carla busca recursos e informações para questionar a posição da instituição e o fato de ter acontecido um possível equívoco de testes falso positivos somente com as africanas.

*CARLA: Eles fez o exame do coronavírus. Só quatro pessoa ficou positivo. Acredita? Eu também tava lá, só africanos. Depois de dois dias foi negativo. Como assim? Eles fez o exame do sangue, quatro foi positivo. Depois de dois dia eles fez esse do laboratório... foi negativo. Como assim? Dói hein, eu falei: eu não tenho o sintoma. Eu nunca... e falou: vocês tem que entrar no isolamento. Eu fico muito, muito dói, tipo humilhação né. Quando outro faxinador, trabalhador daqui entra: Ei! Coloca a **mask!** Não vem aqui, fecha a porta, ei! Mas por que hein? Depois de dois dias: Não, desculpa, vocês não tem nada. Mas porque foi só África? Porque quando eu fala com eles, eu já pesquisei no Google. Mas esse exame do sangue aqui, esse não é... sempre faz uma coisa errado.*

ENTREVISTADORA: Tem muito falso positivo, né?

CARLA: Sim, sim. Eles falam não, não". Eu fala: sim, eu posso mostrar a vocês. Depois fala: ah, não, desculpa! Eu fala: mas não é boa, porque quando tem... até outro dia, ela tem 60 anos e foi positivo, depois negativo. Tem pessoa doente do coração. Esse pessoa pode morrer e depois você vai falar desculpa. Você tem que trazer esse do nariz, não do sangue, porque nós já foi

“humildade”. Porque você tem coronavírus... não é todo mundo que fez. Como você vai saber, esse pessoal não fez e ai ter. É isso.

ENTREVISTADORA. É isso aconteceu só com as africanas?

CARLA: É, só pra África nós foi positivo. África... depois de dois dias foi tudo negativo também. Tudo! Como é isso?

ENTREVISTADORA: E essa senhora de 60 anos é da África?

CARLA: Da África também. Ela falou quando eles fala deu positivo. Ela falou: não, mas eu não tem nada, eu sabe isso. Falaram: não, mas... Ela falou: eu não tenho nada, eu sabe disso. Depois de dois dias ela fala: eu não falei! Eu falei com você.

Por fim, Carla relata as circunstâncias da terceira gestação, que se deu em uma relação amorosa conturbada. A. surge no momento em que Carla era acusada de ser *vazia*. As promessas dos parceiros se revelaram sucessivos enganos e culminaram em uma experiência de parto prematuro e um dos filhos gêmeos natimorto. No desamparo e sob violência doméstica.

ENTREVISTADORA: Como é pra você ser mãe pela terceira vez?

CARLA: Difícil, muito difícil...

ENTREVISTADORA: É ?

CARLA: Muito, muito, muito difícil.

ENTREVISTADORA: Você não tava esperando ficar grávida?

CARLA: Não, não. Eu sou... porque eu separou com minha namorada porque ele sempre falou: você tá vazia! Sabe, essa a coisas dói, né? Você não vai ficar grávida. Eu só tá ficando com você aqui pra nada. Você gasta dinheiro, você gasta comida mas não fica grávida. Só depois eu falei: não vou ficar grávida. Depois de 17 anos, não vou ficar grávida. E sem saber. Uma dia só, uma dia só. Foi grávida dia 25 de dezembro.

ENTREVISTADORA: Ah, você sabe até o dia?

CARLA: Foi, foi uma dia só. Mas quando ele escuta as pessoa, depois 4 meses. Ele escuta: ela tá grávida. Ele voltou pra pedir desculpa. Eu já sabia, eu vou sofrer, né? Porque eu não tava trabalhando quando tava grávida. Eu tava grávida o gêmeo né? Tava sentindo muito mal, sempre, sempre. Ele pediu desculpa, falou pra voltar. Ele vai me ajuda. Até esse ano março ele me ajuda vai embora África. Ah tá bom. Mas não foi assim.

ENTREVISTADORA: Ele queria te ajudar por um ano até você voltar pra África?

CARLA: Ele que me ajuda, eu grávida. Porque eu tô grávida homem casado. Eu falo: eu não sabia! Mas eu não fico com ele. Não sei o que aconteceu. Mas eu sei... nós dormiu. Ele falou tá apaixonado comigo mas nunca falou tá

casado comigo. Ele fala voltar, vou cuidar de você. Ele cuida, juro. Porque eu tava sempre no hospital, sempre no médico, porque eu tava grávida de gêmeo.

ENTREVISTADORA: Você tava grávida de gêmeos?

CARLA: É, mas o outro não viveu. Ele faltou... ficou sem respirar. Ficou cansada pra respirar.

ENTREVISTADORA: No parto?

CARLA: Eles nasceu.... É... sete mês e uma semana. Eu tava no pré-natal e ele me falou: você tem que... Ele me deu a declaração. Vai no hospital pra nascer. Eu não senti o outro, não respira.

ENTREVISTADORA: Entendi.

CARLA: Quando vai no hospital, eles me colocou nos máquina. O outro não respira. Eles falou: tem que fazer cesárea. Eles fez. O outro saiu primeiro, já tá morrendo. Depois saiu ele. Tava vivo. É muito difícil, mas agradeço a Deus pra ele. Porque eu tô aqui por ele. Ele me dá forte. Aqui. Ele me dá forte. Muito, muito. Quando eu pensa muito... Mas quando eu vi o sorriso dele... Tudo coisa passado. É nada. Eu só vive pra ele agora aqui. Né... Ele também tá crescendo. Nada mal, forte. Só agradecer a Deus porque como ele nasceu, eu pensa que ele vai ficar até agora. Mas ele sempre forte, forte.

ENTREVISTADORA: Você ficou com medo dele morrer também, é isso?

CARLA: (suspira) sabe, eu deixei ele no hospital né? Eu deixei ele no hospital quase um mês. Mas ele saiu... Quando ele saiu tava 3 quilo. Saiu pesado. Em casa ele não mamá, não dá mamá porque já estragou.

ENTREVISTADORA: Porque ficou no hospital?

CARLA: Sim. Mas ele cresce boa, boa. Mas todo tempo tem que correr no hospital pra fazer exames e tudo tá ótimo. Até ele nascer com 6 dedos, mas tirou um.

(bebê acorda)

ENTREVISTADORA: E esse homem casado nem ficou sabendo que você ficou grávida?

CARLA: Ele sabe, ele sabe. Ele sabe que eu tá vivendo com quem. Ele sabe tudo até ele nascer. Quando eu começa... Ele sabe tudo, tudo. Até esse homem... Ele não vai deixar eu ter outro homem, os documento com o nome dele. Eu tem que vai na África do Sul porque qualquer dia filho e ele vai te contar. Mas tá bom, como eu namorava, como se faz isso. Eu ligo ele: olha ele tá tentando essas coisa com meu filho. Ele fala: eu não sei o que eu faço porque eu tô casado. Ah agora você sempre fala que tá casado, tá casado. Tá bom, mas quando eu no aeroporto, a Federal tem que ligar ele, pra saber. Eles ligou ele. Você sabe o que? A pessoa falou: você tem filho com ela? Ela fala sim, eles precisam saber. Depois quando eu voltar aqui ele começou a me ligar, entendeu? Sempre pra mim só faz isso pra neném. Depois disso ele não me ajuda pra nada. Aí não sei o que... Eu não vou... Eu não vou falar mal

ou ficar bravo com ele né, porque ele sempre me ajudar. Mas agora, o que ele vai fazer? Nada né? Quando eu escuto, ele tá casado, eu deixa ele. Mas ele sempre falou: vou cuidar neném, mais eu falo: você tá casado. Você vai, ajuda e não mora comigo. Eu vou ficar o que? Amante? Não.

ENTREVISTADORA: Ele é da África também?

CARLA: Sim. Eu fala: não vou ficar de amante de você não. Você é casado, quando sua mulher escuta isso sente mal né? Eu sou mulher também né? Eu sei, eu não sabia. Mas agora eu sabe. Então deixa lá. Mas ele liga... Só esse dia ele sente. "Como está?" Eu fala: tá bem. Só. Ele sabe eu tô aqui. A. acorda, o cumprimento. Nós duas ficamos olhando para ele, que está tentando entender o que está acontecendo.

ENTREVISTADORA: Onde eu estou, né? (me referindo à expressão de B. ao acordar) Então pelo que eu entendi Carla, seu maior sofrimento são essas separações né? Essa luta pra se unir de novo né?

CARLA: Sim, pra ficar com minha família. Isso eu sofre muito, mas os outro é normal, normal, os outro é normal. Pra ficar longe com minha família, tipo quando eu chega aqui em Brasil pra trabalha o que... vai ficar boa, porque vai ficar o que eu decidi, mas esse não é eu decidi pra ficar aqui, a situação que faz. Agora é só volta, porque aqui qualquer coisa eu pensa pra fazer... qualquer lugar eles me fala: você foi na cadeia. Então fica difícil.

Pode-se supor, pensando no percurso da entrevista, que a migração de Carla se delineia como um evento essencialmente psíquico, que não está totalmente associado à busca por melhores condições de vida. Desencadeou-se um percurso errante, como uma resposta a um certo momento de mudanças significativas em sua história familiar. A missão de agir sobre as rupturas e rasgos na malha familiar parece estar associada a um hiperinvestimento narcísico do seu próprio lugar de herdeira, portadora e transmissora da herança psíquica. Esse fortalecimento da posição de elo fundamental para a continuidade da história de sua família mantém seu projeto de retorno, seus sentimentos de culpa pelos erros cometidos e pelo abandono dos sobrinhos. A ideia de que os sobrinhos fiquem sem lugar no mundo parece ser insuportável e ameaça reatualizar sua angústia. Dessa forma, o diploma aparece como um importante legitimador do valor social, garantidor de pertencimento.

O não-lugar é considerado como uma questão encerrada, quando expõe: “Agora é só volta, porque aqui qualquer coisa eu pensa pra fazer... qualquer lugar eles me fala: você foi na cadeia. Então fica difícil”. Chama a atenção o fato de Carla querer retomar seu poder de decisão sobre sua vida: “Porque vai ficar o que eu decidi, mas esse não é eu decidi pra ficar aqui, a situação que faz”. Para além das dificuldades concretas do campo social e todas as vulnerabilidades às quais Carla está submetida, o termo *situação* pode ser também pensado em

referência a aspectos inconscientes presentes nos movimentos errantes, desde a sua partida, não reconhecidos como partes de si e que se mostram mais uma vez negados.

ENTREVISTADORA: Oferece um brinquedo a A..

CARLA: A., take!

ENTREVISTADORA: E esse processo do DNA, do exame, você não sabe quanto tempo vai demorar?

CARLA: Voltou. Demorou 4 meses. Porque eles me disse: você vai esperar só 23 dia. Mas demorou 4 meses!

ENTREVISTADORA: É agora falta o quê?

*CARLA: Depois disso, eles fala, federal fala: ah você pode, faz lá outro passaporte, outro documento. Eu falei: tá bom. Mas quando eu vai no cartório, eles fala não, você tem que escrever pra juiz, pra tirar esse nome. Tipo divórcio. Já escrevi em **octobre**. Novembro agora... Até dezembro. 2 meses.*

ENTREVISTADORA: Você está esperando juiz te responder?

*CARLA: Sim, porque a doutor já assinou, só falta juiz... só quando... Eu tava tentando tudo vai dar certo antes de Feliz Natal. Porque eu sempre liga na minha **embassy**, consulado. Minha viagem, passagem ainda tá valendo. Eles fala assim: nos só estamos esperando pra você. Eu penso só Deus né? Tudo depende com ele até agora. Eu não sei... Eles sabe porque eu tá demorando né. Porque juiz pode demorar, mas quando Deus fala pode ir, vai. Nada vai me parar. Eu acredita ele vai fazer uma coisa boa pra mim, pra ir. Eu só não tenho paciência agora, nada me dá feliz agora, só ele. (olha para o filho)*

Nesse momento de angústia, A. é colocado como a única fonte de felicidade, o que lhe permite tolerar a espera. É também a prova viva da sua fertilidade e de seu valor como mulher e está inscrito narcisicamente como parte de sua família. Parece servir de força propulsora e guardião do desejo de Carla sobre o futuro. Ele se alimentará com os frutos de sua plantação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência das entrevistas na pesquisa de campo permitiu confirmar a relevância do tema escolhido, ao mesmo tempo em que impôs à pesquisadora a difícil escolha por caminhos que permitissem seu delineamento. Falar de imigração forçada e maternidade desnudou uma complexa rede de subtemas que tornaram a abordagem dessa problemática, dentro dos limites de uma pesquisa de mestrado, desafiadora. Luto, trauma, constituição psíquica, transmissão intergeracional, enfim, temas que tomados individualmente já possuem consistência e complexidade próprias no bojo da Psicanálise. Fora dos limites do campo psicanalítico, também se configura um vasto leque de compreensão deste fenômeno, como por exemplo, através das esferas política, antropológica, sociológica, que evidentemente ultrapassam os limites daquilo que propusemos como objeto de estudo.

O encontro com essas mulheres propiciou uma experiência de afetação por algo muito potente e grandioso, que despertou não somente reflexões teórico-clínicas, mas também sobre a ética do cuidado no contato com o universo traumático. Em um primeiro momento, ao considerar o conjunto das entrevistas, foi possível notar a presença de muitos momentos de silêncio e os relatos se apresentavam concisos e descritivos. Foi necessário que a pesquisadora investisse em uma postura mais ativa que possibilitasse encontrar caminhos para acessar a experiência destas mulheres diante da tarefa. O convite feito pela instituição era o que justificava a presença nas entrevistas, sem que houvesse uma demanda própria direcionada àquele espaço que se abria para falar de si. Essa constatação se torna muito pertinente para compor a análise dos conteúdos gerados pela entrevista e as defesas e recursos psíquicos empregados ante a relatos tão estarrecedores de rupturas, perdas e violência.

Vale ressaltar que todas as entrevistas, logo de início, mostraram-se atravessadas pelo momento dramático em que vivemos com o advento da pandemia do novo coronavírus. Tendo em vista que consideramos a dupla mãe-bebê como parte indissociada da realidade social e histórica, as múltiplas consequências ocasionadas por essa mudança brutal parecem remeter a um cenário de incertezas. O metaenquadre, ou seja, o conjunto de afirmações e saberes que o sujeito tem sobre a realidade encontra-se ainda em profunda instabilidade. Questões como sobrevivência e falta de acesso ao trabalho, às instituições que favoreceriam a inserção social e o impedimento da desejada reunificação familiar se mostraram pungentes. As mudanças no curso da vida pós-deslocamento se apresentaram ainda maiores e imobilizadoras, colaborando

para que as entrevistadas tivessem uma vivência mais intensa no micro cotidiano institucional, em uma posição de espera por um horizonte mais palpável e definido.

Como foi abordado anteriormente na introdução deste trabalho, as catástrofes sociais atacam diretamente as instâncias intermediárias, produtoras de sentido. O trabalho de metabolização e representação do pré-consciente se fragiliza diante dos excessos e transformações no cenário social contemporâneo, afetando, por conseguinte, os espaços *entre* sujeitos, na constituição e manutenção de vínculo por meio de alianças inconscientes.

A concretude observada nos relatos acima remete a um lugar no mundo não sustentado em suas necessidades básicas. Há risco real de faltar leite, fraldas, renda mínima, alimentos e moradia após o tempo de permanência permitido pela instituição. No entanto, é possível pensar que dentro da concretude, aparentemente esvaziada de sentidos, e que se expressa como forma de garantir a sobrevivência, residem processos subjetivos que puderam ser desvelados e acolhidos nos encontros. O desejo de focar no que deve ser feito hoje para seguir a vida pôde coexistir com as vivências dolorosas, das quais as entrevistadas tentaram se afastar implícita ou explicitamente, no fluxo das narrativas, em espaço único, no vínculo com a entrevistadora.

Foi interessante notar que o caminho trilhado na condução da entrevista foi atravessado por experiências contratransferenciais marcantes, que só puderam ser traduzidas e compreendidas *a posteriori*, quando da análise dos dados. A princípio, durante e logo após o encontro, a pesquisadora notava que um estado de coisas se instalou em seu corpo e em seu pensamento. Havia um certo torpor, choque e perda de referência do tempo decorrido, o que por vezes era manifesto por elaborações de perguntas que ratificassem seu entendimento e em que a cronologia dos fatos pudesse ser compreendida, apaziguando sua desorientação. Havia também uma sensação de irrealidade acompanhada de um incremento na atenção e na capacidade de ficar alerta. Ademais, a sala onde aconteceram as entrevistas representava um novo território a ser apreendido e a ambiência do enquadre, seus sons e dinâmica dentro da instituição remetia à posição de exterioridade/visitante que a entrevistadora ocupava.

A sensação de ter sido invadida por uma onda de manifestações somáticas e psíquicas despertou um sentimento de impotência e ao mesmo tempo de altruísmo e desejo de ofertar mais espaço para aquelas mulheres e crianças. Tais sentimentos geraram um certo deslizamento para fora dos limites do enquadre da entrevista, em que o papel de pesquisadora e psicóloga se interpolaram, antecipando a proposta de atendimento psicológico, sem que houvesse um pedido ou que o desconforto pós-entrevista se instalasse nas entrevistadas. Tal disponibilidade, em certos momentos, parece ter criado rotas de acesso ao conteúdo traumático, como foi o caso de Teresa, que após a oferta de atendimento enveredou por um doloroso caminho no seu relato,

depois de entrar em contato com a palavra *psicóloga*. Por outro lado, podemos supor que esse deslizamento pode ter colaborado para a resistência que se manifestou para o comparecimento nos encontros seguintes com as entrevistadas, talvez por representar uma nova incursão no conteúdo traumático acessado.

Conforme já foi dito anteriormente, na perspectiva de Bleger (2011), a entrevista psicológica se estrutura em torno dos processos transferenciais inerentes ao encontro entre psiquismos e a sua instrumentalização permite compreender a realidade inconsciente que ali se produz.

Girard, Bourguignon e Duret (2014) apontam que particularmente na clínica com pacientes traumatizados é expressivo o surgimento de elementos contratransferenciais, que representam uma tentativa de saída para o psiquismo do paciente, face aos elementos desligados e não simbolizados, fruto do excesso de excitações provocado pelo evento traumático. Entre paciente e analista se instala um universo vincular violento, marcado pelo desamparo e que convoca seus corpos e respectivos psiquismos.

Segundo as autoras, as fronteiras do invólucro corporal e psíquico da dupla fica borrado e a sensação de invasão é pungente e incontornável. Repetidamente o psiquismo do paciente relança mecanismos de ligação em um movimento que ao mesmo tempo remete à dor do trauma, mas também estabelece um arranjo defensivo contra ele. Esse movimento de *ubiquité présence-absence* (*ubiquidade presença-ausência*). Esse aspecto parece confirmar a percepção apresentada na análise das entrevistas, no que diz respeito à dinâmica basculante e oscilante diante dos conteúdos traumáticos que ali surgiram, como apontam Girard, Bourguignon e Duret (2014, p.127):

Diante do impensável, o corpo das vítimas surge como lugar de resgate daquilo que o psiquismo não foi capaz de ligar. Os pacientes vítimas de trauma, então, tendem a projetar as partes traumáticas cindidas no corpo do terapeuta: o que não poderia ser pensado, o que não foi inscrito psiquicamente. O corpo deste, então, corre o risco de se tornar o receptáculo de experiências impensáveis, partes traumáticas irrepresentáveis.

Ainda segundo as autoras, as manifestações contratransferenciais no analista podem se dar em nível sensorial, somático e na confusão de suas fronteiras e do próprio enquadre de trabalho. O conceito de identificação projetiva, na perspectiva intrapsíquica e intersubjetiva, opera nesse processo expulsando o conteúdo não simbolizado e o encapsulando no corpo e psiquismo do analista, em um incessante esforço de reconstrução e manutenção da integridade psíquica do paciente. A capacidade do analista de conter e mentalizar todo esse material

carregado de horror é fortemente recrutada e lhe confere acesso aos conteúdos essenciais ao trabalho analítico.

Dessa maneira, a abertura de espaços de fala e escuta qualificada podem ser considerados essenciais para essas mulheres e crianças. A presença de dispositivos que permitam colocar em ação o trabalho de metabolização e representação mostra-se profícua. É importante ressaltar que a garantia, mesmo que temporária, da proteção social especializada (com o fornecimento de moradia, alimentação e atendimento técnico) claramente se mostrou um ambiente facilitador para que o vínculo mãe-bebê se constituísse. A instituição facilita o estabelecimento de vínculos afiliativos, que podem exercer função de continência durante o processo de remalhagem, disparado pelo nascimento de um bebê. Como abordado anteriormente, Benghozi (2010) denominou de *anamorfose psíquica* o trabalho psíquico exigido ao grupo quando da chegada ou perda de um integrante na família. Pode-se pensar que a função dos novos vínculos afiliativos também adquirem relevância em experiências relacionadas à desterritorialização e rupturas dos vínculos filiativos e da própria cultura.

Nas entrevistas de Teresa e Carla foi possível observar que a malha genealógica na família e país de origem passaram por intensas transformações, com a perda de vários familiares, dificuldades socioeconômicas e violências sofridas. Fatos, que segundo Benghozi (2010) disparam o trabalho psíquico para remalhagem dos vínculos, pois naturalmente o grupo buscará o restabelecimento do seu equilíbrio. O abalo ocasionado por transformações endógenas (nascimentos, mortes) ou exógenas (fruto de violência) parecem disparar ressonâncias importantes nas entrevistadas, o que corrobora a teoria apresentada, pois a transmissões psíquicas intergeracional e transgeracional são reatualizadas nos períodos de anamorfose. Foi possível notar que elas se mostraram herdeiras e transmissoras do legado psíquico familiar.

Teresa sofreu uma desintegração familiar após a morte da sua mãe, sem que a promessa cultural de ter outras tantas mães lhe ofertasse algum alento. Idealiza ser a integrante responsável pelo sustento de sua família e pela futura reunificação no Brasil. A imagem da parteira que não pôde ser traz em si a solidão de uma filha prematuramente desamparada e que teme rever seu desamparo em sua bebê. A exigências e a regressão de E. em seu colo reatualizam sua solidão. No entanto, foi a entrevistada que mais se mostrou aberta e atuante em seus vínculos afiliativos dentro da instituição.

No caso de Carla, a idealização de reagrupar e sustentar sua família esteve muito presente na narrativa construída, com o diferencial de que este plano está muito associado à casa de sua falecida mãe na África do Sul. No entanto, a convocação de reparação e

reconstrução desses vínculos familiares está atravessada pela exclusão que lhe acompanhou no decorrer de sua história e se intensificou no Brasil. A confusão em discernir o seu movimento desejante do seu legado familiar marca seu modo de viver e o vínculo com o filho A..

Sobre a questão dos efeitos da exclusão social no contexto migratório, Douville (2011) faz uma interessante reflexão acerca do funcionamento das sociedades contemporâneas, que não reconhecem aqueles que não se apresentam como parte de um todo homogêneo. A recusa da alteridade expropria o sujeito do discurso dominante, esmagando suas narrativas e ameaçando primordialmente o valor simbólico de seu nome.

O autor ressalta que não somente o corpo humano migra, mas também suas palavras e mitos, que o inseriram em uma memória compartilhada, comunitária, cultural. A recusa de sua existência ou o não reconhecimento do valor de sua vida colocam em risco a perda dessas heranças originárias e simbólicas e o afasta dos vestígios que carrega de sua história e que permitem a sua inscrição como sujeito, conectado com seu corpo.

Carla relata com desalento esses processos de expropriação de si quando elenca os lugares sociais que lhe foram destinados e que reduziram sua existência: egressa do sistema prisional, negra, mulher “velha”, mulher “vazia”. Pode-se compreender a partir disso, a legitimidade do seu desejo em recuperar seus saberes sobre sua origem e de restabelecer contato com seu lugar na genealogia familiar. De forma análoga, seu filho não experienciou o reconhecimento de sua existência pelo pai, e tampouco se beneficiou do exercício de sua paternidade. No entanto, seu nome e seu corpo foram instrumentalizados para beneficiar a permanência do ex-companheiro no Brasil, fato que Carla espera reverter judicialmente.

Assim, se compreendemos que a transmissão psíquica está ancorada no laço social, os espaços de reconhecimento da dignidade do outro para além de seu corpo ou qualquer estereótipo que o fetichize, reconduzem o sujeito para seu lugar no mundo enquanto portador e transmissor de uma história.

A possibilidade de narração, ou seja, o trabalho de um mito individual, torna a acomodar e a dirigir essas palavras que, por terem perdido a nomeação e a residência, se repetem como metonímias sem direção, amputadas de um lugar onde poderiam se modificar e transmitir. (DOUVILLE, 2011, p. 37)

No relato de Sueli ficou evidente que a manutenção do laço com a sua origem, mesmo que via internet, permitiu a abertura de um espaço de transmissão que aplacou sua angústia quanto à sobrevivência e saúde de seu bebê e que lhe ofertou recursos ritualísticos carregados de sentido e história. Sueli se apresenta muito identificada com o lugar de mãe e diante da

incerteza do futuro, se apoia na ideia de uma família numerosa, de 5 filhos. As condições de gestação e nascimento de B. parecem ter sido muito ameaçadoras para ela, no que diz respeito ao seu desejo, ao lugar social com o qual se identifica, ao motivo da sua migração e ao que idealizou para essa experiência inicial. O desamparo vivido nos primeiros meses de B. (e de si, como puérpera) parece ter um valor traumático significativo e que ainda busca por elaboração. Ela não está mais às voltas com a sobrevivência concreta, mas com os restos não simbolizados dessa experiência que só puderam ter espaço quando as questões de vida e morte deram trégua.

Considerando e respeitando a singularidade presente em cada narrativa, buscou-se identificar pontos convergentes dentro do caminho teórico e metodológico proposto nesta pesquisa. Nessa perspectiva, foi importante constatar que as mulheres abrigadas e em isolamento social causado pela pandemia possuem uma relação escassa e fragilizada com o novo território. As exigências derivadas do nascimento e primeiros meses de vida dos bebês e a falta de instituições que as apoiem nos cuidados parecem distanciá-las das novas inscrições sociais, mesmo no caso de Carla, que está há 7 anos no Brasil. Questões como racismo, exclusão e desamparo social estiveram presentes nas falas implícita ou explicitamente.

Parece haver uma ambiguidade quanto à percepção sobre o cotidiano dentro da instituição, que ora é tido como repetitivo e desinteressante, apontando para um desejo de viver experiências que ultrapassem seus limites, ora garante o preenchimento de espaços vazios através da convivência e atividades, o que torna possível evitar contato com as dores, desafios e incertezas.

No que diz respeito ao vínculo mãe-bebê, notou-se a existência de um jogo pulsional estabelecido, rico e atuante nas duplas. Foi possível identificá-lo através da atenção que as entrevistadas dispendiam sobre as necessidades dos filhos, das interpretações que produziam sobre seus balbucios, gestos, convocações e no contato corporal investido de significados e afeto.

Sob a ótica do contrato narcísico, as entrevistadas se apresentaram conectadas aos seus lugares na cadeia familiar, como portadoras e transmissoras da herança psíquica e inseriam seus bebês como parte importante dessa rede. Utilizando-se de recursos virtuais, as entrevistadas garantem aos bebês acesso a outras pessoas e relações que extrapolam o mundo materno e que compõem o trabalho de transmissão familiar e cultural. Teresa e Sueli parecem ocupar uma posição que se divide entre os lugares destinados pela família e cultura e os próprios projetos, ao migrarem inicialmente de forma solitária, mas com a aposta em uma vida futura tendo a relação conjugal e a maternidade como caminhos. Opostamente, Carla parece não poder entrar

em contato com desejos que a distanciem do legado familiar, pela própria vacilação da garantia do seu lugar no mundo, mobilizados pela culpa e sentimentos de não pertencimento.

Tais heranças familiares se mostraram desafiadoras, à medida que as experiências de perdas e rupturas foram se anunciando no decorrer das entrevistas. Diante dos rasgos em suas malhas genealógicas e há muitos quilômetros de distância, as entrevistadas pareceram se apoiar em mecanismos defensivos, como a idealização ou atribuição ao poder de Deus para a realização de um bom desfecho para suas histórias. Entrar em contato com esses rasgos remetia, nas narrativas, a um cenário traumático e conseqüentemente à manifestação de outros fenômenos defensivos, os quais descrevemos acima, na relação transferencial com a pesquisadora.

Uma hipótese levantada sobre o contrato narcísico como aliança estruturante na dupla mãe-bebê diz respeito ao lugar que os bebês ocuparam no discurso das entrevistadas quando elas falavam a respeito das decisões de vida que mobilizaram o deslocamento geográfico. Foi interessante notar que as razões apontadas como determinantes para Teresa e Sueli migrarem se ligam à chegada do bebê em segurança, o que garantiria por consequência seus projetos de constituição familiar, apartados da família de origem. Para Carla, o bebê é quem a faz retornar e quem lhe dá forças para seguir superando os obstáculos que impedem seu projeto de reunião familiar acontecer. Tanto no afastamento da origem quanto no retorno a ela, parece haver um incremento nos investimentos narcísicos sobre o bebê quando se trata da constituição de uma aliança estruturante em meio ao risco de fragmentação familiar, às possíveis perdas dos referenciais identificatórios causados pelo deslocamento e talvez à ameaça dos processos de transmissão vagarem sem destino. Pode-se pensar que os motivos que levaram a uma decisão tão importante, em condições extremas, não são referidos a si ou ao próprio desejo. O bebê motiva e move geograficamente essas mulheres, coapoiando seus movimentos desejantes no mundo. Parece não haver, no caso das mulheres entrevistadas, a ameaça de não vínculo com seus bebês. O vínculo estabelecido entre eles parece apontar na direção de um espaço intersubjetivo superinvestido como uma resposta possível à sobrecarga de conteúdos psíquicos que circulam entre suas tramas.

Essa hipótese produziu muitas inquietações e desejos futuros de aprofundamento sobre o tema, que por sua complexidade, demanda produções científicas que contemplem seus múltiplos desdobramentos e que reconheçam seu valor social na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **O ACNUR no Brasil**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>. Acesso em 22 de out. 2021.
- AULAGNIER, P. **A violência da interpretação**: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- ACHING, M. C. **A experiência de mães refugiadas na clínica Winnicottiana da maternidade**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica Campinas, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/971>. Acesso em 19 out. 2020.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BENGHOZI, P. **Malhagem, filiação e afiliação**. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2010.
- BENHAÏM, M. A mãe “suficientemente cheia de ódio”. In: BENHAÏM, M. **Amor e ódio**: a ambivalência da mãe. Rio de Janeiro: Cia de Freud, p. 17-40, 2007.
- BERNARDINO, L. M. F. É possível uma clínica psicanalítica com bebês? *In*: KUPFER, M. C. M.; TEPERMAN, D. (org.) **O que os bebês provocam nos psicanalistas**. São Paulo: Escuta, p. 13-30, 2018.
- BLEGER, J. **Temas de psicologia**: entrevistas e grupos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 1. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros/>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- BROIDE, J. **Psicanálise**: Nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: uma abordagem grupal. São Paulo: Curitiba: Juruá, 2009.
- BROIDE, J.; BROIDE, E. E. **A psicanálise em situações sociais críticas**: metodologia clínica e intervenções. São Paulo: Escuta, 2015.
- BYDLOWSKI, M e GOLSE, B. De la transparence psychique à la préoccupation maternelle primaire. Une voie de l’objectalisation. **Le Carnet PSY**, v. 63, n. 3, p. 30-33, 2001. DOI 10.3917/lcp.063.0030. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-carnet-psy-2001-3-page-30.htm>. Acesso em 19 out. 2021.

CAEMI PALOTINAS. Disponível em <https://caemipalotinas.com.br>. Acesso em set de 2020.

CASTANHO, P. **Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições**. 1.ed. São Paulo: Linear A-barca, 2018.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. ISSN: 2448-1076. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em 19 out. 2021.

CORREA, O. B. R. Groupe familial: ses traversées dans l'interculture. **Revue Internationale de Psychanalyse du Couple et de la Famille**, n.17-2, p. 1-11, 2017. ISSN 2105-1038. Disponível em: <https://aipcf.net/revue/n-17-psychanalyse-et-culture-diversite-culturelle-en-psychanalyse-de-couple-et-de-famille/?lang=en>. Acesso em 19 out. 2021.

DOUVILLE, O. Para que serve o nome que carrego, quando minhas culturas se desmancham? **Revista Ágora**, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 1, p.35-46, jan/jun 2011.

FERENCZI, S. **Obras Completas**. Psicanálise IV (1928-33). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERNANDES, D. M.; SÁ, P. R. C. O Brasil no mapa da migração: aspectos históricos e atuais. In: JUBILUTI, L. L., FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (org.) **Migrantes forçad@s: conceitos e contextos**. Boa Vista: Editora da UFRR, p. 579-610, 2018.

FERNANDES, M.I.A. O trabalho psíquico da intersubjetividade. **Psicologia USP**, v.14, n.3, p.47-55, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/TmgQXhJmfP67PHn9qrtFSJF/?lang=pt>. Acesso em 19 out. 2021.

FERNANDES, M. I. A. **Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FERNANDES, M.I.A. Trauma e exílio: as inscrições na memória da imigração brasileira. In: MATOS, O.; MILAN, D. (org.) **Gemas da Terra: imaginação estética e hospitalidade**. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.

FIGUEIREDO, L. C. Cuidado e saúde: uma visão integrada. In: MARIN, I. K.; ARAGÃO, R. O. (org.) **Do que fala o corpo do bebê**. São Paulo: Escuta, 2013.

FREUD, S. Introdução ao narcisismo. In: FREUD, S. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Obras completas, vol 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Luto e Melancolia. In: FREUD, S. **O eu e o id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)**. Obras completas, vol 16. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. Teoria Geral das Neuroses. *In*: FREUD, S. **Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)**. Obras completas, vol 13. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FURTADO, S. C. **Migrações angolanas**. Campinas: Núcleo de Estudos da População “Elza Berquó” —NEPO/Unicamp, 2020. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_angolanas/mig_angolanas.pdf. Acesso em 19 out. 2021.

GÓMEZ, G. Q. A maternidade sob a ótica da teoria pulsional. **Revista Ágora**, v. X, n. 2, p. 265-278, jul./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982007000200008> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/dYYzVKHpgqWbJhMRpbZqZdn/?lang=pt>. Acesso em 19 out. 2021.

GUINSBERG, E. Migraciones, exilios y traumas síquicos. **Política y Cultura**, n. 23, p. 161-180, jan. 2005. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422005000100010. Acesso em 19 out. 2021.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

IACONELLI, V. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: 10.11606/T.47.2013.tde-07052013-102844. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07052013-102844/pt-br.php>. Acesso em 22 de out. 2021.

KAËS, R. Réalité psychique e souffrance dans les institution, in: Kaës, R, Bleger, J. et coll., **L'institution et les institutions**. Études psychanalytiques, Paris, Dunod, 1987.

KAËS, R. **La différence culturelle et souffrances de l'identité**. Dunod, Paris: 1998.

KAËS, R. O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura. **Psicologia USP**, São Paulo. v. 14, n. 3, p. 15-33, jan. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/XJsDxKLLsjCgYXvh6dC8GPM/?lang=pt>. Acesso em 19 out. 2021

KAËS, R. **O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica de grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KAËS, R. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KAËS, R. **Les alliances inconscientes**. Dunod, Paris: 2009.

KAËS, R. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

KUPERMANN, D. **Por que Ferenczi?** São Paulo: Zagodoni, 2019.

PAIK, R. **Mulheres já são quase metade dos atendimentos a pessoas em situação de refúgio em São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://migramundo.com/mulheres-ja-sao-quase-metade-dos-atendimentos-a-pessoas-em-situacao-de-refugio-em-sao-paulo/>. Acesso em 19 out. 2021.

MORO, M. R. Os ingredientes da parentalidade: compreender, sustentar e cuidar. *In*: RABELLO, S.; BIALER, M. **Laço mãe-bebê: intervenções e cuidados**. São Paulo: Primavera Editorial, p. 73-88, 2016.

MOUNTIAN, I. e ROSA, M. D. O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. **Psicologia USP**, São Paulo, v.26, n. 2, p.152-160, mai./ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/J5TDs8RPZ6yx96CHtw8rRBR/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 out. 2021.

N. GIRARD, M. BOURGUIGNON ; I. DURET. Clinique traumatique et résonances corporelles chez le psychotérapeute. **Enfances Adolescences**, n. 26 (2), p. 115-129, 2014.

PEREIRA, M. L. I. E. M; CASTANHO, P. G. Sociedade e psiquismo na clínica do migrante: a hipótese do “mito do migrante exitoso” como organizador sociocultural. *In*: JUSTO, J. S. e OKAMOTO, M. Y. **Migrações contemporâneas: reflexos e práticas profissionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

PUGET, J. Disso não se fala... Transmissão e memória. *In*: CORREA, O. (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, p. 73-87, 2000.

RAMOS, N. M. Migração, maternidade e saúde. **Revista Repertório**, Salvador, n. 18, p. 84-93, 2012.

RODRIGUES, I. A., CAVALCANTE, J. R.; FERSTEIN, E. Pandemia de COVID-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30 (3), p. 1-14, 2020.

ROTHSTEIN, S. W. Corpos em transparência: útero-feto-psiquismo. *In*: MARIN, I. K.; ARAGÃO, R. O. (org.) **Do que fala o corpo do bebê**. São Paulo: Escuta, 2013.

ROSA, M. D., BERTA, S. L., CARIGNATO, T. T.;ALENCAR, S. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 3, p.497-511, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/4qK39MQPRn9MyHps6BRVC3n/?lang=pt>. Acesso em 19 out. 2021.

ROSA, M. D.: DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, n. 22(1), p. 180-188, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/yKGGKsrdH3QvCNdYkTkPqpfP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 out. 2010.

SANTOS, B. S. A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social. *In*: SANTOS, B.S. **Construindo uma epistemologia do sul**. Antologia essencial. Volume II. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 351-382, 2018. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D13988.dir/Antologia_Boaventura_PT1.pdf. Acesso em 20 out 2020.

SANTOS, L.A; NOVAES, D.T.P.; CHAVES, M. de F.G. Mulheres angolanas no Brasil: reflexões sobre migrações, gênero e maternidade. **Caderno de Estudos Sociais**. Recife, v.33, n. 2, [in press], jul./dez., 2018. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: 12 out. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes. *In*: Cidade de São Paulo: Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/crai/index.php Acesso em: 10 set. 2017.

SEYFERTH, G. Parte 1 – Raça, ciência e nação na virada do século. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In*: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. p. 41-58. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415177>. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/djnty>. Acesso em 19 out. 2021.

SILVA, J. C. J. ABRAHÃO, B. A. Migração pela sobrevivência – o caso dos venezuelanos em Roraima. *In*: JUBILUTI, L. L., FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (orgs.) **Migrantes forçad@s: conceitos e contextos**. Editora da UFRR. Boa Vista: 2018. p.636-691.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos avançados**. n. 20 (57), p. 157-170, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/n6dvGSmjVzyVPMZ6fdpG66Q/?lang=pt>. Acesso em 19 out. 2021.

SPOLON. A. P. G.; SOUZA, M. S. M. Hospitalidade, mobilidade urbana e cidades: a experiência de São Paulo no acolhimento a imigrantes e refugiados. *In*: SEMINÁRIO DA ANPTUR, 13., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPTUR, 2016. (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo). ISSN 2359-6805. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=13>. Acesso em 19 out. 2021.

TORELLY, M. *et al.* **Visões do contexto migratório no Brasil**. Brasília (DF): Organização Internacional para as Migrações, Agência das Nações Unidas Para as Migrações, 2017. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/politica-de-migracao-e-refugio-do-brasil-consolidada-vol1-visoes-do-contexto-migratorio-no>. Acesso em 19 out. 2021.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Imago Editora: Rio de Janeiro, 1975.

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária (1956). In: **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Imago Editora: Rio de Janeiro, p. 399-405, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

YAJAHUANCA, R. S. A. **A experiência de gravidez, parto e pós-parto das imigrantes bolivianas e seus desencontros na cidade de São Paulo – Brasil**. Tese (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. DOI: 10.11606/T.6.2015.tde-13112015-105147. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-13112015-105147/en.php>. Acesso em 19 out. 2021.

APÊNDICE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada Maternidade e Imigração: tramas intersubjetivas. Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária nesta pesquisa, que tem como objetivos: conhecer suas experiências e condições de vida antes e depois da sua chegada no Brasil e como você se sente e se vê como mãe durante todo esse percurso. Esperamos identificar de que maneira essas vivências impactam sobre o vínculo entre mães e filhos no contexto da imigração. Esse estudo pode colaborar para a assistência materno-infantil prestada à população imigrante na cidade de São Paulo, visto que se trata de um fenômeno social de grande relevância na atualidade.

- O estudo será realizado através de uma entrevista, com duração de 45 a 60 minutos, que versará sobre suas experiências e percepções a respeito da maternidade no contexto de mudança de país, conforme descrito acima.
- Esta pesquisa não implica em possibilidade de riscos físicos, mas se considera os riscos de ordem emocional que pode ocasionar ao entrevistado (como o aumento de ansiedade e desapontamento). Nesse caso, a pesquisadora responsável estará a sua disposição, inclusive para acompanhamento e assistência individualizada, no caso de eventuais desconfortos, comprometendo-se ainda em ressarcir-lo, no caso de algum eventual dano resultante de sua participação.
- Não há benefício direto ao participante, pois consiste em uma pesquisa sem fins lucrativos, que será realizada no âmbito da pesquisa acadêmica. Assinalamos como benefícios indiretos ao participante aqueles decorrentes da reflexão vivenciada sobre sua trajetória de vida e a possibilidade de melhor compreendê-la, além de colaborar indiretamente para a assistência materno-infantil prestada à população imigrante.
- O participante será ressarcido de quaisquer despesas referente à sua participação nesta pesquisa e dela decorrentes.
- A entrevista será gravada (arquivos em áudio, formato digital 3gpp ou similar). O registro ficará em posse da principal pesquisadora até ser transcrito, em seguida será apagado. A transcrição poderá ser disponibilizada ao entrevistado, caso a requeira.
- Os dados coletados serão usados (no todo ou em parte) somente para fins de pesquisa e publicação acadêmica, no Brasil ou no exterior, garantido o anonimato do participante, a manutenção do sigilo e de sua privacidade.
- É garantida a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer penalização.
- Em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para solicitar esclarecimentos. A principal pesquisadora, Renata Zanelato Choueiri, aluna do curso de Mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, podendo ser contatada através do telefone (11) 99634-4859, do e-mail renatazanelato@gmail.com ou então no LAPSO – Laboratório de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, situado à Avenida Professor Mello Moraes, 1721 bloco A, 1º andar, telefone: (11) 3091- 4184.
- A presente pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – CEPH-IP/USP, situado à Avenida Professor Mello Moraes, 1721 bloco G, 2º andar, sala 27 – Cidade Universitária, São Paulo-SP, que pode ser contatado através do telefone (11) 3091- 4182 ou pelo e-mail ceph.ip@usp.br Declaração de consentimento Considerando os esclarecimentos sobre a pesquisa, obtidos através da leitura das informações acima e discussão com a pesquisadora, o(a) participante concorda voluntariamente em participar, manifestando seu consentimento através da assinatura do presente termo, em duas vias, ficando uma em seu poder e outra em poder do responsável pela pesquisa. E, ciente das garantias de anonimato e da finalidade da pesquisa, manifesta seu consentimento quanto à publicação dos dados decorrentes de seu depoimento oral. Esse consentimento foi obtido de forma apropriada e voluntária, após conversa entre pesquisador e participante, onde foram prestados esclarecimentos sobre a pesquisa e realizada a leitura do presente termo pelo participante.

Participante:

RG:

CPF Endereço/telefone:

Pesquisadora: Renata Zanelato Choueiri

RG:

São Paulo, ____ de _____ de _____.